‘CONVOCAÇÃO

Decreto Municipal nº 1.056/2009, artigos 10, 11 e 12

VIGÉSIMA REUNIÃO ORDINÁRIA – CONSELHO DELIBERATIVO

Data: 30/10/2026 (sexta feira)
Início: 13H30
Local: Sala de reuniões da Maringá Previdência

O Presidente do Conselho Deliberativo convoca todos os membros para reunião ordinária, a tratar dos seguintes assuntos:

Pauta:

1) Relatório de Investimentos e Risco do mês de setembro de 2026, para ciência;

2) Relatório de Gestão Atuarial de 2026, para aprovação;

3) Relatório do Controle Interno – 2º trimestre de 2026, para ciência;

4) Relatório de Governança Corporativa 1º e 2º trimestre de 2026, para ciência;

5) Assuntos Gerais.

Douglas Galvão Vilardo
Presidente do Conselho Deliberativo

MARINGÁ PREVIDÊNCIA
Unidade Temporária da MGAPREV
Conselho Deliberativo da MGAPREV
Av. Carneiro Leão, 135, Galeria do Edifício Europa - Bairro Zona 01, Maringá/PR
CEP 87013-932, Telefone: (44) 3220-7700 - https://previdencia.maringa.pr.gov.br

ATA DE REUNIÃO 21

ATA DA VIGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO DA MARINGÁ PREVIDÊNCIA, A VIGÉSIMA REUNIÃO ORDINÁRIA. Aos trinta dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis, às 13h30min, reuniu-se o Conselho Deliberativo da Maringá Previdência, ordinariamente, na sede da Maringá Previdência, com a presença dos membros: Douglas Galvão Vilardo (Presidente), Hermes Salgueiro da Silva (Vice-Presidente), Damaris Gonçalves Josepetti (Secretária), Denis Roberto Biasotto, Edson Testi Barandas, Renata Dias de Souza Gomes, Robison Caldardo Glade e Wenderson Pino Perez. Estiveram presentes, também, o Diretor-Presidente, Edson Paliari, o Superintendente, e o Gerente Financeiro e Membro do Comitê de Investimentos, Leandro dos Santos Domingos. Dando início à reunião, o Presidente agradeceu a presença de todos e submeteu a pauta à apreciação dos conselheiros. **Item 1º - Relatório de Investimentos e Risco do mês de setembro de 2026, para ciência.** O Presidente do Conselho Deliberativo, Douglas Galvão Vilardo, concedeu ao Diretor-Presidente, Edson Paliari, o Superintendente, e ao Gerente Financeiro e Membro do Comitê de Investimentos, Leandro dos Santos Domingos, que teceram comentários sobre a carteira da Maringá Previdência e dirimiram as dúvidas dos conselheiros. Na exposição, destacou-se que a carteira da Maringá Previdência fechou o mês de setembro/2026 com rentabilidade abaixo da meta estabelecida, mas continua com bom resultado no acumulado. A carteira atingiu no final do mês de setembro/2026 o montante de R$ 1.399.860.723,32, tendo apresentado rentabilidade positiva no referido mês, com retorno financeiro de R$ 9.986.037,82, equivalente a 0,81%, com desempenho inferior à meta atuarial mensal de 1,30%, em 0,49 ponto percentual. No acumulado do exercício de 2026, a carteira registra rentabilidade de 9,77%, frente à meta atuarial acumulada de 8,53%, resultando em diferença positiva de 1,24 ponto percentual. Foi ressaltado, ainda, que a composição da carteira permanece majoritariamente concentrada em ativos de renda fixa, correspondendo a 98,36% dos investimentos, sendo que a maior participação da carteira encontra-se em títulos públicos públicos e privados, representando 83,64% do total investido, seguidos por fundos referenciados DI e demais ativos enquadrados nos segmentos permitidos pela legislação vigente. Quanto à distribuição da carteira por liquidez, verificou-se que 79,86% dos recursos encontram-se aplicados em ativos com prazo superior a dois anos, enquanto 16,04% estão disponíveis para resgate em até 30 dias, evidenciando adequada gestão entre rentabilidade e liquidez. Destaca-se que as operações de empréstimo consignado estavam com saldo acumulado ao final de setembro de 2026 de R$ 18.411.740,86, com retorno mensal de R$ 189.363,64, equivalente a 1,19% no período. Ressalta-se que todos os investimentos estão devidamente enquadrados nos limites de concentração estabelecidos na Política de Investimentos vigente e na Resolução CMN n. 4963/2021, observando os princípios de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e equilíbrio atuarial na gestão dos recursos previdenciários da Autarquia. A conselheira Renata Dias de Souza Gomes, acompanhada pelos demais conselheiros, solicitou à Lema Consultoria que esclareça os percentuais negativos constantes no quadro Risco de Mercado, referentes aos Fundos Sicredi Liquidez, Itaú Institucional, Bradesco Premium e BTG Pactual. Após os esclarecimentos prestados e as manifestações dos presentes, o Conselho Deliberativo declarou-se ciente do relatório apresentado. **Item 2º - Relatório de Gestão Atuarial de 2026, para aprovação.** O Presidente

do Conselho Deliberativo, destacou a conclusão do relatório, cuja íntegra segue abaixo: *"O Regime Próprio de Previdência Social do Município de Maringá encerrou o exercício de 2025 em situação de equilíbrio atuarial. O Fundo em Capitalização apresenta superávit e o Fundo em Repartição está equilibrado pela cobertura das insuficiências financeiras assegurada em lei. O déficit a amortizar recuou de R$ 3.660.983.419,43 para R$ 1.854.467.684,30 no exercício, redução de 49,35%, movimento explicado principalmente pela reforma promovida pela Lei Complementar municipal nº 1.517/2025. A gestão atuarial do regime mostra-se consistente. A projeção de despesas apresentou desvio inferior a 3% nos três exercícios analisados; as contribuições foram repassadas nas alíquotas legais; a rentabilidade real superou a meta atuarial nos três exercícios; e os documentos atuariais foram elaborados e encaminhados nos prazos, o que o ISP-RPPS de 2025 confirma. Duas providências condicionam o próximo ciclo e não devem ser adiadas: estruturar o levantamento da experiência biométrica, hoje insuficiente para aferir a aderência das tábuas, e conciliar a duração do passivo que enquadra a taxa de juros. Nenhuma das duas altera a situação de equilíbrio apurada; ambas dizem respeito à qualidade da informação que sustenta o dimensionamento, que é o que a gestão atuarial tem por objeto. Este relatório atende, no Nível IV, aos requisitos da ação Relatório de Gestão Atuarial, da dimensão Governança Corporativa do Pró-Gestão RPPS, ressalvados os atos de aprovação pelo Conselho Deliberativo, que são de competência da unidade gestora e cuja comprovação deve instruir a auditoria de certificação."* O conselheiro Wenderson Pino Perez fez observações referentes aos textos constantes nas páginas 6 e 22, entre colchetes "a confirmar", solicitando que seja conferido antes do encaminhamento do texto final aos órgãos competentes. A conselheira Renata Dias de Souza Gomes observou a questão do número de dependentes de pensionistas em ambos os fundos, que está informado como zero. O Diretor Presidente informou que foram detectados alguns erros de cadastro, que estão sendo analisados para os encaminhamentos necessários. O conselho solicitou esclarecimentos, também, sobre os quadros demonstrativos e a explicação dos fluxos dos dois fundos. Em virtude das dúvidas levantadas, restou sobrestada a votação do relatório de gestão atuarial de 2026, para a próxima reunião, após apresentação e análise dos esclarecimentos solicitados. **Item 3º - Relatório do Controle Interno – 2º trimestre de 2026, para ciência.** Após os esclarecimentos prestados e as manifestações dos presentes, o Conselho Deliberativo declarou-se ciente do relatório apresentado. **Item 4º - Relatórios de Governança Corporativa 1º e 2º trimestre de 2026, para ciência.** Após os esclarecimentos prestados e as manifestações dos presentes, o Conselho Deliberativo declarou-se cientes dos relatórios apresentados. **Item 5º - Assuntos Gerais.** a) O Diretor Presidente detalhou aos conselheiros a visita técnica realizada em São Paulo em relação a contratação de pessoa jurídica para que promova estudo técnico sobre os Fundos de Investimentos Osasco e BR Hotéis. b) O conselheiro Denis Roberto Biasotto agradeceu e parabenizou a Diretoria Executiva pela iniciativa da capacitação técnica promovida aos conselheiros no dia 22 do corrente mês, na sede da autarquia, a qual foi de grande proveito aos participantes. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a reunião, da qual eu, Damaris Gonçalves Josepetti, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, segue assinada digitalmente pelos presentes.

Documento assinado eletronicamente por **Damaris Gonçalves Josepetti**, **Secretário(a) de Conselho**, em 30/10/2026, às 14:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001 e Decreto Municipal nº 871, de 7 de julho de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Douglas Galvão Villardo**, **Presidente de Conselho**, em 30/10/2026, às 14:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001 e Decreto Municipal nº 871, de 7 de julho de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Edson Testi Barandas**, **Membro de Conselho**, em 30/10/2026, às 14:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001 e Decreto Municipal nº 871, de 7 de julho de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Wenderson Pino Perez**, **Membro de Conselho**, em 30/10/2026, às 14:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001 e Decreto Municipal nº 871, de 7 de julho de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Robison Caldardo Glade**, **Membro de Conselho**, em 30/10/2026, às 14:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001 e Decreto Municipal nº 871, de 7 de julho de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Hermes Salgueiro da Silva**, **Vice-Presidente de Conselho**, em 30/10/2026, às 14:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001 e Decreto Municipal nº 871, de 7 de julho de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Renata Dias de Souza Gomes**, **Membro de Conselho**, em 30/10/2026, às 14:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001 e Decreto Municipal nº 871, de 7 de julho de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Denis Roberto Biasotto**, **Membro de Conselho**, em 30/10/2026, às 14:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001 e Decreto Municipal nº 871, de 7 de julho de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Edson Paliari**, **Diretor(a)-Presidente da MGAPREV**, em 30/10/2026, às 16:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001 e Decreto Municipal nº 871, de 7 de julho de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Leandro dos Santos Domingos**, **Gerente Financeiro(a)**, em 09/11/2026, às 07:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001 e Decreto Municipal nº 871, de 7 de julho de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.maringa.pr.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **9929365** e o código CRC **C22FDD13**.

Referência: Processo nº 03.99.00001141/2026.72 SEI nº 9929365

MARINGÁ PREVIDÊNCIA
Presidência da MGAPREV
Controladoria Interna da MGAPREV
Avenida Carneiro Leão, 135, Galeria do Edifício Europa - Bairro zona 01, Maringá/PR,
CEP 87013-965 Telefone: (44) 3220-7728 - https://previdencia.maringa.pr.gov.br

RELATÓRIO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

2º TRIMESTRE 2026

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO
1.1. História da Maringá Previdência
1.2. Missão
1.3. Visão
2. ESTRUTURA ADMINISTRATIVA
2.1. Conselho Deliberativo
2.2. Conselho Fiscal
2.3. Diretoria Executiva
2.4. Comitê de Investimentos
2.5. Equipe
3. CERTIFICAÇÃO PRÓ-GESTÃO - NÍVEL II
4. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO
5. CAPACITAÇÃO DA EQUIPE E MEMBROS DOS CONSELHOS
6. PREVIDÊNCIA
6.1. Segurados e beneficiários
6.2. Benefícios previdenciários concedidos no período
6.3. Recadastramento
6.4. Atendimentos do RPPS
6.5. Evolução da folha de pagamento do RPPS
6.6. Resumo das folhas de pagamento das entidades
7. FINANCEIRO
7.1. Receitas e despesas
7.2. Transferências e aportes
8. GESTÃO DE INVESTIMENTOS
8.1. Aplicações Financeiras
8.2. Fluxo de entrada e de saída de recursos
8.3. Evolução da Carteira de Investimentos
8.4. Investimentos por Administradora
8.5. Ativos que compõem a carteira de investimentos
8.6 Contratos de Empréstimo Consignado da Maringá Previdência
9. EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO ATUARIAL
9.1. Massa de segurados na data focal
9.2. Premissas atuariais
9.3. Custo previdenciário total
9.4 Evolução quantitativa e qualitativa dos custos por tipo de benefício
9.5 Evolução do resultado relativo ao equilíbrio financeiro e atuarial
9.6. Fluxo atuarial projetado
9.7. Evolução do plano de custeio
10. COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA
11. CONTROLE INTERNO

12. LICITAÇÕES E CONTRATOS
13. DEMANDAS JUDICIAIS
14. CANAIS DE ATENDIMENTO
15. IMAGEM INSTITUCIONAL

1. APRESENTAÇÃO

O Relatório de Governança Corporativa é um instrumento de prestação de contas aos segurados e à sociedade, reforçando o compromisso da Maringá Previdência com a transparência e a boa gestão dos recursos públicos.

Elaborado com o objetivo de consolidar e aperfeiçoar as práticas de governança do RPPS, o relatório também visa fortalecer os mecanismos de controle social. Esta edição apresenta os principais resultados alcançados no 2º trimestre de 2026.

1.1. História da Maringá Previdência

A Maringá Previdência é uma autarquia especial do Município de Maringá, dotada de personalidade jurídica de direito público, patrimônio e receitas próprios, além de autonomia administrativa, técnica e financeira. Atua em conformidade com as normas do Ministério da Previdência Social, do Conselho Monetário Nacional e do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Até 31 de dezembro de 2007, a Caixa de Assistência, Aposentadoria e Pensões dos Servidores Municipais de Maringá (CAPSEMA) era responsável pela gestão tanto do Fundo de Saúde quanto do Fundo de Previdência dos servidores municipais. Com a entrada em vigor da Lei Complementar nº 687/2007, a CAPSEMA passou a administrar exclusivamente o Fundo Previdenciário, ficando a responsabilidade pela assistência à saúde dos servidores sob a competência do Município.

Posteriormente, a Lei Complementar nº 749/2008 promoveu a reestruturação do regime previdenciário municipal, extinguindo a CAPSEMA e instituindo a Maringá Previdência como entidade gestora do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Maringá. A autarquia assumiu a gestão do Fundo Financeiro, que abrangia os servidores admitidos até 30 de dezembro de 2003, e do Fundo Previdenciário, que era destinado aos servidores ingressantes a partir de 31 de dezembro de 2003.

Já em 1º de janeiro de 2026, entrou em vigor a Lei Complementar nº 1.517/2025, que estabeleceu novas disposições sobre o Plano de Benefícios e o Plano de Custeio da Maringá Previdência, promoveu alterações na Lei Complementar nº 749/2008 e redefiniu a segregação de massas, que passou a ser composta pelo **Fundo em Repartição** (antigo Fundo Financeiro) e pelo **Fundo em Capitalização** (antigo Fundo Previdenciário). Com a vigência da Lei Complementar nº 1.517/2025:

I - o Fundo em Repartição é formado:

a) pelos servidores ativos e seus respectivos dependentes que tenham ingressado no serviço público municipal até o dia 31 de dezembro de 2014;

b) pelos servidores inativos, seus respectivos dependentes e pelos pensionistas cujos benefícios tenham sido concedidos até o dia 31 de dezembro de 2020.

II - O Fundo em Capitalização é formado:

a) pelos servidores ativos e seus respectivos dependentes, que ingressaram ou venham ingressar no serviço público municipal a partir do dia 1.º de janeiro de 2015;

b) pelos servidores inativos, seus respectivos dependentes e pelos pensionistas cujos benefícios tenham sido concedidos após 1.º de janeiro de 2021 até o dia 30 de junho de 2025.

Na sequência, foi publicada, em 28 de maio de 2026, a Lei Complementar nº 1.532/2026, que atualizou a estrutura administrativa da Maringá Previdência, adequando sua organização às novas diretrizes de governança, gestão e funcionamento da autarquia, além de estabelecer outras providências.

1.2. **Missão**

Garantir os benefícios previdenciários aos servidores públicos municipais e seus dependentes com segurança e excelência.

1.3. **Visão**

Ser reconhecida nacionalmente pela excelência na gestão de benefícios previdenciários e pela qualidade no atendimento aos segurados.

2. ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

2.1. Conselho Deliberativo

A Maringá Previdência conta em sua estrutura com órgãos colegiados, que contribuem para a governança do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS. O Conselho Deliberativo é um órgão de normatização e deliberação superior, composto por oito membros, sendo quatro membros indicados pelo Prefeito e quatro membros eleitos pelos servidores ativos e inativos, com mandato de 4 (quatro) anos.

Todos os representantes devem ter, no mínimo, 10 anos de efetivo exercício no serviço público municipal de Maringá e formação de bacharelado em nível superior nos cursos de Administração, Ciências Atuariais, Ciências Contábeis, Direito, Economia ou Tecnólogo no Curso Superior de Gestão Pública.

As reuniões são quinzenais e o calendário é disponibilizado no site da Maringá Previdência, no início de cada exercício, bem como as atas das respectivas reuniões são publicadas para acesso ao público.

CONSELHOS DELIBERATIVO 2026-2029			
MEMBROS	**FORMAÇÃO**	**CERTIFICAÇÃO**	**VALIDADE**
Damaris Gonçalves Josepetti	Administração	CP RPPS CODEL I	28/09/2026
Denis Roberto Biasotto	Direito	CP RPPS CODEF II	30/03/2030
Douglas Galvão Vilardo	Direito	CP RPPS CODEL I	26/04/2027
Edson Testi Barandas	Administração e Ciências Contábeis	CP RPPS COFIS I	24/07/2027
Hermes Salgueiro da Silva	Direito	CP RPPS CODEL I	27/01/2027
Renata Dias de Souza Gomes	Administração	CP RPPS CODEF I	13/11/2029
Robison Caldardo Glade	Direito e Ciências Contábeis	CP RPPS CODEF I	10/12/2029
Wenderson Pino Perez	Administração	CP RPPS CODEL I	11/10/2027

As principais ações do Conselho Deliberativo, no 2º trimestre de 2026, foram:

TEM	AÇÃO	RESULTADO / CONCLUSÃO
1	Atualização da Política de Investimentos	Aprovação por unanimidade das alterações táticas na Política de Investimentos de 2026, com parecer favorável do Conselho Fiscal (Parecer nº 04/2026), visando mitigar riscos e otimizar alocações conforme as regras vigentes.
2	Realocação Tática de Recursos	Homologação do Parecer nº 15/2026 do Comitê de Investimentos, autorizando o resgate de aproximadamente R$ 60 milhões em ativos de alta volatilidade e multimercados para realocação em fundos de renda fixa pós-fixados referenciados ao CDI, garantindo estabilidade e retornos previsíveis.
3	Julgamento de Recurso (J A S)	Provimento por unanimidade ao recurso do servidor J A S, sob relatoria do Conselheiro Denis Roberto Biasotto, definindo o marco temporal de ingresso no serviço público com base na data de posse para fins de enquadramento em regras de transição.
4	Composição da Comissão de Ética	Indicação e aprovação do Vice-Presidente Hermes Salgueiro da Silva como membro titular e da Conselheira Renata Dias de Souza Gomes como suplente para representarem o Conselho na Comissão de Ética da Autarquia.
5	Posse de Nova Conselheira e Mesa Diretora	Homologação da vacância decorrente da renúncia do Conselheiro Egídio Francisco Salça e posse da Conselheira Damaris Gonçalves Josepetti (Decreto nº 1.091/2026). Damaris foi eleita por unanimidade como nova Secretária do Colegiado, em substituição a Wenderson Pino Perez, que solicitou desligamento da função de secretário.
6	Proposição de Investimento em Títulos Públicos	Aprovação por unanimidade do Parecer nº 20/2026 do Comitê de Investimentos, autorizando a aplicação de R$ 15.489.841,30 (provenientes de juros semestrais e amortizações de cotas dos fundos GGR Prime FIDC e BR Hotéis FII) na compra de títulos federais NTN-B 2035, mantidos marcados na curva (taxa real de ~8,08% a.a. + IPCA).
7	Atualização do Planejamento Estratégico	Análise das ações concluídas do planejamento anterior apresentadas pelo Controle Interno e aprovação da Edição nº 2 (2026) do Planejamento Estratégico 2025–2029.
8	Ciência do Relatório de Investimentos de 2025	Apreciação e ciência do Relatório de Execução da Política de Investimentos de 2025. A carteira encerrou o ano anterior com PL de R$ 1,32 bilhão, apresentando rentabilidade de 11,61% e superando a meta atuarial (9,81%) em 1,80 p.p.
9	Ciência da Pesquisa de Satisfação de 2025	Análise e ciência do resultado da pesquisa que apontou elevado índice de satisfação dos segurados, com média geral de 9,09, superando a meta institucional de 8,5.

TEM	AÇÃO	RESULTADO / CONCLUSÃO
10	Monitoramento Mensal de Receitas e Despesas	Acompanhamento e ciência detalhada sobre as contas da autarquia, avaliando as despesas correntes, despesas de custeio administrativo e o equilíbrio do Fundo em Repartição e do Fundo em Capitalização.
11	Acompanhamento de Rendimentos e Riscos	Monitoramento mensal da rentabilidade da carteira (março, abril e maio), com destaque para a superação da meta atuarial no mês de abril (+0,48 p.p.). Ciência também do novo Relatório de Riscos consolidado de janeiro a abril implantado pela LEMA.
12	Relatórios de Controle Interno e Governança	Ciência dos relatórios analíticos de Controle Interno e Governança do 2º semestre de 2025 (4º trimestre) e do relatório de Controle Interno do 1º trimestre de 2026.
13	Diretriz para Relatórios de Viagens	Ciência de nova determinação administrativa municipal que obriga cada conselheiro e servidor a formalizar e entregar o relatório descritivo de viagens institucionais em até 3 dias corridos pós-retorno, ampliando a transparência no Portal da Transparência.

As reuniões ordinárias ocorreram quinzenalmente na sede da autarquia:

Mês	1ª Reunião	2ª Reunião
Abril	14/04/2026 (7ª Ordinária)	29/04/2026 (8ª Ordinária)
Maio	15/05/2026 (9ª Ordinária)	29/05/2026 (10ª Ordinária)
Junho	15/06/2026 (11ª Ordinária)	30/06/2026 (12ª Ordinária)

*Nota: No dia **17/04/2026 às 13h30min**, foi realizada de forma presencial a **1ª Reunião Extraordinária** (Ata de Reunião 08) do período*

2.2. **Conselho Fiscal**

O Conselho Fiscal é o órgão colegiado que contribui para a governança do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS. É um órgão de fiscalização, composto por quatro membros, sendo dois membros indicados pelo Prefeito e dois membros eleitos pelos servidores ativos e inativos, com mandato de 4 (quatro) anos.

Todos os representantes devem ter, no mínimo, 10 anos de efetivo exercício no serviço público municipal de Maringá e formação de bacharelado em nível superior nos cursos de Administração, Ciências Atuariais, Ciências Contábeis, Direito, Economia, ou Tecnólogo no Curso Superior de Gestão Pública.

As reuniões são quinzenais e o calendário é disponibilizado no site da autarquia no início de cada exercício, bem como as atas das respectivas reuniões são publicadas para acesso ao público e maior transparência.

CONSELHO FISCAL 2026-2029			
MEMBROS	FORMAÇÃO	CERTIFICAÇÃO	VALIDADE
Ademir Aparecido Antonelli	Gestão Pública	CP RPPS CODEF I	11/12/2029
Arthur Magalhães Campelo Junior	Gestão Pública	CP RPPS CODEF I	08/12/2029
João Ismael Altoé	Direito	CP RPPS COFIS I	05/01/2028
Wilson Antonio Braz	Ciências Contábeis	CP RPPS CODEL I	13/09/2027

As principais ações do Conselho Fiscal no 2º trimestre de 2026 foram as seguintes:

ITEM	AÇÃO	RESULTADO / CONCLUSÃO
1	Gestão Financeira	Exame de balanços anuais, balancetes e demais demonstrações contábeis, verificando a exatidão das receitas, despesas e do patrimônio líquido, em observância às normas vigentes.
2	Gestão Financeira	Emissão de pareceres prévios sobre relatórios contábeis, aplicações financeiras, balanço geral, contas anuais e demais documentos obrigatórios.
3	Fiscalização Orçamentária	Acompanhamento da execução do orçamento e do cumprimento das metas fiscais estipuladas, observando a legislação e as normas vigentes.
4	Fiscalização Orçamentária	Aprovação de relatórios contábeis mensais.
5	Fiscalização Orçamentária	Aprovação de três relatórios de Receitas e Despesas referentes aos meses de abril, maio e junho de 2026.
6	Repasses Previdenciários	Acompanhamento da pontualidade e regularidade dos repasses previdenciários, parte patronal e do servidor, bem como dos repasses dos aportes financeiros, com verificação mensal das movimentações e dos prazos.
7	Avaliação Atuarial	Verificação da coerência das premissas e dos resultados apresentados nas avaliações atuariais do RPPS.
8	Acompanhamento de Planos	Monitoramento do plano de custeio e, quando aplicável, do plano de amortização do déficit técnico.
9	Acompanhamento de Planos	Acompanhamento contínuo das audiências públicas, proposição de aquisição ou alienação de bens e demais assuntos de natureza econômico-financeira.
10	Controle Interno	Acompanhamento dos relatórios de Controle Interno.
11	Capacitação	Participação em congressos, cursos e treinamentos relacionados às atividades do Conselho.
12	Investimentos	Fiscalização da aplicação dos recursos e dos ativos do RPPS, verificando a conformidade com as diretrizes e limites estabelecidos pelo Ministério da Previdência.
13	Investimentos	Aprovação dos pareceres mensais de investimentos apresentados pelo Comitê de Investimentos.
14	Investimentos	Acompanhamento dos Fundos de Investimentos Estruturados e dos investimentos estressados existentes na carteira.
15	Investimentos	Aprovação de três pareceres do Comitê de Investimentos, acompanhados dos relatórios de investimentos referentes aos meses de abril, maio e junho de 2026.
16	Investimentos	Aprovação do Relatório de Investimentos e Risco referente ao mês de maio de 2026.

As reuniões ordinárias ocorreram quinzenalmente na sede da autarquia:

Mês	1ª Reunião	2ª Reunião
Abril	13/04/2026	27/04/2026

Mês	1ª Reunião	2ª Reunião
Maio	14/05/2026	27/05/2026
Junho	12/06/2026	26/06/2026

*Nota: No dia **16/04/2026**, foi realizada de forma presencial a **1ª Reunião Extraordinária***

2.3. Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva é o órgão de execução da gestão do RPPS e é composta por Diretor-Presidente, Superintendente, Diretor de Gestão Previdenciária, Diretor de Gestão Financeira e de Investimentos e Diretor Administrativo. Conforme a LC 1.532/2026, os membros da Diretoria Executiva serão de livre nomeação e exoneração pelo Chefe do Poder Executivo, dentre pessoas devidamente qualificadas para o exercício das funções, que comprovem o atendimento aos requisitos previstos no art. 8.º-B da Lei Federal n. 9.717/1998 e nas normativas federais que disciplinem os parâmetros e as diretrizes gerais para organização e funcionamento dos regimes próprios de previdência social, para sua nomeação ou permanência, sem prejuízo de outras condições estabelecidas na legislação.

DIRETORIA EXECUTIVA			
DIRIGENTES	**FORMAÇÃO**	**CERTIFICAÇÃO**	**VALIDADE**
Edson Paliari Diretor-Presidente	Ciências Econômicas	CP RPPS CODEL II CP RPPS DIRIG I	19/04/2027 28/02/2029
David Marlon da Silva Superintendente	Direito	CP RPPS DIRIG I	13/04/2030
José da Silva Neves Diretor de Gestão Previdenciária	Direito	CP RPPS DIRIG I	25/02/2029
Elisangela da Silva Candil Diretora Administrativa	Secretariado Executivo Trilíngue	CCP - CP RPPS DIRIG III	16/07/2030
Edimar de Oliveira Carvalho Diretor de Gestão Financeira e de Investimentos	Ciências Contábeis	CCP - CP RPPS DIRIG III	26/05/2030

No 2º trimestre de 2026, a Diretoria Executiva desempenhou suas atribuições legais e regimentais voltadas à gestão administrativa, previdenciária, financeira e institucional do RPPS, observando os princípios da legalidade, eficiência, transparência e responsabilidade na gestão dos recursos previdenciários. As principais atividades da Diretoria Executiva foram:

- **Gestão dos investimentos**: acompanhou o desempenho da carteira de investimentos e a evolução dos resultados ao longo do trimestre, bem como as estratégias de alocação e realocação de recursos, observando a Política de Investimentos e a regulamentação vigente.
- **Gestão atuarial:** manteve o acompanhamento das ações relacionadas à gestão atuarial e

ao equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS, considerando a Avaliação Atuarial de 2026 e o Plano de Custeio vigente e as obrigações decorrentes do planejamento estratégico institucional. O planejamento atualizado para o ciclo 2025–2029 contempla, entre suas ações, o encaminhamento da Avaliação Atuarial ao Conselho de Administração para aprovação e o acompanhamento das obrigações atuariais do Regime.

- **Gestão financeira e previdenciária**: foram apresentados aos Conselhos os relatórios de receitas e despesas e acompanhados os fluxos financeiros da Autarquia, incluindo receitas previdenciárias, repasses, despesas com benefícios e despesas administrativas. Também foram acompanhados os resultados da compensação previdenciária e a regularidade dos recursos destinados ao pagamento dos benefícios.
- **Gestão dos benefícios**: atuou no acompanhamento de processos de concessão, manutenção e cessação de benefícios. Também foram adotadas providências relacionadas ao controle da prova de vida dos aposentados e pensionistas.
- **Empréstimo consignado**: acompanhou o aperfeiçoamento das regras e da operacionalização do empréstimo consignado.
- **Governança, gestão e planejamento institucional**: Acompanhou as matérias administrativas, financeiras, atuariais e de investimentos submetidas aos órgãos colegiados; Acompanhou questões relacionadas a investimentos que demandavam medidas específicas e mitigação de riscos para o patrimônio previdenciário. Acompanhou questões submetidas ao Tribunal de Contas e de processos relacionados a investimentos, inclusive quanto às providências à defesa dos interesses da Autarquia; Validou e aprovou a atualização do Planejamento Estratégico referente ao período de 2025 a 2029 e submeteu à aprovação do Conselho de Administração. Manteve o acompanhamento das matérias administrativas, financeiras, atuariais e de investimentos submetidas aos órgãos colegiados e no período, também foram acompanhadas questões relacionadas à certificação profissional dos dirigentes, à participação em eventos de capacitação e às medidas necessárias ao fortalecimento da governança e da gestão institucional.
- **Transparência e prestação de contas:** promoveu, em 30 de abril de 2026, a Audiência Pública de Prestação de Contas referente ao exercício de 2025, com apresentação dos principais resultados financeiros, previdenciários e de investimentos da Autarquia, reforçando os mecanismos de transparência e controle social. A audiência contou com apresentações do Diretor-Presidente, do Contador e do Atuário.
- **Responsabilidade socioambiental:** aderiu, em abril, ao programa **"Servidor Sustentável"**, iniciativa voltada à educação ambiental e à melhoria da gestão de resíduos no ambiente institucional. A adesão foi formalizada pelo Diretor-Presidente e incluiu a adoção de novas práticas de separação de resíduos, substituição de lixeiras individuais por pontos coletivos de coleta seletiva e incentivo à participação dos servidores em ações de sustentabilidade.

2.4. Comitê de Investimentos

O Comitê de Investimentos é um órgão colegiado participante do processo

decisório quanto à formulação e à execução da política de investimentos, voltado para a discussão dos aspectos relativos ao planejamento, execução, monitoramento e avaliação de estratégias na gestão dos recursos da Maringá Previdência. É composto por 05 membros indicados pelo Diretor-Presidente, entre eles o presidente, com a aprovação do Conselho Deliberativo.

As reuniões são quinzenais e o calendário é disponibilizado no site da autarquia no início de cada exercício, bem como as atas das respectivas reuniões são publicadas para acesso ao público e maior transparência.

COMITÊ DE INVESTIMENTOS 2026		
MEMBRO	**CERTIFICAÇÃO**	**VALIDADE**
Edimar de Oliveira Carvalho	CP RPPS CGINV I	20/04/2027
Patrícia Dias Lopes	CP RPPS CGINV II	27/02/2028
Elisangela da Silva Candil	CP RPPS CGINV I	22/12/2027
Tatiane Gonçalves Damasceno	CP RPPS CGINV I	10/02/2029
Leandro dos Santos Domingos	CP RPPS CGINV III	26/06/2029

As principais ações do Comitê de Investimentos no 2º trimestre de 2026 foram:

- Acompanhamento do Plano de Ação Mensal de Gestão dos Recursos Financeiros e Cronograma;
- Elaboração de parecer mensal, de relatórios de investimentos, riscos, para aprovação do Conselho Fiscal: No segundo trimestre foram elaborados 3 (três) pareceres de investimentos e riscos e 2 (dois) pareceres de informações recebidas dos fundos fechados, ambos para apreciação do Conselho Fiscal.
- Apresentação dos relatórios mensais de investimentos para análise do Conselho de Deliberativo: No segundo trimestre foram apresentados 3 (três) pareceres para aprovação ao Conselho Deliberativo, um deles elaborado na reunião extraordinária;
- Apresentação de propostas de novos investimentos, desinvestimentos e movimentações financeiras para aprovação do Conselho de Administração: No segundo trimestre foram apresentadas 3 (três) proposições de movimentos, sendo: uma proposta de resgates para alocação em fundo mais rentável; uma proposta para aquisição de títulos públicos, indexados ao IPCA; uma proposta para realocação de recursos para investimento em Renda Fixa Referenciado DI.
- Análise mensal da carteira de investimentos e do cenário econômico: Esta análise é apresentada em todas as atas das reuniões quinzenais.
- Acompanhamento dos Fundos de Investimentos Estruturados Estressados existentes na carteira: Toda reunião ordinária quinzenal, é feita apresentação sobre as atualizações e movimentações dos fundos estressados que recebemos das administradoras, todas ocorrências recebidas ficam registradas em ata. E mensalmente é emitido um parecer específico sobre os fundos estressados para apreciação do Conselho Fiscal.
- Participação em Assembleias Gerais de Cotistas, presencialmente ou por videoconferência: No segundo trimestre do ano de 2026, aconteceram 3 (três)

Assembleias mediante manifestação de voto, sendo a primeira Assembleia foi em 08/04/2026 do fundo BR HOTÉIS FII - CNPJ: 15.461.076/0001-91, por vídeo conferência, a segunda foi realizada em 24/04/2026 do fundo LME REC MULTISETORIAL IPCA FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS, mediante apresentação de voto, e a terceira assembleia foi do fundo INCENTIVO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISETORIAL II, mediante envio de voto.

- Acompanhamento da Política de Investimentos 2026: Devido a publicação da Nova Resolução emitida pelo CMN Nº 5.272, de 18 de Dezembro de 2025. A Política de Investimentos da Maringá passou por adequações para ficar enquadrada às novas exigências definidas.
- Participação em reuniões presenciais ou por videoconferência, com representantes de instituições financeiras: Em abril tivemos reunião com a empresa Flinke que apresentou os resultados do empréstimo consignado da Maringá Previdência desde sua implantação, uma reunião presencial no mês de maio com a Caixa Asset para fortalecer o relacionamento entre os entes. Em junho o comitê foi convidado a conhecer a sede do Sicredi Dexis, ocasião na qual o comitê conheceu a estrutura e também foram apresentadas algumas modalidades de investimentos da instituição.
- Credenciamento de instituições financeiras: No segundo trimestre depois da atualização do Edital de Credenciamento, foram firmados os credenciamentos: Na categoria Emissor de Ativo Financeiro com o Banco BTG Pactual S/A, na categoria Administrador com o Banco Cooperativo Sicredi e categoria Gestor com a Sicredi Asset Management Ltda, na categoria Distribuidor e Emissor esta o Banco Santander Brasil S/A, e por fim, na categoria de Custodiante foi firmado com a corretora XP Investimentos CCTVM S/A.
- Reunião Extraordinária: Neste segundo trimestre, teve a primeira Reunião Extraordinária que se fez necessária para atualização da Política de Investimentos e atualização do Edital de Credenciamento.

2.5. **Equipe**

A Maringá Previdência conta com quadro próprio de servidores, sendo formado no 2º trimestre de 2026 por 22 (vinte e dois) servidores:

Servidores	Área de atuação
Edson Paliari	Diretor-Presidente
Alessandra de Oliveira Cabral Gomes	Gerência de Comunicação e Eventos
Ana Rita Vomstein	Benefícios
Andreia Cristina de Morais	Benefícios
Aparecida de Fatima da Silva	Administrativo
Bárbara Garcia Schneider	Controladoria Interna
Bruna Pereira Kuhn	Gerência Administrativa
David Marlon da Silva	Superintendência

Servidores	Área de atuação
Dayane Cristina Deretti Guerra	Serviço Social
Edimar de Oliveira Carvalho	Diretoria de Gestão Financeira e de Investimentos
Elisangela da Silva Candil	Diretoria Administrativa
Felicia Yumiko Hayashi Belato Vieira	Benefícios
Gustavo Henrique Polsaque Cavalcante	Administrativo
Jose da Silva Neves	Diretoria de Gestão Previdenciária
Leandro dos Santos Domingos	Gerência Financeira
Marcio Douglas Rissato Maia	Gerência de Investimentos
Patricia Dias Lopes	Administrativo
Raphael Rodrigues Romero	Gerência de Benefícios
Rosangela Maria de Andrade Zandonadi da Silva	Administrativo
Sinádia Batista Silva	Compensação Previdenciária
Tatiane Gonçalves Damasceno	Benefícios
Vinícius Arcolezi da Mota	Benefícios

No 2º trimestre de 2026, integraram o quadro de pessoal as seguintes estagiárias:

Estagiárias	Área de atuação
Emily Caroliny de Souza Hotta	Setor Financeiro e Contabilidade
Ester Pereira Flauzino	Atendimento
Juliana Maria dos Anjos	Setor de Benefícios
Manuella Vitória Marega	Atendimento
Quethelyn Bruna Reis de Paula	Atendimento

3. CERTIFICAÇÃO PRÓ-GESTÃO - NÍVEL II

A Maringá Previdência conta com a Certificação Nível II do PRÓ-GESTÃO - Programa de Certificação Institucional dos Regimes Próprios de Previdência Social, regularmente renovada em 2025. O Programa é pautado em três dimensões: Controles Internos, Governança Corporativa e Educação Previdenciária.

4. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O Planejamento Estratégico da Maringá Previdência é um estudo abrangente que estabelece as diretrizes e metas da instituição para o período de janeiro de 2025 a dezembro de 2029. Com um foco claro na melhoria contínua, este planejamento visa a otimização de

processos, métodos e ferramentas de trabalho, promovendo uma gestão mais eficiente e transparente. Através de uma análise detalhada do contexto atual e das tendências futuras, o planejamento busca identificar oportunidades de inovação e aprimoramento. As estratégias propostas visam não apenas a excelência nos resultados, mas também a satisfação dos beneficiários e a sustentabilidade da instituição.

Além disso, o estudo inclui a definição de indicadores de desempenho que permitirão monitorar o progresso e a efetividade das ações implementadas. A participação ativa da Diretoria Executiva, servidores da Maringá Previdência e órgãos colegiados, é essencial para o sucesso das iniciativas, garantindo que todos estejam alinhados em torno dos objetivos comuns. Com uma visão de longo prazo, o Planejamento Estratégico da Maringá Previdência é um compromisso com a evolução e a excelência no serviço prestado, reforçando o papel da instituição como uma referência em previdência.

O Planejamento Estratégico 2025-2029, versão nº 2, atualizada em 2026, foi aprovado pelo Conselho Deliberativo, por unanimidade, na Ata de Reunião nº 11, a décima reunião ordinária, do dia 29 de maio de 2026. O documento encontra-se disponível no site oficial da Maringá Previdência.

5. CAPACITAÇÃO DA EQUIPE E MEMBROS DOS CONSELHOS

O Plano de Capacitação da Maringá Previdência é anual e estabelece diretrizes para as ações de capacitação dos servidores do RPPS, seus dirigentes e conselheiros, definindo temas, metodologias e critérios a serem utilizados para o desenvolvimento profissional, em consonância com os objetivos estratégicos, as metas institucionais e as políticas de desenvolvimento de pessoas.

O Plano Anual de Capacitação da Maringá Previdência constitui o instrumento de planejamento das ações voltadas ao desenvolvimento de competências dos servidores, dirigentes e membros dos órgãos colegiados do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS). O documento estabelece as diretrizes e os temas prioritários e ao longo do ano há o acompanhamento das atividades de desenvolvimento profissional, em alinhamento ao planejamento estratégico, às necessidades institucionais e às exigências legais e normativas.

No 2º trimestre de 2026, o acompanhamento das metas do Plano de Capacitação foi atualizado conforme detalhamento a seguir:

Meta	Qtd. Total	Realizado	Índice meta	Índice alcançado
Meta 1: Formação básica em Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) para novos gestores ou servidores	3	2	**100%**	**66,67%**
Meta 1: Formação básica em Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) para servidores	20	12	**50%**	**60,00%**
Meta 2: Capacitação sobre as regras de aposentadoria e pensão por morte os servidores que atuam na área de concessão de benefícios	8	8	**100%**	**100,00%**

Meta	Qtd. Total	Realizado	Índice meta	Índice alcançado
Meta 3: Capacitação sobre investimentos para os servidores que atuam na área	9	8	**100%**	**88,89%**
Meta 4: Capacitação em gestão previdenciária para servidores	23	5	**50%**	**21,74%**
Meta 5: Capacitação sobre as atribuições e responsabilidades dos conselheiros	12	0	**100%**	**0,00%**
Meta 6: Capacitação dos conselheiros nas áreas do RPPS	12	9	**100%**	**75,00%**
Meta 7: Capacitação específica para atuações nas demais áreas do RPPS	23	14	**60%**	**60,87%**

6. PREVIDÊNCIA

6.1. Segurados e beneficiários

A Maringá Previdência é responsável pela gestão dos benefícios de aposentadoria e pensão por morte dos servidores públicos municipais. São segurados do RPPS os servidores estatutários titulares de cargos efetivos, os servidores aposentados e os pensionistas. Ao final do 2º trimestre, o regime apresentava o seguinte quantitativo de segurados e beneficiários:

SERVIDORES ATIVOS	APOSENTADOS	PENSIONISTAS	TOTAL
11.265	4.170	929	**16.364**

6.2. Benefícios previdenciários concedidos no período

A Maringá Previdência concedeu, no 2º trimestre de 2026, benefícios distribuídos entre o fundo em repartição e fundo em capitalização, da seguinte forma:

Fundo	Repartição	Capitalização	Total
Aposentadorias	37	16	53
Pensões	9	12	21
TOTAL	**46**	**28**	**74**

6.3. Recadastramento

Quanto à Gestão e Controle da Base de Dados Cadastrais dos Servidores Ativos, Aposentados e Pensionistas, a Maringá Previdência realizou Censo Previdenciário para todos

servidores ativos e inativos e pensionistas em 2023. Realiza também, anualmente, o recadastramento de aposentados e pensionistas no mês de aniversário de cada beneficiário. No ato da concessão do benefício é assinado Termo de Responsabilidade e Compromisso reconhecendo a ciência da obrigação de realizar o recadastramento, sob possibilidade de suspensão dos pagamentos dos benefícios em caso de descumprimento.

O recadastramento pode ser presencial ou online pelo Portal do Segurado, proporcionando maior comodidade aos aposentados e pensionistas que não precisam se deslocar para cumprir essa obrigação. Foram realizados os seguintes recadastramentos:

RECADASTRAMENTO – CAMPANHAS DE ABRIL A JUNHO 2026			
TIPO	**ONLINE**	**PRESENCIAL**	**TOTAL**
APOSENTADOS	292	469	761
PENSIONISTAS	67	108	175
TOTAL	**359**	**577**	**936**

6.4. Atendimentos do RPPS

Os principais atendimentos da Maringá Previdência são registrados em planilha de acompanhamento. No 2º trimestre de 2026, os atendimentos registrados foram:

Mês	Presencial	Telefone / Online	Visita Domiciliar	Total
Abril	531	136	7	**674**
Maio	561	137	26	**724**
Junho	499	171	26	**696**
Total	**1.591**	**444**	**59**	**2.094**

No 2º trimestre a Maringá Previdência registrou 2.094 atendimentos em geral, considerando presencial, telefônico e visitas domiciliares.

6.5. Evolução da folha de pagamento do RPPS

Despesas com folha de pagamento liquidadas até 2025:

ANO	FUNDO FINANCEIRO (R$)	FUNDO PREVIDENCIÁRIO (R$)	ÓRGÃO GERENCIADOR (R$)	TOTAL (R$)
2014	62.667.389,67	548.714,07	886.684,42	64.102.788,16
2015	73.105.648,86	805.502,31	1.023.502,58	74.934.653,75
2016	84.836.481,74	1.246.296,10	1.156.147,09	87.238.924,93
2017	101.168.824,19	2.017.986,95	1.348.349,62	104.535.160,76

ANO	FUNDO FINANCEIRO (R$)	FUNDO PREVIDENCIÁRIO (R$)	ÓRGÃO GERENCIADOR (R$)	TOTAL (R$)
2018	112.552.637,70	2.689.522,78	1.165.516,57	116.407.677,05
2019	130.580.561,37	3.490.087,31	1.205.803,09	135.276.451,77
2020	149.414.308,65	4.599.211,70	1.375.633,33	155.389.153,68
2021	168.505.007,17	6.150.874,48	1.450.465,05	176.106.346,70
2022	194.513.623,79	8.314.804,51	1.705.861,62	204.534.289,92
2023	221.849.114,91	11.370.518,78	2.054.458,63	235.274.092,32
2024	252.128.127,03	14.963.618,15	2.319.254,44	269.410.999,62
2025	279.172.297,09	19.812.703,27	2.409.999,05	301.394.999,41

Despesas com folha de pagamento liquidadas até 2º trimestre de 2026:

ANO	FUNDO EM REPARTIÇÃO (R$)	FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (R$)	ÓRGÃO GERENCIADOR (R$)	TOTAL (R$)
2026	109.662.015,88	50.520.772,37	1.408.592,86	161.591.381,11

6.6. Resumo das folhas de pagamento das entidades

As folhas de pagamento dos servidores vinculados ao RPPS, com base na competência, tiveram o seguinte comportamento no 2º trimestre:

Ente	Total folha	Base de contribuição
Prefeitura	197.397.325,47	138.781.364,44
Câmara	6.442.331,36	2.980.446,36
IAM	1.464.033,66	946.137,25
AMR	146.889,40	61.192,15
IPPLAM	610.340,72	495.132,19
Maringá Previdência (ativos)	579.883,87	346.596,68
TOTAL	206.640.804,48	143.610.869,07

7. FINANCEIRO

7.1. Receitas e despesas

Conforme Balancete da Receita e Balancete de Despesa, segue o comparativo entre o previsto e o realizado no 2º trimestre:

RECEITA	PREVISTO	REALIZADO	RESULTADO (%)
Contribuições	44.382.632,20	41.790.440,08	94,16%
Patrimonial	42.573.600,00	42.912.782,14	100,80%
Retorno com Empréstimo Consignado	2.764.800,00	368.038,71	13,31%
Taxa de Administração	2.549.024,22	2.420.316,65	94,95%
Outras Receitas	4.384.615,38	7.897.829,85	180,13%
TOTAL	**96.654.671,80**	**95.389.407,43**	**98,69%**

DESPESA	PREVISTO	REALIZADO	RESULTADO (%)
Pessoal e encargos	85.726.980,00	87.387.822,26	101,94%
Outras despesas	6.356.428,50	3.219.392,06	50,65%
TOTAL	**92.083.408,50**	**90.607.214,32**	**98,40%**

No 2º trimestre de 2026 a Maringá Previdência contabilizou as seguintes receitas consolidadas:

RECEITAS	REPARTIÇÃO (R$)	CAPITALIZAÇÃO (R$)	ÓRGÃO GERENCIADOR (R$)	TOTAL (R$)	PERCENTUAL (%)
Contribuição Patronal	12.383.673,31	7.770.015,12	0,00	20.153.688,43	21,13%
Contribuição Servidor	12.385.282,94	7.772.176,42	0,00	20.157.459,36	21,13%
Contribuição Inativo/ pensionista	960.509,06	445.770,16	0,00	1.406.279,22	1,47%
Rendimento de Aplicação Financeira	525.420,78	41.738.680,67	636.846,14	42.900.947,59	44,97%
Compensação Previdenciária	7.817.875,80	79.954,05	0,00	7.897.829,85	8,28%
Juros Emp. Consignados		294.331,16	0,00	294.331,16	0,31%
Aluguéis		11.834,55	0,00	11.834,55	0,01%
Parcelamentos		73.013,07	0,00	73.013,07	0,08%
Outras receitas			73.707,55	73.707,55	0,08%
Taxa de Administração			2.305.063,47	2.305.063,47	2,42%
Complemento da Taxa de Administração			115.253,18	115.253,18	0,12%
TOTAL	**34.072.761,89**	**58.185.775,20**	**3.130.870,34**	**95.389.407,43**	**100%**

E no mesmo período, as despesas liquidadas consolidadas foram as seguintes:

DESPESAS	REPARTIÇÃO (R$)	CAPITALIZAÇÃO (R$)	ÓRGÃO GERENCIADOR (R$)	TOTAL (R$)	PERCENTUAL (%)
Aposentadorias	51.777.067,93	23.471.750,70		75.248.818,63	83,05%
Pensões	7.632.610,46	3.747.184,81		11.379.795,27	12,56%

DESPESAS	REPARTIÇÃO (R$)	CAPITALIZAÇÃO (R$)	ÓRGÃO GERENCIADOR (R$)	TOTAL (R$)	PERCENTUAL (%)
Compensação Previdenciária	541.038,61	851,37		541.889,98	0,60%
Folha Ativos			759.208,36	759.208,36	0,84%
SAMA*			2.096.361,45	2.096.361,45	2,31%
PASEP			30.890,54	30.890,54	0,03%
Conselho Complementar*			117.390,78	117.390,78	0,13%
Bens permanentes			1.300,00	1.300,00	0,00%
Despesa com pessoa física			27.621,36	27.621,36	0,03%
Despesa com pessoa jurídica			331.308,23	331.308,23	0,37%
Diárias, Restituições e Indenizações			21.977,12	21.977,12	0,02%
Outras despesas			50.652,60	50.652,60	0,06%
TOTAL	**59.950.717,00**	**27.219.786,88**	**3.436.710,44**	**90.607.214,32**	**100%**

O SAMA, Sistema de Atenção à Saúde dos Servidores da Prefeitura de Maringá, e o Conselho de Acompanhamento do Regime de Previdência Complementar são despesas registradas contabilmente pela Maringá Previdência, porém custeadas pela PMM através de Interferência Financeira. Despesa com Pessoa Jurídica refere-se às contratações de serviços em geral prestados por pessoas jurídicas, incluindo consultorias, sistemas de informação, telefonia, energia elétrica, condomínio e demais serviços correlatos. Outras Despesas referem-se, principalmente, a gastos de consumo destinados à manutenção do Órgão Gerenciador, tais como materiais de expediente, materiais de limpeza e demais itens correlatos.

7.2. Transferências e aportes

No 2º trimestre de 2026, a Maringá Previdência recebeu da Prefeitura as seguintes transferências destinadas aos aportes para insuficiência financeira do Fundo Financeiro e Interferência Financeira:

	REPARTIÇÃO (R$)	CAPITALIZAÇÃO (R$)
	Aporte Por Insuf. Financeira	**Interferência Financeira**
2º Trimestre	24.100.000,00	2.100.000,00

8. GESTÃO DE INVESTIMENTOS

8.1. Aplicações Financeiras

A carteira alcançou **R$1.379.655.807,14** ao final do 2º trimestre. Os investimentos

em títulos públicos (7, III) totalizaram **R$ 1.077.429.592,26** em junho, **78,09%** do total da carteira.

A carteira no mês de junho, por classe de aplicação, segue:

CLASSE	PERCENTUAL DA CARTEIRA (%)	MONTANTE (R$)
Renda Fixa	98,81%	1.363.176.570,48
Empréstimo Consignado	0,84%	11.605.693,12
Estruturados	0,20%	2.777.085,93
Fundos Imobiliários	0,15%	2.096.457,61
TOTAL	**100%**	**1.379.655.807,14**

Conforme ata nº 14/2026 do Comitê de Investimentos, após provocação da Maringá Previdência, a LEMA Consultoria de Investimentos promoveu a revisão da metodologia de cálculo da rentabilidade mensal da carteira, em razão dos impactos decorrentes da contabilização da carteira de empréstimos consignados. Em decorrência dessa revisão, foram recalculados os retornos mensais desde outubro de 2025, resultando na atualização dos indicadores históricos de desempenho da carteira. Com isso, a rentabilidade acumulada de 2025 foi revisada de 11,55% para 11,82%, enquanto o retorno acumulado até junho de 2026 passou de 6,61% para **7,22%.**

Para fins de apuração da aderência à meta atuarial, consideram-se apenas os ativos do **fundo em capitalização**, por serem os que efetivamente financiam as obrigações atuariais. Dessa forma, ao final do 2º trimestre de 2026 a rentabilidade ultrapassou a meta prevista de **6,38%**, conforme demonstrado a seguir:

MÊS	META	RENTABILIDADE (%)	RENTABILIDADE (R$)
Janeiro	0,81%	1,07%	13.125.943,54
Fevereiro	1,18%	0,93%	9.918.060,33
Março	1,36%	0,99%	13.456.653,28
Abril	1,15%	1,76%	21.833.448,34
Maio	1,06%	1,22%	14.192.289,28
Junho	0,64%	1,05%	13.858.350,44
ACUMULADO 2026	**6,38%**	**7,22%**	**86.384.745,19**

8.2. Fluxo de entrada e de saída de recursos

O fluxo de entradas e saídas de recursos no fechamento do 2º trimestre:

Mês	Saldo inicial	Aplicações	Resgates	Retorno	Saldo final
Abril	R$ 1.375.590.058,97	R$ 74.286.209,18	R$ 77.666.216,45	R$ 22.211.493,99	R$ 1.394.224.216,52

Mês	Saldo inicial	Aplicações	Resgates	Retorno	Saldo final
Maio	R$ 1.394.224.216,52	R$ 38.040.168,74	R$ 23.078.930,80	R$ 14.569.721,79	R$ 1.408.263.940,19
Junho	R$ 1.408.263.940,19	R$ 23.747.663,36	R$ 31.547.844,50	R$ 14.265.139,21	R$ 1.414.618.405,85
Total / Saldo do período	**R$ 1.375.590.058,97**	**R$ 136.074.041,28**	**R$ 132.292.991,75**	**R$ 51.046.354,99**	**R$ 1.414.618.405,85**

8.3. Evolução da Carteira de Investimentos

A evolução da carteira de investimentos ao longo dos anos segue abaixo:

MÊS	FUNDO FINANCEIRO (R$)	FUNDO PREVIDENCIÁRIO (R$)	TOTAL (R$)
Dez/2012	1.897.642,40	44.537.237,66	46.434.880,06
Dez/2013	6.391.546,61	61.750.323,31	68.141.869,92
Dez/2014	7.379.447,43	92.271.506,36	99.650.953,79
Dez/2015	6.217.041,01	136.290.808,20	142.507.849,21
Dez/2016	3.442.900,40	191.025.900,06	194.468.800,46
Dez/2017	574.870,84	249.717.738,40	250.292.609,24
Dez/2018	1.979.068,41	324.892.103,35	326.871.171,76
Dez/2019	14.836.494,10	440.028.243,40	454.864.737,50
Dez/2020	149.823,72	512.802.790,57	512.952.614,29
Dez/2021	155.444,25	582.046.072,38	582.201.516,63
Dez/2022	288.677,28	671.095.145,09	671.383.822,37
Dez/2023	1.167.681,00	857.377.891,32	858.545.572,32
Dez/2024	723.854,18	1.068.447.046,80	1.069.170.900,98
Dez/2025	**18.538.454,78***	**1.308.450.380,29**	**1.326.988.835,07**

*Valores fundo financeiro somados aos valores de aplicação da taxa de administração.

Importante ressaltar que até 31 de dezembro de 2025, o modelo de divisão de massas seguia a previsão da Lei Complementar nº 749/2008, sendo dividido em Fundo Financeiro (segurados admitidos até 30 de dezembro de 2003) e Fundo Previdenciário (segurados ativos admitidos a partir de 31 de dezembro de 2003). A partir de 1º de janeiro de 2026, o modelo de divisão de massas foi reformulado conforme a Lei Complementar nº 1.517 de 2025, sendo dividido em Fundo em repartição e Fundo em capitalização.

8.4. Investimentos por Administradora

Considerando o valor total de **R $ 1.379.655.807,14**, referente ao fundo em

capitalização, segue a distribuição por administradora:

ADMINISTRADOR	PERCENTUAL	VALOR
TÍTULOS	83,43%	R$ 1.151.051.949,47
CAIXA ECONOMICA	7,49%	R$ 103.379.141,87
BANCO COOPERATIVO	3,07%	R$ 42.414.601,14
BANCO BRADESCO	1,59%	R$ 21.883.990,25
ITAU UNIBANCO	1,36%	R$ 18.764.832,61
SANTANDER DISTRIBUIDORA	0,91%	R$ 12.512.508,42
EMPRÉSTIMO CONSIGNADO	0,84%	R$ 11.605.696,12
BTG PACTUAL	0,68%	R$ 9.380.679,53
RJI CORRETORA	0,33%	R$ 4.564.660,91
BANVOX DISTRIBUIDORA	0,16%	R$ 2.270.760,40
BNY MELLON	0,10%	R$ 1.404.154,79
PLANNER CORRETORA	0,03%	R$ 422.834,63
Total	**100%**	**R$ 1.379.655.810,14**

8.5. **Ativos que compõem a carteira de investimentos**

Descrição da alocação consolidada por segmentos, comparando a posição atual da carteira com os tetos regulatórios (Resolução CMN 5.272/2025) e as metas táticas definidas na Política de Investimentos (Limites Inferior, Alvo e Superior), em junho de 2026:

Tipo de Ativo	Ativo	Carteira (R$)	Carteira (%)	Limite 5.272 (%)	Inferior (%)	Alvo (%)	Superior (%)
Renda Fixa	FI Renda Fixa Referenciado 100% títulos TN	R$ 180.756.338,72	12,78%	100,00%	0,00%	10,00%	30,00%
Renda Fixa	Títulos Tesouro Nacional	R$ 0,00	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	20,00%
Renda Fixa	Títulos Tesouro Nacional (Balcão)	R$ 1.077.429.592,26	76,16%	100,00%	60,00%	75,00%	90,00%
Renda Fixa	Operações Compromissadas - TN	R$ 0,00	0,00%	5,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Renda Fixa	FI Renda Fixa e ETF Renda Fixa	R$ 63.385.841,26	4,48%	80,00%	2,00%	3,00%	20,00%
Renda Fixa	Ativos Bancários	R$ 73.622.357,21	5,20%	20,00%	0,00%	5,00%	10,00%
Renda Fixa	FI Renda Fixa "Crédito Privado"	R$ 0,00	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Renda Fixa	FI Debêntures	R$ 0,00	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Renda Fixa	FI Direitos Creditórios (FIDC) - Sênior	R$ 2.945.036,74	0,21%	0,00%	0,00%	0,00%	3,00%
SUBTOTAL – Renda Fixa		**R$ 1.398.139.166,19**	**98,83%**				
Estruturados	FI Multimercado	R$ 0,00	0,00%	15,00%	0,00%	1,00%	10,00%

Tipo de Ativo	Ativo	Carteira (R$)	Carteira (%)	Limite 5.272 (%)	Inferior (%)	Alvo (%)	Superior (%)
Estruturados	Fiagro	R$ 0,00	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Estruturados	FI em Participações	R$ 2.777.085,93	0,20%	0,00%	0,00%	0,00%	1,00%
Estruturados	FI "Ações - Mercado de Acesso"	R$ 0,00	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
SUBTOTAL – Estruturados		**R$ 2.777.085,93**	**0,20%**				
Fundos Imobiliários	FI Imobiliário	R$ 0,00	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	1,00%
Fundos Imobiliários	Desenquadrado	R$ 2.096.457,61	0,15%	0,00%			
SUBTOTAL - Fundos Imobiliários		**R$ 2.096.457,61**	**0,15%**				
Emprést. Consignados	Empréstimos Consignados	R$ 11.605.696,12	0,82%	10,00%	0,00%	5,00%	10,00%
SUBTOTAL - Emprést. Consignados		**R$ 11.605.696,12**	**0,82%**				
TOTAL GERAL		**R$ 1.414.618.405,85***	**100,00%**				

*Valores consolidados do fundo em capitalização, em repartição e taxa de administração

8.6. Contratos de Empréstimo Consignado da Maringá Previdência

No 2º trimestre de 2026, foram celebrados **302 contratos de empréstimo consignado**, totalizando **R$ 4.465.939,72** em valores concedidos, incluindo os encargos.

2026		
Competência	**Contratos**	**Valor Concedido***
jan/26	71	1.489.852,48
fev/26	51	796.177,22
mar/26	144	1.756.907,38
abr/26	140	1.636.421,49
mai/26	85	1.298.575,19
jun/26	77	1.530.943,04
TOTAL	**568**	**8.508.876,80**

*O valor concedido refere-se ao valor total do contrato, incluindo os encargos. Fonte: Gerência Financeira

9. EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO ATUARIAL

Esta seção apresenta o custo previdenciário total, evolução quantitativa e qualitativa dos custos por tipo de benefício, evolução do resultado relativo ao equilíbrio financeiro e atuarial e evolução do plano de custeio. Foi elaborada pelo atuário responsável pela avaliação atuarial do exercício de 2026, André Sablewski Grau, MIBA nº 2.372, no âmbito do Contrato nº 06/2025-MGAPREV, celebrado com a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe).

Os números reproduzem a avaliação atuarial com data focal em 31 de dezembro de

2025, os Demonstrativos de Resultados da Avaliação Atuarial (DRAA) dos exercícios de 2023 a 2026, os fluxos atuariais encaminhados ao CADPREV e os DIPR bimestrais. São os mesmos do Relatório de Gestão Atuarial de 2026, que traz a análise completa, e acompanham o Relatório de Análise das Hipóteses, que fundamenta as premissas.

9.1. Massa de segurados na data focal

A avaliação de 2026 foi elaborada sobre a base cadastral de 31 de dezembro de 2025, já distribuída entre os dois fundos da Lei Complementar municipal nº 1.517/2025. A primeira massa, vinculada ao Fundo em Repartição, reúne os servidores que ingressaram no serviço público municipal até 31 de dezembro de 2014 e os benefícios concedidos até 31 de dezembro de 2021; a segunda, vinculada ao Fundo em Capitalização, reúne os que ingressaram a partir de 1º de janeiro de 2015 e os demais benefícios, na forma do art. 58 da mesma lei. A massa soma 16.249 segurados e beneficiários.

Fundo em Capitalização: composição da massa em 31 de dezembro de 2025

Grupo	Quantidade	Idade média (anos)	Valor médio mensal (R$)	Folha mensal (R$)
Ativos - demais servidores	3.531	41,12	3.410,79	12.043.494,10
Ativos - professores	1.694	41,23	2.750,70	4.659.680,50
Ativos total	**5.225**	**41,16**	**3.196,78**	**16.703.174,60**
Aposentados	1.299	62,09	5.087,99	6.609.301,47
Pensionistas	322	56,33	3.314,74	1.067.347,32
Total	**6.846**	**45,84**	**3.561,18**	**24.379.823,39**

Fonte: avaliação atuarial do exercício de 2026.

Fundo em Repartição: composição da massa em 31 de dezembro de 2025

Grupo	Quantidade	Idade média (anos)	Valor médio mensal (R$)	Folha mensal (R$)
Ativos - demais servidores	4.578	49,97	5.012,39	22.946.742,15
Ativos - professores	1.479	49,99	4.095,87	6.057.785,00
Ativos total	**6.057**	**49,97**	**4.788,60**	**29.004.527,15**
Aposentados	2.761	69,71	5.127,64	14.157.411,53
Pensionistas	585	67,40	3.595,49	2.103.362,73
Total	**9.403**	**56,85**	**4.813,92**	**45.265.301,41**

Fonte: avaliação atuarial do exercício de 2026.

Tempos médios de contribuição dos servidores ativos, por sexo, em 31 de dezembro de 2025

Medida	Masculino	Feminino	Total
Servidores ativos	2.805	8.477	11.282

Medida	Masculino	Feminino	Total
Tempo anterior de contribuição no RGPS	1,53	1,85	1,69
Tempo anterior de contribuição em RPPS	0,00	0,00	0,00
Tempo no Município sob o RPPS	13,41	11,39	12,22
Tempo total de contribuição	14,94	13,24	13,92

Fonte: estatísticas da avaliação atuarial do exercício de 2026, consolidados os dois fundos.

9.2. Premissas atuariais

As premissas alteram significativamente os valores apurados e são escolhidas em conjunto pelo Ente Federativo, pela unidade gestora e pelo atuário, na forma do art. 33 da Portaria MTP nº 1.467/2022.

Premissas adotadas nas quatro últimas avaliações

Premissa	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2025
Taxa atuarial de juros	4,81%	5,25%	5,32%	5,92%
Tábua de mortalidade	IBGE 2020	IBGE 2022	IBGE 2023	IBGE 2024
Tábua de entrada em invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Crescimento real das remunerações	1,06%	1,11%	1,13%	1,00%
Crescimento real dos benefícios	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Reposição de segurados	não adotada	não adotada	não adotada	um por desligamento, a 60%
Permanência após a elegibilidade	não informada	não informada	não informada	3 anos

Fonte: DRAA dos exercícios de 2023 a 2026.

A taxa de juros é aferida pelo confronto entre a rentabilidade real obtida e a meta de cada exercício, que o quadro a seguir resume. A rentabilidade superou a meta nos três exercícios, e o Relatório de Análise das Hipóteses concluiu pela manutenção das premissas, inclusive da tábua de mortalidade, cuja aderência a massa não permite aferir por idade e sexo, por insuficiência estatística.

Rentabilidade dos recursos e meta atuarial

Exercício	Rentabilidade nominal	IPCA	Rentabilidade real	Meta real
2023	12,49%	4,62%	7,52%	4,81%
2024	11,13%	4,83%	6,01%	5,25%
2025	11,62%	4,26%	7,05%	5,32%

Nota: rentabilidade apurada pelo método de Dietz sobre os DIPR e os DAIR do exercício. Fonte: DIPR e DAIR do CADPREV; IPCA do IBGE.

9.3. Custo previdenciário total

O custo previdenciário total apresenta-se sob duas óticas: o custo do exercício, pelo fluxo atuarial de 2026, e o custo total em valor presente, pelo valor atual dos benefícios futuros na data focal. A primeira é a que interessa ao orçamento do Ente Federativo; a segunda dimensiona o compromisso do regime com a massa existente.

9.3.1. **Plano de custeio vigente**

Plano de custeio vigente, idêntico nos dois fundos

Contribuinte	Alíquota	Base de incidência
Ente Federativo, custeio normal	14,00%	Remuneração de contribuição dos servidores ativos
Ente Federativo, taxa de administração	1,68%	Remuneração de contribuição dos servidores ativos
Servidores ativos	14,00%	Remuneração de contribuição
Aposentados e pensionistas	14,00%	Parcela dos proventos que excede o limite máximo do RGPS
Prefeitura Municipal	não se aplica	Cobertura mensal da insuficiência financeira do Fundo em Repartição

Fonte: avaliação atuarial do exercício de 2026; alíquotas da legislação municipal a que remetem os arts. 60 e 61 da Lei Complementar municipal nº 1.517/2025; cobertura da insuficiência pelo art. 68, § 1º, da mesma lei.

9.3.2. **Custo do exercício de 2026**

Custo previdenciário previsto para o exercício de 2026, em moeda de 31 de dezembro de 2025

Componente	Fundo em Capitalização (R$)	Fundo em Repartição (R$)	Total (R$)
Benefícios e demais despesas do plano	108.800.201,38	238.112.499,75	346.912.701,13
Contribuições e compensação previdenciária	75.726.565,88	133.150.354,69	208.876.920,57
Cobertura da insuficiência financeira pelo Ente	não se aplica	103.334.378,54	103.334.378,54
Rentabilidade esperada dos recursos	77.883.006,58	não se aplica	77.883.006,58
Variação do patrimônio do fundo	44.809.371,08	−1.627.766,52	43.181.604,56

Fonte: fluxos atuariais do exercício de 2026 encaminhados ao CADPREV. No Fundo em Repartição, a variação negativa corresponde ao consumo dos recursos remanescentes do fundo, de R$ 1.536.918,64 em 31 de dezembro de 2025, e do seu rendimento.

O custo previdenciário previsto para 2026 é de R$ 346.912.701,13. As contribuições e a compensação previdenciária cobrem 60,2% desse valor; a cobertura da insuficiência financeira do Fundo em Repartição, a cargo da Prefeitura, responde por R$ 103.334.378,54, ou 29,8%; e o Fundo em Capitalização paga a parcela dos seus benefícios que excede as receitas do exercício com os próprios recursos, cuja rentabilidade esperada, de R$ 77.883.006,58, supera essa parcela e eleva o patrimônio do fundo em R$ 44.809.371,08.

A rentabilidade é esperada, e não garantida: corresponde à taxa atuarial de 5,92% ao ano sobre os recursos garantidores, que é a mesma taxa de desconto do passivo, e o resultado efetivo das aplicações pode divergir, para mais ou para menos, conforme o comportamento dos mercados. Nos três últimos exercícios, a rentabilidade real superou a meta, como mostra o quadro da seção de premissas.

9.3.3. Custo total em valor presente, por tipo de benefício

Valor atual dos benefícios futuros por tipo de benefício, em 31 de dezembro de 2025

Benefício	Fundo em Capitalização (R$)	Fundo em Repartição (R$)	Total (R$)	Part.
Benefícios concedidos				
Aposentadorias programadas (idade, tempo de contribuição e compulsória)	863.097.871,50	1.536.560.770,01	2.399.658.641,51	43,1%
Aposentadorias do professor	147.310.207,13	238.789.556,24	386.099.763,37	6,9%
Aposentadorias por incapacidade permanente	17.150.338,68	76.467.554,90	93.617.893,58	1,7%
Pensões por morte	157.558.408,03	309.054.864,69	466.613.272,72	8,4%
Subtotal dos concedidos	**1.185.116.825,34**	**2.160.872.745,84**	**3.345.989.571,18**	**60,1%**
Benefícios a conceder				
Aposentadorias programadas (idade, tempo de contribuição e compulsória)	309.131.711,33	1.160.017.190,35	1.469.148.901,68	26,4%
Aposentadorias do professor	139.076.710,61	357.083.852,44	496.160.563,05	8,9%
Aposentadorias por incapacidade permanente e pensões delas decorrentes	88.389.890,90	107.484.430,90	195.874.321,80	3,5%
Pensões por morte	11.356.330,19	45.616.491,80	56.972.821,99	1,0%
Subtotal dos a conceder	**547.954.643,03**	**1.670.201.965,49**	**2.218.156.608,52**	**39,9%**
Total	**1.733.071.468,37**	**3.831.074.711,33**	**5.564.146.179,70**	**100,0%**

Nota: geração atual, isto é, a massa existente na data focal; os benefícios da geração futura entram no resultado do Fundo em Capitalização, apresentado adiante. A aposentadoria por incapacidade permanente dos servidores ativos, com as pensões dela decorrentes, é avaliada em repartição de capitais de cobertura, conforme a Nota Técnica Atuarial de 2026. Fonte: resultados da avaliação atuarial do exercício de 2026.

O compromisso total com a massa existente é de R$ 5.564.146.179,70, dos quais 60,1% correspondem a benefícios já concedidos e 68,9% ao Fundo em Repartição, que reúne as gerações mais antigas de servidores. As aposentadorias programadas, concedidas e a conceder, respondem por 69,5% do total.

9.4. Evolução quantitativa e qualitativa dos custos por tipo de benefício

A evolução por tipo de benefício é medida pela quantidade de benefícios em manutenção em 31 de dezembro de cada exercício e pela despesa anual correspondente, consolidados os dois fundos. A consolidação é necessária porque a revisão da segregação redistribuiu a massa entre os fundos a partir de 2026, e o confronto por fundo misturaria o efeito da nova composição com a evolução dos próprios benefícios.

Benefícios em manutenção e despesa anual por tipo de benefício, 2023 a 2025

Tipo de benefício	Qtde 2023	Despesa 2023 (R$)	Qtde 2024	Despesa 2024 (R$)	Qtde 2025	Despesa 2025 (R$)
Aposentadoria por tempo de contribuição e por idade	2.770	172.181.809,80	2.964	198.879.185,31	3.270	228.859.739,55
Aposentadoria por incapacidade permanente	206	7.209.408,18	216	8.028.197,97	218	8.252.581,48

Tipo de benefício	Qtde 2023	Despesa 2023 (R$)	Qtde 2024	Despesa 2024 (R$)	Qtde 2025	Despesa 2025 (R$)
Aposentadoria compulsória	43	1.172.637,57	43	1.193.505,04	43	1.345.480,24
Aposentadoria do professor	444	24.284.085,41	487	27.775.607,34	529	31.509.467,73
Aposentadoria especial (atividade de risco ou prejudicial à saúde)	2	218.001,81	2	227.811,87	0	0,00
Pensão por morte	835	34.587.115,68	883	38.115.468,30	907	41.219.230,65
Total	**4.300**	**239.653.058,45**	**4.595**	**274.219.775,83**	**4.967**	**311.186.499,65**
Despesa executada no exercício (DIPR)		**233.409.386,10**		**267.093.721,57**		**298.985.000,36**

Nota: quantidade em 31 de dezembro de cada exercício; despesa anual estimada pela folha de dezembro multiplicada por treze (doze competências e o abono anual). A última linha traz a despesa efetivamente paga com aposentadorias e pensões no exercício, para conciliação: a diferença reflete os benefícios concedidos ao longo do ano e o reajuste. Fontes: 2023 e 2024, anexos de médias dos aposentados e pensionistas dos Relatórios da Avaliação Atuarial com datas-base em 31/12/2023 e 31/12/2024; 2025, base cadastral da avaliação atuarial do exercício de 2026; DIPR bimestrais.

Composição da despesa e variação por tipo de benefício

Tipo de benefício	Participação na despesa de 2025	Benefício médio mensal em 2025 (R$)	Variação da quantidade, 2023 a 2025	Variação real da despesa, 2023 a 2025
Aposentadoria por tempo de contribuição e por idade	73,5%	5.383,67	18,1%	21,6%
Aposentadoria por incapacidade permanente	2,7%	2.911,99	5,8%	4,7%
Aposentadoria compulsória	0,4%	2.406,94	0,0%	5,0%
Aposentadoria do professor	10,1%	4.581,86	19,1%	18,7%
Pensão por morte	13,2%	3.495,82	8,6%	9,0%
Total	**100,0%**	**4.819,29**	**15,5%**	**18,8%**

Nota: variação real deflacionada pelo IPCA de 2024 e de 2025, que somam 9,30% no período. Fonte: tabela anterior; IPCA do IBGE.

A leitura da evolução registra cinco movimentos.

I. Crescimento contínuo dos benefícios em manutenção: de 4.300 em 2023 para 4.967 em 2025, aumento de 15,5%, com despesa anual 18,8% maior em termos reais. É o movimento próprio da maturação do regime, em que as gerações admitidas nas décadas passadas reúnem os requisitos de aposentadoria, e está contemplado na avaliação atuarial.

II. Concentração nas aposentadorias programadas: as aposentadorias por tempo de contribuição e por idade respondem por 73,5% da despesa, e, com as do professor, por 83,7%. O benefício médio desse grupo, de R$ 5.383,67, é o mais elevado da massa, o que é próprio das aposentadorias concedidas ao fim de carreiras longas.

III. Estabilidade das aposentadorias por incapacidade permanente: 206 em 2023 e 218 em 2025, com 2,7% da despesa. A frequência de entrada em invalidez não mostra tendência de alta no Relatório de Análise das Hipóteses, de modo que esse benefício não exerce pressão relevante sobre o equilíbrio do regime.

IV. Crescimento mais lento das pensões por morte: 8,6% no período, contra 17,2% das aposentadorias, com 13,2% da despesa.

V. Pressão concentrada no Fundo em Repartição: em 31 de dezembro de 2025, o fundo reunia 2.761 dos 4.060 aposentados e 68,2% da folha de aposentadorias. É ali que o crescimento das aposentadorias programadas se converte em insuficiência financeira

coberta pela Prefeitura, e é essa parcela que compete, no orçamento do Município, com as demais políticas públicas.

As novas regras de aposentadoria voluntária da Lei Complementar municipal nº 1.517/2025, inclusive as do professor e as de transição, passam a vigorar em 1º de janeiro de 2028 (art. 72); até lá, permanecem aplicáveis as normas de concessão da legislação anterior indicadas no parágrafo único do mesmo artigo. O ritmo das concessões até essa data merece acompanhamento, porque a transição de regras pode antecipar pedidos de aposentadoria.

9.5. Evolução do resultado relativo ao equilíbrio financeiro e atuarial

Evolução da situação atuarial consolidada dos dois fundos, em R$ milhões

Data focal	Provisões matemáticas	Ativos garantidores	Parcelamentos de débitos	Cobertura das insuficiências financeiras	Total assegurado em lei	Resultado atuarial
31/12/2022	3.850,7	673,6	1,60	0,0	1,6	−3.175,5
31/12/2023	4.190,8	859,5	1,49	0,0	1,5	−3.329,7
31/12/2024	4.731,5	1.069,2	1,37	0,0	1,4	−3.661,0
31/12/2025	3.171,6	1.317,1	0,00	2.432,6	2.432,6	578,2

Nota: o total assegurado em lei é a provisão para cobertura de insuficiências financeiras do DRAA, rubrica que compreende os parcelamentos de débitos; as duas colunas anteriores a desdobram e não se somam a ela. Fonte: DRAA dos exercícios de 2023 a 2026.

Até 31 de dezembro de 2024, o regime registrava déficit atuarial, de R$ 3.175,5 milhões em 31 de dezembro de 2022 e de R$ 3.661,0 milhões em 31 de dezembro de 2024, valores em moeda de cada data focal. Em 31 de dezembro de 2025, o resultado passou a superávit de R$ 578.157.479,10, e a leitura dessa passagem exige dois cuidados.

O primeiro é de reconhecimento. Até 2024, o déficit do Plano Financeiro era registrado integralmente como déficit atuarial, sem contrapartida. Com a revisão da segregação, a cobertura das insuficiências financeiras do Fundo em Repartição passou a ser reconhecida como provisão assegurada em lei, de R$ 2.432.625.163,42, e o fundo passou a apresentar resultado nulo. A obrigação da Prefeitura de cobrir essa insuficiência existia antes e existe depois; o que mudou foi o seu registro, a partir da instituição em lei (art. 68, § 1º, da Lei Complementar municipal nº 1.517/2025). Resultado nulo no Fundo em Repartição não significa ausência de custo: significa que o custo está a cargo do Tesouro Municipal, exercício a exercício.

O segundo é de composição. O superávit de 31 de dezembro de 2025 é o do Fundo em Capitalização, de R$ 578.157.479,10 na geração atual, elevado a R$ 943.039.577,09 com a premissa de reposição de segurados. Segundo a decomposição do Relatório de Ganhos e Perdas Atuariais do exercício de 2025, a passagem decorre sobretudo da reforma das regras de benefícios e da revisão da segregação promovidas pela mesma lei, da elevação da taxa de juros e da adoção da premissa de reposição. O art. 69, parágrafo único, da Lei Complementar municipal nº 1.517/2025 prevê estudo da segregação em vigor no mínimo a cada quatro anos, com parecer aos Conselhos, e é nesse estudo que o resultado do Fundo em Capitalização se examina frente ao custeio exigido do Ente.

9.6. Fluxo atuarial projetado

O fluxo atuarial mostra, exercício a exercício, o encontro entre as receitas e as despesas projetadas de cada fundo, em moeda de 31 de dezembro de 2025. Reproduzem-se os dez primeiros exercícios dos fluxos encaminhados ao CADPREV.

Fundo em Capitalização: fluxo atuarial projetado, primeiros dez exercícios

Exercício	Contribuições e compensação (R$)	Rentabilidade esperada (R$)	Benefícios e demais despesas (R$)	Patrimônio ao final (R$)
2026	75.726.565,88	77.883.006,58	108.800.201,38	1.360.400.698,43
2027	76.465.821,31	80.535.721,35	108.937.786,91	1.408.464.454,18
2028	77.114.018,70	83.381.095,69	109.496.492,73	1.459.463.075,83
2029	81.849.407,09	86.400.214,09	111.069.574,48	1.516.643.122,53
2030	83.926.893,50	89.785.272,85	111.817.366,29	1.578.537.922,60
2031	85.914.370,77	93.449.445,02	112.577.973,69	1.645.323.764,69
2032	88.397.509,19	97.403.166,87	113.404.103,77	1.717.720.336,98
2033	91.130.389,89	101.689.043,95	114.081.919,86	1.796.457.850,96
2034	94.067.035,54	106.350.304,78	115.151.542,43	1.881.723.648,85
2035	97.495.474,66	111.398.040,01	116.395.283,59	1.974.221.879,93

Fonte: fluxo atuarial do exercício de 2026, geração atual e futura consolidadas.

Fundo em Repartição: fluxo atuarial projetado, primeiros dez exercícios

Exercício	Contribuições e compensação (R$)	Benefícios e demais despesas (R$)	Insuficiência financeira coberta pela Prefeitura (R$)
2026	133.150.354,69	238.112.499,75	103.334.378,54
2027	133.277.045,01	240.934.458,62	107.657.250,17
2028	132.954.290,59	244.222.665,61	111.267.954,44
2029	132.814.483,56	248.641.055,90	115.826.658,65
2030	131.749.374,81	253.865.175,78	122.115.082,87
2031	130.515.766,31	258.251.616,10	127.735.621,80
2032	128.393.299,14	263.723.911,81	135.330.358,89
2033	125.832.833,07	268.495.698,01	142.662.092,12
2034	122.700.490,37	272.936.700,07	150.235.171,18
2035	118.944.132,93	278.410.760,95	159.464.750,73

Fonte: fluxo atuarial do exercício de 2026. A insuficiência de cada exercício está em moeda de 31 de dezembro de 2025, sem desconto financeiro.

9.7. Evolução do plano de custeio

As alíquotas de contribuição permaneceram inalteradas nas três últimas avaliações: 14% dos servidores, 14% do Ente Federativo e 1,68% de taxa de administração. A mudança estrutural do período foi a revisão da segregação da massa pela Lei Complementar municipal nº 1.517/2025, cuja execução é obrigatória desde 1º de janeiro de 2026 (art. 71), com a responsabilidade da Prefeitura pela cobertura mensal da insuficiência do Fundo em Repartição (art. 68, § 1º) e a inclusão dessa insuficiência, a cada exercício, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual (art. 68, § 3º).

Contribuições repassadas: alíquotas implícitas

Exercício	Base de cálculo (R$)	Alíquota implícita do segurado	Alíquota implícita do Ente
2023	507.802.585,73	13,98%	16,86%
2024	557.842.111,05	13,97%	15,91%
2025	591.592.620,37	13,97%	15,62%

Nota: a alíquota implícita do Ente compreende o custeio normal e a taxa de administração, recolhidos sobre a mesma base. Fonte: DIPR bimestrais.

Cobertura da insuficiência financeira repassada pela Prefeitura

Exercício	Cobertura repassada (R$)	Benefícios do plano financeiro (R$)	Cobertura sobre os benefícios
2023	154.000.000,00	222.036.630,36	69,36%
2024	181.950.000,00	252.128.127,03	72,17%
2025	209.100.000,00	279.172.297,09	74,90%
2026 (1)	108.000.000,00	219.324.031,76	49,24%

Nota: (1) 2026 anualizado a partir dos três primeiros bimestres, já sob a revisão da segregação, com o Fundo em Repartição no lugar do Plano Financeiro. Fonte: DIPR bimestrais.

As alíquotas implícitas reproduzem as legais nos três exercícios, sem indício de recolhimento a menor. A cobertura da insuficiência repassada pela Prefeitura cresceu de R$ 154.000.000,00 em 2023 para R$ 209.100.000,00 em 2025, sob a segregação anterior. Em 2026, com a revisão, o ritmo dos três primeiros bimestres, de R$ 108.000.000,00 anualizados, é compatível com a insuficiência projetada para o exercício, de R$ 103.334.378,54. A redução frente a 2025 decorre da nova composição das massas definida pelo art. 58 da mesma lei, e é por essa leitura, exercício a exercício, que se mede o efeito da revisão sobre o orçamento do Município. *Responsável técnico pela seção: André Sablewski Grau, atuário, MIBA nº 2.372.*

10. COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

O sistema COMPREV tem por objetivo operacionalizar a compensação previdenciária entre o RGPS e os RPPS, e também entre os RPPS, nos casos de contagem recíproca de tempo de contribuição para efeito de aposentadorias e pensões.

A seguir o comparativo anual de recebimentos e pagamentos referente à compensação previdenciária:

ANO	VALOR RECEBIDO (R$)	VALOR PAGO/ PROVISIONADO (R$)

ANO	VALOR RECEBIDO (R$)	VALOR PAGO/ PROVISIONADO (R$)
2014	7.664.677,17	179.177,65
2015	5.662.876,31	525.075,70
2016	5.536.905,40	128.983,62
2017	5.775.714,22	338.090,59
2018	7.149.772,37	200.136,10
2019	8.672.477,19	206.877,16
2020	6.099.498,43	295.115,80
2021	5.871.874,09	389.162,82
2022	7.456.006,44	271.247,92
2023	31.956.969,17	593.640,73
2024	25.994.641,52	2.157.805,56
2025	37.863.305,84	2.419.455,87

A seguir o acompanhamento dos recebimentos e pagamentos referente à compensação previdenciária em 2026:

ANO	VALOR RECEBIDO (R$)	VALOR PAGO/ PROVISIONADO (R$)
1º Trimestre	9.632.270,67	185.299,68
2º Trimestre	7.897.829,85	427.080,29
Total	**17.530.100,52**	**612.379,97**

11. CONTROLE INTERNO

O Sistema de Controle Interno do Poder Executivo do Município de Maringá foi instituído em 15 de julho de 2005, com a sanção da Lei Complementar Municipal nº 561/2005. No âmbito da Administração Municipal, a Secretaria de Compliance e Controle exerce as funções de Unidade Central de Controle Interno, nos termos da Lei Complementar Municipal nº 1.318, de 31 de março de 2022, que dispõe sobre sua estrutura e atribuições.

No âmbito da Maringá Previdência, a estrutura de Controle Interno foi instituída em março de 2023, com o objetivo de fortalecer a atuação preventiva, concomitante e posterior sobre os atos de gestão da Autarquia, contribuindo para a identificação e o tratamento tempestivo de riscos, irregularidades e oportunidades de aprimoramento dos processos institucionais.

Com a publicação da Lei Complementar Municipal nº 1.532, de 28 de maio de 2026, a estrutura de Controle Interno da Maringá Previdência foi formalmente consolidada na estrutura administrativa da Autarquia, mediante a previsão da Controladoria Interna como unidade integrante de sua organização e do cargo de Controlador Interno. A nova legislação estabelece, ainda, competências específicas para a Controladoria Interna, abrangendo atividades de verificação, acompanhamento e fiscalização da conformidade dos processos, realização de inspeções e análises, elaboração de relatórios, avaliação da adequação dos procedimentos às

normas legais e regulamentares, identificação de riscos e fragilidades, monitoramento das recomendações e apoio técnico às unidades da Maringá Previdência. Nesse contexto, a Controladoria Interna atua de forma sistemática no acompanhamento e na avaliação dos atos e processos administrativos, com foco no fortalecimento dos controles internos, na gestão de riscos, na integridade e na conformidade institucional.

A atuação da Controladoria Interna busca assegurar maior segurança e confiabilidade aos processos de gestão, além disso, contribui para o aperfeiçoamento dos processos internos e para o atendimento às diretrizes do Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social – Pró-Gestão RPPS.

Entre as principais ações desenvolvidas pela Unidade de Controle Interno, no período, estão:

- Elaboração de Relatório Trimestral de Controle Interno, com avaliação dos procedimentos, controles e atos de gestão da Maringá Previdência;
- Acompanhamento do cumprimento das exigências e diretrizes estabelecidas pela Portaria MTP nº 1.467/2022 e pelo Programa Pró-Gestão RPPS;
- Acompanhamento do cumprimento do calendário de obrigações ante o CADPREV e eSocial;
- Acompanhamento das metas e ações previstas para o período no Planejamento Estratégico;
- Análises de conformidade dos procedimentos contábeis/financeiros, de investimentos, de concessão de benefícios, de concessão de diárias, de compensação previdenciária e demais procedimentos relevantes;
- Acompanhamento das recomendações e determinações dos órgãos de controle, bem como das providências adotadas pela gestão;
- Acompanhamento das práticas de governança, transparência e prestação de contas da autarquia;
- Apoio às áreas da Maringá Previdência na identificação de não conformidades e na adoção de medidas corretivas e preventivas;
- Atuação integrada com as áreas responsáveis, com caráter orientativo e preventivo, sem prejuízo da independência necessária ao exercício das atividades;
- Acompanhamento da implementação e atualização de manuais, normas, fluxos e procedimentos internos;
- Acompanhamento de indicadores, planos de ação e demais instrumentos utilizados para monitoramento da gestão.

12. LICITAÇÕES E CONTRATOS

No 2º trimestre foram realizados: 2 (dois) processos de Inexigibilidade e 6 (seis) Dispensas.

Data de abertura	Modalidade	Número	Valor Homologado (R$)	Situação	Objeto
17/04/2026	Dispensa	1/2026	4.174,44	Homologada	Contratação de empresa para Fornecimento dos materiais de expediente para renovação do estoque da Maringá Previdência.
24/04/2026	Dispensa	2/2026	1.125,00	Homologada	Aquisição de uniformes destinados às servidoras operacionais, visando assegurar condições adequadas de trabalho, padronização visual e identificação funcional no desempenho de suas atividades.
12/05/2026	Dispensa	3/2026	1.677,00	Homologada	Contratação de empresa para aquisição de copos de água mineral 200ml para reuniões da Maringá Previdência.
15/05/2026	Inexigibilidade	6/2026	8.543,00	Homologada	Contratação da Associação Paranaense das Entidades Previdenciárias do Estado e dos Municípios – APEPREV, para realização de 7 inscrições em cursos da Semana Previdenciária APEPREV, contemplando 1 membro da Diretoria Executiva e 6 Servidores da Maringá Previdência.
22/05/2026	Inexigibilidade	7/2026	120.000,00	Homologada	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de assessoria ao Regime Próprio de Previdência Social – RPPS da Maringá Previdência, visando ao fortalecimento da governança institucional, ao aperfeiçoamento da gestão previdenciária e administrativa e à implementação de ações estratégicas voltadas à obtenção e manutenção da certificação institucional no âmbito do Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios – Pró-Gestão RPPS.
22/05/2026	Dispensa	4/2026	25.756,64	Homologada	Aquisição de licenças perpétuas do Microsoft Office Home & Business 2024, destinadas à instalação e uso nos equipamentos pertencentes à autarquia, visando atender às necessidades administrativas e operacionais.
03/06/2026	Dispensa	5/2026	3.090,00	Homologada	Contratação de empresa especializada para fornecimento de base, mastros, bandeiras e rosetas, visando uso institucional nas dependências da Maringá Previdência.
15/06/2026	Dispensa	6/2026	11.482,65	Homologada	O objetivo do presente processo é a escolha da proposta mais vantajosa para contratação de empresa especializada para realizar manutenção no veículo oficial da Maringá Previdência, Nissan Sentra SL 2.0 16V Flex, ano 2018.

13. DEMANDAS JUDICIAIS

Durante o período, a Maringá Previdência realizou o acompanhamento das demandas judiciais com decisões que produziram efeitos ou demandaram providências administrativas, visando assegurar o adequado cumprimento das determinações judiciais e o registro das medidas adotadas pela Autarquia.

No **2º trimestre de 2026**, foram identificadas as seguintes decisões judiciais com providências de cumprimento:

Síntese da decisão	Providência adotada	Data do cumprimento
Reconhecimento como especial do período laborado de 01/04/1993 a 28/04/1995, sem revisão do valor do benefício, em razão do não atingimento de 35 anos de efetivo serviço.	O período foi reconhecido como especial por meio do SEI nº 01.03.00033218/2026.80. Não foram identificadas outras providências a cargo da Maringá Previdência.	01/05/2026

14. CANAIS DE ATENDIMENTO

A Maringá Previdência possui os canais de atendimento: “Fale conosco” e Ouvidoria no site, WhatsApp, e-mail de contato, caixa de: sugestões, reclamações, denúncias e elogios, além de formulário de avaliação de atendimento. Não houve nenhum registro na ouvidoria no período.

15. IMAGEM INSTITUCIONAL

As principais atividades e ações desenvolvidas pela Maringá Previdência no 2º trimestre foram:

- Fortalecimento da comunicação institucional: produção de conteúdos informativos, atualização dos canais oficiais de comunicação e divulgação das principais ações desenvolvidas pela autarquia;
- Manutenção de serviços de agendamento e protocolo eletrônico pelo Portal do Segurado;
- Acompanhamento e aprimoramento dos canais de atendimento e Ouvidoria;
- Participação no lançamento do **Auxílio Social** destinado a aposentados e pensionistas que recebem até dois salários mínimos, benefício que alcança aproximadamente 1.800 segurados;
- Realização da **Audiência Pública de Prestação de Contas** referente ao exercício de 2025, em 30 de abril de 2026, com apresentação dos principais resultados financeiros, previdenciários e de investimentos da Autarquia, reforçando os mecanismos de transparência e controle social;
- Adesão ao programa municipal **“Servidor Sustentável”**, em parceria com o Instituto Ambiental de Maringá (IAM), iniciativa voltada à educação ambiental e à melhoria da gestão de resíduos no ambiente institucional. A adesão foi formalizada pelo Diretor-Presidente e incluiu a adoção de novas práticas de separação de resíduos, substituição de lixeiras individuais por pontos coletivos de coleta seletiva e incentivo à participação dos servidores em ações de sustentabilidade;
- Realização do projeto Maringá Previdência Perto de Você, iniciativa que visa levar informações e atendimento previdenciário diretamente aos servidores municipais em seus locais de trabalho: 1º) Distrito de Iguatemi 65 atendimentos**,** 2º) Distrito de Iguatemi 69 atendimentos;

- Participação na comemoração à Semana do Meio Ambiente, realizada no Parque do Ingá, em parceria com o Instituto Ambiental de Maringá (IAM), reunindo aposentados e pensionistas da autarquia em uma tarde marcada por aprendizado, integração e contato com a natureza.
- Publicação, em 28/05/2026, da **Lei Complementar nº 1.532/2026**, que dispõe sobre a estrutura da Maringá Previdência e suas competências, trazendo alterações relevantes para a organização e funcionamento da autarquia.

Documento assinado eletronicamente por **Edson Paliari**, **Diretor(a)-Presidente da MGAPREV**, em 20/10/2026, às 10:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001 e Decreto Municipal nº 871, de 7 de julho de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.maringa.pr.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **9711329** e o código CRC **108DE517**.

Referência: Processo nº 03.31.00000665/2026.38 SEI nº 9711329

MARINGÁ PREVIDÊNCIA
Presidência da MGAPREV
Controladoria Interna da MGAPREV
Avenida Carneiro Leão, 135, Galeria do Edifício Europa - Bairro zona 01, Maringá/PR,
CEP 87013-965 Telefone: (44) 3220-7728 - https://previdencia.maringa.pr.gov.br

RELATÓRIO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

1º TRIMESTRE 2026

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO
1.1. História da Maringá Previdência
1.2. Missão
1.3. Visão
2. ESTRUTURA ADMINISTRATIVA
2.1. Conselho de Administração
2.2. Conselho Fiscal
2.3. Diretoria Executiva
2.4. Comitê de Investimentos
2.5. Equipe
3. CERTIFICAÇÃO PRÓ-GESTÃO - NÍVEL II
4. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO
5. CAPACITAÇÃO DA EQUIPE E MEMBROS DOS CONSELHOS
6. PREVIDÊNCIA
6.1. Segurados e beneficiários
6.2. Benefícios previdenciários concedidos no período
6.3. Recadastramento
6.4. Atendimentos do RPPS
6.5. Evolução da folha de pagamento do RPPS
6.6. Resumo das folhas de pagamento das entidades
7. FINANCEIRO
7.1. Receitas e despesas
7.2. Transferências e aportes
8. GESTÃO DE INVESTIMENTOS
8.1. Aplicações Financeiras
8.2. Fluxo de entrada e de saída de recursos
8.3. Evolução da Carteira de Investimentos
8.4. Investimentos por Administradora
8.5. Ativos que compõem a carteira de investimentos
8.6 Contratos de Empréstimo Consignado da Maringá Previdência
9. EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO ATUARIAL
9.1. Massa de segurados na data focal
9.2. Premissas atuariais
9.3. Custo previdenciário total
9.4 Evolução quantitativa e qualitativa dos custos por tipo de benefício
9.5 Evolução do resultado relativo ao equilíbrio financeiro e atuarial
9.6. Fluxo atuarial projetado
9.7. Evolução do plano de custeio
10. COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA
11. CONTROLE INTERNO

12. LICITAÇÕES E CONTRATOS
13. DEMANDAS JUDICIAIS
14. CANAIS DE ATENDIMENTO
15. IMAGEM INSTITUCIONAL

1. APRESENTAÇÃO

O Relatório de Governança Corporativa é um instrumento de prestação de contas aos segurados e à sociedade, reforçando o compromisso da Maringá Previdência com a transparência e a boa gestão dos recursos públicos.

Elaborado com o objetivo de consolidar e aperfeiçoar as práticas de governança do RPPS, o relatório também visa fortalecer os mecanismos de controle social. Esta edição apresenta os principais resultados alcançados no 1º trimestre de 2026.

1.1. História da Maringá Previdência

A Maringá Previdência é uma autarquia especial do Município de Maringá, dotada de personalidade jurídica de direito público, patrimônio e receitas próprios, além de autonomia administrativa, técnica e financeira. Atua em conformidade com as normas do Ministério da Previdência Social, do Conselho Monetário Nacional e do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Até 31 de dezembro de 2007, a Caixa de Assistência, Aposentadoria e Pensões dos Servidores Municipais de Maringá (CAPSEMA) era responsável pela gestão tanto do Fundo de Saúde quanto do Fundo de Previdência dos servidores municipais. Com a entrada em vigor da Lei Complementar nº 687/2007, a CAPSEMA passou a administrar exclusivamente o Fundo Previdenciário, ficando a responsabilidade pela assistência à saúde dos servidores sob a competência do Município.

Posteriormente, a Lei Complementar nº 749/2008 promoveu a reestruturação do regime previdenciário municipal, extinguindo a CAPSEMA e instituindo a Maringá Previdência como entidade gestora do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Maringá. A autarquia assumiu a gestão do Fundo Financeiro, que abrangia os servidores admitidos até 30 de dezembro de 2003, e do Fundo Previdenciário, que era destinado aos servidores ingressantes a partir de 31 de dezembro de 2003.

Já em 1º de janeiro de 2026, entrou em vigor a Lei Complementar nº 1.517/2025, que estabeleceu novas disposições sobre o Plano de Benefícios e o Plano de Custeio da Maringá Previdência, promoveu alterações na Lei Complementar nº 749/2008 e redefiniu a segregação de massas, que passou a ser composta pelo **Fundo em Repartição** (antigo Fundo Financeiro) e pelo **Fundo em Capitalização** (antigo Fundo Previdenciário). Com a vigência da Lei Complementar nº 1.517/2025:

I - o Fundo em Repartição é formado:

a) pelos servidores ativos e seus respectivos dependentes que tenham ingressado no serviço público municipal até o dia 31 de dezembro de 2014;

b) pelos servidores inativos, seus respectivos dependentes e pelos pensionistas cujos benefícios tenham sido concedidos até o dia 31 de dezembro de 2020.

II - O Fundo em Capitalização é formado:

a) pelos servidores ativos e seus respectivos dependentes, que ingressaram ou venham ingressar no serviço público municipal a partir do dia 1.º de janeiro de 2015;

b) pelos servidores inativos, seus respectivos dependentes e pelos pensionistas cujos benefícios tenham sido concedidos após 1.º de janeiro de 2021 até o dia 30 de junho de 2025.

1.2. **Missão**

Garantir os benefícios previdenciários aos servidores públicos municipais e seus dependentes com segurança e excelência.

1.3. **Visão**

Ser reconhecida nacionalmente pela excelência na gestão de benefícios previdenciários e pela qualidade no atendimento aos segurados.

2. ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

2.1. Conselho de Administração

A Maringá Previdência conta em sua estrutura com órgãos colegiados, que contribuem para a governança do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS. O Conselho de Administração é um órgão de normatização e deliberação superior, composto por oito membros, sendo quatro membros indicados pelo Prefeito e quatro membros eleitos pelos servidores ativos e inativos, com mandato de 4 (quatro) anos.

Todos os representantes devem ter, no mínimo, 10 anos de efetivo exercício no serviço público municipal de Maringá e formação de bacharelado em nível superior nos cursos de Administração, Ciências Atuariais, Ciências Contábeis, Direito, Economia ou Tecnólogo no Curso Superior de Gestão Pública.

As reuniões são quinzenais e o calendário é disponibilizado no site da Maringá Previdência, no início de cada exercício, bem como as atas das respectivas reuniões são publicadas para acesso ao público.

CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO 2026-2029			
MEMBROS	**FORMAÇÃO**	**CERTIFICAÇÃO**	**VALIDADE**
Denis Roberto Biasoto	Direito	CP RPPS CODEF II	30/03/2030
Douglas Galvão Villardo	Direito	CP RPPS CODEL I	26/04/2027
Edson Testi Barandas	Administração e Ciências Contábeis	CP RPPS COFIS I	24/07/2027
Egídio Francisco Salça	Administração	CP RPPS CODEF II	10/03/2030
Hermes Salgueiro da Silva	Direito	CP RPPS CODEL I	27/01/2027
Renata Dias de Souza Gomes	Administração	CP RPPS CODEF I	13/11/2029
Robison Caldardo Glade	Direito e Ciências Contábeis	CP RPPS CODEF I	10/12/2029
Wenderson Pino Perez	Administração	CP RPPS CODEL I	11/10/2027

As principais ações do Conselho de Administração, no 1º trimestre de 2026, foram:

ITEM	AÇÃO	RESULTADO / CONCLUSÃO
1	Escolha da Mesa Diretora	Sob a presidência do Conselheiro **Douglas Galvão Vilardo**, foram eleitos por unanimidade **Hermes Salgueiro da Silva** como Vice-Presidente e **Wenderson Pino Perez** como Secretário.
2	Calendário de Reuniões	Aprovação do cronograma de sessões ordinárias para o exercício de 2026.
3	Política de Investimentos 2026	Aprovação das readequações da política (Resolução CMN nº 5.272/2025), com ajuste da meta atuarial para IPCA + 5,92%.
4	Plano de Trabalho 2026	Elaboração e aprovação das diretrizes estratégicas e metas de governança para o ano.
5	Relatórios de Investimentos	Ciência mensal sobre o desempenho da carteira e rentabilidade referente a Dezembro/25, Janeiro e Fevereiro/26.
6	Pareceres do Comitê de Investimentos	Aprovação dos Pareceres nº 03/2026, nº 05/2026 (realocação de R$ 63 milhões) e nº 11/2026 (substituição de fundo desenquadrado)
7	Julgamento de Recursos	Deliberação sobre recursos administrativos referentes ao indeferimento e cessação de benefícios previdenciários.
8	Avaliação Atuarial	Aprovação da Avaliação Atuarial de 2026 (data-base 31/12/2025), recomendando a manutenção da segregação de massas.
9	Empréstimo Consignado	Aprovação de readequações operacionais e nova metodologia de cálculo junto à empresa Comercial Flinke.
10	Gestão de Contratos e Transparência	Monitoramento de contratações de auditoria e ciência dos relatórios de Receitas e Despesas mensais.

As reuniões ordinárias ocorreram quinzenalmente na sede da autarquia:

Mês	1ª Reunião	2ª Reunião
Janeiro	19/01/2026	30/01/2026
Fevereiro	12/02/2026	27/02/2026
Março	17/03/2026	30/03/2026

Capacitação técnica dos conselheiros visando o aprimoramento da governança do RPPS:

Nome	Área	Curso / Evento	Data
Denis Roberto Biasotto	Formação básica em RPPS/ Gestão previdenciária	Congresso "RPPS 2026: O que fazer?"	Março/2026
Edson Testi Barandas	Investimentos	8º Congresso Brasileiro de Investimentos dos RPPS	Março/2026
Hermes Salgueiro da Silva	Formação básica em RPPS/ Gestão previdenciária	Congresso "RPPS 2026: O que fazer?"	Março/2026
Robison Caldardo Glade	Formação básica em RPPS/ Gestão previdenciária	Congresso "RPPS 2026: O que fazer?"	Março/2026
Edson Testi Barandas	Formação Básica em RPPS/ Concessão de benefícios	4º Seminário de Educação Previdenciária - Maringá Previdência	Fevereiro/2026

2.2. **Conselho Fiscal**

O Conselho Fiscal é o órgão colegiado que contribui para a governança do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS. É um órgão de fiscalização, composto por quatro membros, sendo dois membros indicados pelo Prefeito e dois membros eleitos pelos servidores ativos e inativos, com mandato de 4 (quatro) anos.

Todos os representantes devem ter, no mínimo, 10 anos de efetivo exercício no serviço público municipal de Maringá e formação de bacharelado em nível superior nos cursos de Administração, Ciências Atuariais, Ciências Contábeis, Direito, Economia, ou Tecnólogo no Curso Superior de Gestão Pública.

As reuniões são quinzenais e o calendário é disponibilizado no site da autarquia no início de cada exercício, bem como as atas das respectivas reuniões são publicadas para acesso ao público e maior transparência.

CONSELHO FISCAL 2026-2029			
MEMBROS	**FORMAÇÃO**	**CERTIFICAÇÃO**	**VALIDADE**
Ademir Aparecido Antonelli	Gestão Pública	CP RPPS CODEF I	11/12/2029
Arthur Magalhães Campelo Junior	Gestão Pública	CP RPPS CODEF I	08/12/2029
João Ismael Altoé	Direito	CP RPPS COFIS I	05/01/2028
Wilson Antonio Braz	Ciências Contábeis	CP RPPS CODEL I	13/09/2027

As principais ações do Conselho Fiscal no 1º trimestre de 2026 foram as seguintes:

ITEM	AÇÃO	RESULTADO / CONCLUSÃO
1	Escolha da Mesa Diretora	Sob a presidência do Conselheiro **Wilson Antonio Braz**, foram eleitos por unanimidade **Arthur Magalhães Campelo Junior** como Vice-Presidente e **João Ismael Altoé** como Secretário.
2	Planejamento	Elaboração do Plano de Ação para o ano de 2026
3	Planejamento	Aprovação do calendário das reuniões ordinárias
4	Gestão Financeira	Exame dos balanços anuais, balancetes e demais demonstrações contábeis, verificando a exatidão das receitas, despesas e do patrimônio líquido, garantindo observância às normas vigentes.
5	Gestão Financeira	Emissão de pareceres prévios sobre relatórios contábeis, aplicações financeiras, balanço geral, contas anuais e outros documentos obrigatórios.
6	Fiscalização Orçamentária	Acompanhamento da execução do orçamento e do cumprimento de todas as metas fiscais estipuladas
7	Fiscalização Orçamentária	Aprovação de três relatórios de receitas e Despesas referentes aos meses janeiro, fevereiro e março de 2026
8	Repasses Previdenciários	Acompanhamento mensal da pontualidade e regularidade dos repasses previdenciários, parte patronal e do servidor, bem como os repasses dos aportes financeiros
9	Avaliação Atuarial	Verificação da coerência das premissas e dos resultados apresentados na avaliação atuarial
10	Avaliação Atuarial	Emissão do parecer acerca do Cálculo Atuarial 2026 (ano base 2025)
11	Plano de Custeio	Monitoramento do plano de custeio
12	Audiência Pública	Acompanhamento da audiência pública
13	Controle Interno	Acompanhamento dos relatórios de Controle Interno
14	Investimentos	Emissão de parecer sobre a alteração da Política de Investimentos
15	Investimentos	Fiscalização das aplicações dos recursos e os ativos do RPPS
16	Investimentos	Aprovação de três pareceres mensais do comitê de Investimentos
17	Investimentos	Acompanhamento dos Fundos de Investimentos Estruturados Estressados na Carteira
18	Investimentos	Acompanhado do relatório de Investimentos referente aos meses de janeiro, fevereiro e março de 2026

As reuniões ordinárias ocorreram quinzenalmente na sede da autarquia:

Mês	1ª Reunião	2ª Reunião
Janeiro	16/01/2026	28/01/2026
Fevereiro	12/02/2026	26/02/2026
Março	13/03/2026	27/03/2026

Capacitação técnica dos conselheiros visando o aprimoramento da governança do RPPS:

Nome	Área	Curso / Evento	Data
Ademir Aparecido Antonelli	Formação Básica em RPPS/ Concessão de benefícios	4º Seminário Previdenciário da Maringá Previdência	Fevereiro/2026
Arthur Magalhães Campelo Júnior	Formação Básica em RPPS/ Concessão de benefícios	4º Seminário Previdenciário da Maringá Previdência	Fevereiro/2026
Ademir Aparecido Antonelli	Investimentos	8º Congresso Brasileiro de Investimentos dos RPPS	Março/2026
Arthur Magalhães Campelo Júnior	Investimentos	8º Congresso Brasileiro de Investimentos dos RPPS	Março/2026
João Ismael Altoé	Formação básica em RPPS/ Gestão previdenciária	RPPS 2026: O que fazer?	Fevereiro/2026
Wilson Antonio Braz	Investimentos	8º Congresso Brasileiro de Investimentos dos RPPS	Março/2026

2.3. **Diretoria Executiva**

A Diretoria Executiva é o órgão de execução da gestão do RPPS e é composta por Diretor-Presidente, Diretor de Gestão Previdenciária e Financeira e Diretor Administrativo e de Patrimônio. A Diretoria Executiva é nomeada pelo Prefeito e deve ter formação em nível superior, sendo os dois primeiros escolhidos entre servidores efetivos do município de Maringá. Conforme LC 749/2008, o cargo de Diretor Administrativo e de Patrimônio tem indicação do poder Legislativo.

DIRETORIA EXECUTIVA 2026			
DIRIGENTES	**FORMAÇÃO**	**CERTIFICAÇÃO**	**VALIDADE**
Edson Paliari Diretor-Presidente	Ciências Econômicas	CP RPPS CODEL II CP RPPS DIRIG I	19/04/2027 28/02/2029
José da Silva Neves Diretor de Gestão Previdenciária e Financeira	Direito	CP RPPS DIRIG I	25/02/2029
David Marlon da Silva Diretor Administrativo e de Patrimônio	Direito	CP RPPS DIRIG III	13/04/2030

No 1º trimestre de 2026, a Diretoria Executiva desempenhou suas atribuições legais e regimentais voltadas à gestão administrativa, previdenciária, financeira e institucional do RPPS, observando os princípios da legalidade, eficiência, transparência e responsabilidade na gestão dos recursos previdenciários. As principais atividades da Diretoria Executiva foram:

- **Gestão dos investimentos**: apurou o expressivo rendimento da carteira superior a R$ 131 milhões, no fechamento de 2025; Acompanhou as adequações da carteira à regulamentação vigente, especialmente à Resolução CMN nº 5.272/2025, bem como as alterações promovidas na Política de Investimentos para 2026, realocações, fundos estressados e preservação da liquidez.
- **Gestão atuarial:** acompanhou a elaboração da Avaliação Atuarial de 2026, ano-base 2025, incluindo a apresentação das premissas utilizadas e dos resultados do estudo aos órgãos colegiados. A avaliação contemplou a análise do equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS e subsidiou a tomada de decisão quanto ao modelo de segregação de massas.

- **Gestão financeira e previdenciária**: foram apresentados aos Conselhos os relatórios de receitas e despesas e acompanhados os fluxos financeiros da Autarquia, incluindo receitas previdenciárias, repasses, despesas com benefícios e despesas administrativas. Também foram acompanhados os resultados da compensação previdenciária e a regularidade dos recursos destinados ao pagamento dos benefícios.
- **Gestão dos benefícios**: atuou no acompanhamento de processos de concessão, manutenção e cessação de benefícios, inclusive na análise de recursos administrativos submetidos ao Conselho de Administração. Também foram adotadas providências relacionadas ao controle da prova de vida dos aposentados e pensionistas.
- **Empréstimo consignado**: foram acompanhadas propostas de aperfeiçoamento da operacionalização, envolvendo a metodologia, o tratamento do Fundo de Risco e as regras do Seguro Prestamista, com posterior apreciação e aprovação pelo Conselho de Administração. Desde a implantação da modalidade de consignado da Maringá Previdência, em setembro, até dezembro de 2025 foram concedidos 204 contratos e no 1º trimestre de 2026 foram concedidos mais 266 contratos.
- **Governança, gestão e planejamento institucional**: Realizou a cerimônia de posse dos novos membros do **Conselho de Administração** e do **Conselho Fiscal**; Acompanhanhou as matérias administrativas, financeiras, atuariais e de investimentos submetidas aos órgãos colegiados; Acompanhou questões relacionadas a investimentos que demandavam medidas específicas e mitigação de riscos para o patrimônio previdenciário. Acompanhou questões submetidas ao Tribunal de Contas e de processos relacionados a investimentos, inclusive quanto às providências à defesa dos interesses da Autarquia.

2.4. Comitê de Investimentos

O Comitê de Investimentos é um órgão colegiado participante do processo decisório quanto à formulação e à execução da política de investimentos, voltado para a discussão dos aspectos relativos ao planejamento, execução, monitoramento e avaliação de estratégias na gestão dos recursos da Maringá Previdência. É composto por 05 membros indicados pelo Diretor-Presidente, entre eles o presidente, com a aprovação do Conselho de Administração.

As reuniões são quinzenais e o calendário é disponibilizado no site da autarquia no início de cada exercício, bem como as atas das respectivas reuniões são publicadas para acesso ao público e maior transparência.

COMITÊ DE INVESTIMENTOS 2026		
MEMBRO	**CERTIFICAÇÃO**	**VALIDADE**
Edimar de Oliveira Carvalho	CP RPPS CGINV I	20/04/2027
Patrícia Dias Lopes	CP RPPS CGINV II	27/02/2028
Elisangela da Silva Candil	CP RPPS CGINV I	22/12/2027
Tatiane Gonçalves Damasceno	CP RPPS CGINV I	10/02/2029

COMITÊ DE INVESTIMENTOS 2026		
Leandro dos Santos Domingos	CP RPPS CGINV III	26/06/2029

As principais ações do Comitê de Investimentos no 1º trimestre de 2026 foram:

- Atualização e acompanhamento da Política de Investimentos 2026: Devido a publicação da Nova Resolução emitida pelo CMN Nº 5.272, de 18 de Dezembro de 2025. A Política de Investimentos da Maringá passou por adequação para ficar enquadradas nas novas exigências definidas.
- Acompanhamento do Plano de Ação Mensal de Gestão dos Recursos Financeiros e Cronograma;
- Elaboração de parecer mensal, de relatórios de investimentos, riscos, para aprovação do Conselho Fiscal: No primeiro trimestre foram elaborados 4 (quatro) pareceres de investimentos e riscos e 3 (três) pareceres de informações recebidas dos fundos fechados, ambos para apreciação do Conselho Fiscal.
- Apresentação dos relatórios mensais de investimentos para análise do Conselho de Administração: No primeiro trimestre foram apresentados 3 (três) pareceres para aprovação ao Conselho de Administração;
- Apresentação de propostas de novos investimentos, desinvestimentos e movimentações financeiras para aprovação do Conselho de Administração: No primeiro trimestre foram apresentadas 3 (três) proposições de movimentos, sendo: uma proposta de resgates de fundos para pagamento da folha; uma proposta de resgates de fundos para aquisição de títulos públicos, indexados ao IPCA; uma proposta para realocação de recursos.
- Análise mensal da carteira de investimentos e do cenário econômico: Esta análise é apresentada em todas as atas das reuniões quinzenais.
- Acompanhamento dos Fundos de Investimentos Estruturados Estressados existentes na carteira: Toda reunião ordinária quinzenal, é feita apresentação sobre as atualizações e movimentações dos fundos estressados que recebemos das administradoras, todas ocorrências recebidas ficam registradas em ata. E mensalmente é emitido um parecer específico sobre os fundos estressados para apreciação do Conselho Fiscal.
- Participação em Assembleias Gerais de Cotistas, presencialmente ou por videoconferência: No primeiro trimestre do ano de 2026, aconteceu uma Assembleia mediante manifestação de voto.
- Participação em reuniões presenciais ou por videoconferência, com representantes de instituições financeiras: Devido a publicação da CMN Nº 5.272/2025, a quantidade de reuniões e visitas das instituições financeiras quase zerou, fato este que trouxe surpresa ao comitê. Em todo trimestre tivemos apenas uma reunião presencial com a Caixa Econômica Federal.
- Credenciamento de instituições financeiras: Não houve credenciamento de instituições financeiras no primeiro trimestre.

No primeiro trimestre, quatro dos cinco membros do comitê de investimento participaram no 8º Congresso Nacional de Investimentos do RPPS, promovido pela ABIPEM, que foi realizado nos dias 4 a 6 de março, em Florianópolis/SC.

2.5. **Equipe**

A Maringá Previdência conta com quadro próprio de servidores, sendo formado no 1º trimestre de 2026 por 22 (vinte e dois) servidores:

Servidores	Área de atuação
Edson Paliari	Diretor-Presidente
Alessandra de Oliveira Cabral Gomes	Comunicação e eventos
Ana Rita Vomstein	Benefícios
Andreia Cristina de Morais	Administrativo e Patrimônio
Aparecida de Fatima da Silva	Administrativo e Patrimônio
Bárbara Garcia Schneider	Controle Interno
Bruna Pereira Kuhn	Administrativo e Patrimônio
David Marlon da Silva	Diretoria Administrativa e de Patrimônio
Dayane Cristina Deretti Guerra	Serviço Social
Edimar de Oliveira Carvalho	Contabilidade
Elisangela da Silva Candil	Gerência Administrativo e de Patrimônio
Felicia Yumiko Hayashi Belato Vieira	Benefícios
Gustavo Henrique Polsaque Cavalcante	Administrativo e Patrimônio
Jose da Silva Neves	Diretoria de Gestão Previdenciária e Financeira
Leandro dos Santos Domingos	Gerencia Financeira
Marcio Douglas Rissato Maia	Financeiro
Patricia Dias Lopes	Benefícios
Raphael Rodrigues Romero	Gerência de Benefícios
Rosangela Maria de Andrade Zandonadi da Silva	Administrativo e Patrimônio
Sinádia Batista Silva	Compensação Previdenciária
Tatiane Gonçalves Damasceno	Benefícios
Vinícius Arcolezi da Mota	Benefícios

No 1º trimestre de 2026, integraram o quadro de pessoal as seguintes estagiárias:

Estagiárias	Área de atuação
Emily Caroliny de Souza Hotta	Setor Financeiro e Contabilidade
Ester Pereira Flauzino	Atendimento

Estagiárias	Área de atuação
Juliana Maria dos Anjos	Setor de Benefícios
Manuella Vitória Marega	Atendimento
Nicolly Reis	Atendimento
Quethelyn Bruna Reis de Paula	Atendimento

3. CERTIFICAÇÃO PRÓ-GESTÃO - NÍVEL II

A Maringá Previdência conta com a Certificação Nível II do PRÓ-GESTÃO - Programa de Certificação Institucional dos Regimes Próprios de Previdência Social, regularmente renovada em 2025. O Programa é pautado em três dimensões: Controles Internos, Governança Corporativa e Educação Previdenciária.

4. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O Planejamento Estratégico da Maringá Previdência é um estudo abrangente que estabelece as diretrizes e metas da instituição para o período de janeiro de 2025 a dezembro de 2029. Com um foco claro na melhoria contínua, este planejamento visa a otimização de processos, métodos e ferramentas de trabalho, promovendo uma gestão mais eficiente e transparente. Por meio de uma análise detalhada do contexto atual e das tendências futuras, o planejamento busca identificar oportunidades de inovação e aprimoramento. As estratégias propostas visam não apenas a excelência nos resultados, mas também a satisfação dos beneficiários e a sustentabilidade da instituição.

Além disso, o estudo inclui a definição de indicadores de desempenho que permitirão monitorar o progresso e a efetividade das ações implementadas. A participação ativa da Diretoria Executiva, servidores da Maringá Previdência e órgãos colegiados, é essencial para o sucesso das iniciativas, garantindo que todos estejam alinhados em torno dos objetivos comuns. Com uma visão de longo prazo, o Planejamento Estratégico da Maringá Previdência é um compromisso com a evolução e a excelência no serviço prestado, reforçando o papel da instituição como uma referência em previdência.

O Planejamento Estratégico 2025-2029, versão nº 1, foi aprovado pelo Conselho de Administração na Ata de Reunião 24/2024, do dia 10 de dezembro de 2024.

5. CAPACITAÇÃO DA EQUIPE E MEMBROS DOS CONSELHOS

O Plano de Capacitação da Maringá Previdência é anual e estabelece diretrizes para as ações de capacitação dos servidores do RPPS, seus dirigentes e conselheiros, definindo temas, metodologias e critérios a serem utilizados para o desenvolvimento profissional, em consonância com os objetivos estratégicos, as metas institucionais e as políticas de desenvolvimento de pessoas.

O Plano Anual de Capacitação da Maringá Previdência constitui o instrumento de planejamento das ações voltadas ao desenvolvimento de competências dos servidores, dirigentes e membros dos órgãos colegiados do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS). O documento estabelece as diretrizes e os temas prioritários e ao longo do ano há o acompanhamento das atividades de desenvolvimento profissional, em alinhamento ao planejamento estratégico, às necessidades institucionais e às exigências legais e normativas.

No 1º trimestre de 2026, o acompanhamento das metas do Plano de Capacitação foi atualizado conforme detalhamento a seguir:

Meta	Qtd. Total	Realizado	Índice meta	Índice alcançado
Meta 1: Formação básica em Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) para novos gestores ou servidores	2	2	100%	**100,00%**
Meta 1: Formação básica em Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) para servidores.	20	10	50%	**50,00%**
Meta 2: Capacitação sobre as regras de aposentadoria e pensão por morte os servidores que atuam na área de concessão de benefícios.	7	4	100%	57,14%
Meta 3: Capacitação sobre investimentos para os servidores que atuam na área.	9	8	100%	88,89%
Meta 4: Capacitação em gestão previdenciária para servidores.	22	4	50%	18,18%
Meta 5: Capacitação sobre as atribuições e responsabilidades dos conselheiros	12	0	100%	0,00%
Meta 6: Capacitação dos conselheiros nas áreas do RPPS	12	8	100%	66,67%
Meta 7: Capacitação específica para atuações nas demais áreas do RPPS.	22	5	60%	22,73%

6. PREVIDÊNCIA

6.1. Segurados e beneficiários

A Maringá Previdência é responsável pela gestão dos benefícios de aposentadoria e pensão por morte dos servidores públicos municipais. São segurados do RPPS os servidores estatutários titulares de cargos efetivos, os servidores aposentados e os pensionistas. Ao final do primeiro trimestre, o regime apresentava o seguinte quantitativo de segurados e beneficiários:

SERVIDORES ATIVOS	APOSENTADOS	PENSIONISTAS	TOTAL
11.359	4.130	916	**16.405**

6.2. Benefícios previdenciários concedidos no período

A Maringá Previdência concedeu, no 1º trimestre de 2026, benefícios distribuídos entre o fundo em repartição e fundo em capitalização, da seguinte forma:

Fundo	Repartição	Capitalização	Total
Aposentadorias	63	21	84

Fundo	Repartição	Capitalização	Total
Pensões	08	09	17
TOTAL	**71**	**30**	**101**

6.3. Recadastramento

Quanto à Gestão e Controle da Base de Dados Cadastrais dos Servidores Ativos, Aposentados e Pensionistas, a Maringá Previdência realizou Censo Previdenciário para todos servidores ativos e inativos e pensionistas em 2023. Realiza também, anualmente, o recadastramento de aposentados e pensionistas no mês de aniversário de cada beneficiário. No ato da concessão do benefício é assinado Termo de Responsabilidade e Compromisso reconhecendo a ciência da obrigação de realizar o recadastramento, sob possibilidade de suspensão dos pagamentos dos benefícios em caso de descumprimento.

O recadastramento pode ser presencial ou online pelo Portal do Segurado, proporcionando maior comodidade aos aposentados e pensionistas que não precisam se deslocar para cumprir essa obrigação. Foram realizados os seguintes recadastramentos:

RECADASTRAMENTO – CAMPANHAS DE JANEIRO A MARÇO 2026			
TIPO	**ONLINE**	**PRESENCIAL**	**TOTAL**
APOSENTADOS	430	496	926
PENSIONISTAS	74	119	193
TOTAL	**504**	**615**	**1.119**

6.4. Atendimentos do RPPS

Os principais atendimentos da Maringá Previdência são registrados em planilha de acompanhamento. No 1º trimestre de 2026, os atendimentos registrados foram:

Mês	Presencial	Telefone / Online	Visita Domiciliar	Total
Janeiro	547	100	-	**647**
Fevereiro	430	104	32	**566**
Março	674	161	34	**869**
Total	**1651**	**365**	**66**	**2.082**

No 1º trimestre a Maringá Previdência registrou 2082 atendimentos em geral, considerando presencial, telefônico e visitas domiciliares.

6.5. Evolução da folha de pagamento do RPPS

Relatório de despesas com folha de pagamento liquidadas até 2025:

ANO	FUNDO FINANCEIRO (R$)	FUNDO PREVIDENCIÁRIO (R$)	ÓRGÃO GERENCIADOR (R$)	TOTAL (R$)
2014	62.667.389,67	548.714,07	886.684,42	64.102.788,16
2015	73.105.648,86	805.502,31	1.023.502,58	74.934.653,75
2016	84.836.481,74	1.246.296,10	1.156.147,09	87.238.924,93
2017	101.168.824,19	2.017.986,95	1.348.349,62	104.535.160,76
2018	112.552.637,70	2.689.522,78	1.165.516,57	116.407.677,05
2019	130.580.561,37	3.490.087,31	1.205.803,09	135.276.451,77
2020	149.414.308,65	4.599.211,70	1.375.633,33	155.389.153,68
2021	168.505.007,17	6.150.874,48	1.450.465,05	176.106.346,70
2022	194.513.623,79	8.314.804,51	1.705.861,62	204.534.289,92
2023	221.849.114,91	11.370.518,78	2.054.458,63	235.274.092,32
2024	252.128.127,03	14.963.618,15	2.319.254,44	269.410.999,62
2025	279.172.297,09	19.812.703,27	2.409.999,05	301.394.999,41

Relatório de despesas com folha de pagamento liquidadas no 1º trimestre de 2026:

ANO	FUNDO EM REPARTIÇÃO (R$)	FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (R$)	ÓRGÃO GERENCIADOR (R$)	TOTAL (R$)
2026	50.252.337,49	23.301.836,86	649.384,5	**74.203.558,85**

6.6. **Resumo das folhas de pagamento das entidades**

As folhas de pagamento dos servidores vinculados ao RPPS, com base na competência, tiveram o seguinte comportamento no 1º trimestre:

Ente	Total folha	Base de contribuição
Prefeitura	181.927.559,35	134.042.747,77
Câmara	5.554.519,50	2.802.302,16
IAM	1.330.008,63	927.206,06
AMR	86.872,07	58.408,98
IPPLAM	562.792,35	447.119,81
Maringá Previdência (ativos)	543.324,61	340.203,90
TOTAL	**190.005.076,51**	**138.617.988,68**

7. FINANCEIRO

7.1. Receitas e despesas

Conforme Balancete da Receita e Balancete de Despesa, segue o comparativo entre o previsto e o realizado no 1º trimestre:

RECEITAS	PREVISÃO NO PERÍODO	REALIZAÇÃO NO PERÍODO	RESULTADO (%)
Contribuições	42.668.281,60	40.275.847,90	94,39%
Patrimonial	40.267.530,00	35.303.656,03	87,67%
Retorno - Empréstimo Consignado	2.073.600,00	181.077,30	8,73%
Taxa de Administração	2.438.197,08	2.335.707,87	95,80%
Outras Receitas	4.384.615,38	9.632.270,67	219,68%
TOTAL	**91.832.224,06**	**87.728.559,77**	**95,53%**

DESPESAS	PREVISÃO NO PERÍODO	REALIZAÇÃO NO PERÍODO	RESULTADO (%)
Pessoal e encargos	81.999.720,00	74.203.558,85	90,49%
Outras despesas	6.356.428,50	2.754.672,24	43,34%
TOTAL	**88.356.148,50**	**76.958.231,09**	**87,10%**

No 1º trimestre de 2026 a Maringá Previdência contabilizou as seguintes receitas consolidadas:

RECEITAS	REPARTIÇÃO (R$)	CAPITALIZAÇÃO (R$)	ÓRGÃO GERENCIADOR (R$)	TOTAL (R$)	PERCENTUAL (%)
Contribuição Patronal	12.014.597,80	7.460.272,38		19.474.870,18	22,20%
Contribuição Servidor	12.010.380,07	7.434.840,58		19.445.220,65	22,17%
Contribuição Inativo/ pensionista	866.997,79	417.171,50		1.284.169,29	1,46%
Rendimento de Aplicação Financeira	214.872,43	34.491.708,86	585.240,19	35.291.821,48	40,23%
Compensação Previdenciária	9.539.132,53	93.138,14		9.632.270,67	10,98%
Juros Emp. Consignados		136.394,37		136.394,37	0,16%
Aluguéis		11.834,55		11.834,55	0,01%
Parcelamentos		71.587,78		71.587,78	0,08%
Outras receitas			44.682,95	44.682,95	0,05%
Taxa de Administração			2.224.483,69	2.224.483,69	2,54%
Complemento da Taxa de Administração			111.224,18	111.224,18	0,13%

RECEITAS	REPARTIÇÃO (R$)	CAPITALIZAÇÃO (R$)	ÓRGÃO GERENCIADOR (R$)	TOTAL (R$)	PERCENTUAL (%)
TOTAL	**34.645.980,62**	**50.116.948,16**	**2.965.631,01**	**87.728.559,79**	**100%**

E no mesmo período, as despesas liquidadas consolidadas foram as seguintes:

DESPESAS	REPARTIÇÃO (R$)	CAPITALIZAÇÃO (R$)	ÓRGÃO GERENCIADOR (R$)	TOTAL (R$)	PERCENTUAL (%)
Aposentadorias	43.778.635,05	20.084.146,22		63.862.781,27	82,56%
Pensões	6.473.702,44	3.217.690,64		9.691.393,08	12,53%
Compensação Previdenciária	180.697,63	4.602,05		185.299,68	0,24%
Folha Ativos			649.384,50	649.384,50	0,84%
SAMA*			2.086.787,30	2.086.787,30	2,70%
PASEP			36.645,94	36.645,94	0,05%
Conselho Complementar*			22.995,84	22.995,84	0,03%
Bens permanentes				0,00	0,00%
Despesa com pessoa física			97.732,32	97.732,32	0,13%
Despesa com pessoa jurídica			649.462,46	649.462,46	0,84%
Diárias, Restituições e Indenizações			37.730,00	37.730,00	0,05%
Outras despesas			37.512,33	37.512,33	0,05%
TOTAL	**50.433.035,12**	**23.306.438,91**	**3.618.250,69**	**77.357.724,72**	**100%**

O SAMA, Sistema de Atenção à Saúde dos Servidores da Prefeitura de Maringá, e o Conselho de Acompanhamento do Regime de Previdência Complementar, são despesas registradas contabilmente pela Maringá Previdência, porém custeadas pela PMM através de Interferência Financeira. Despesa com Pessoa Jurídica refere-se às contratações de serviços em geral prestados por pessoas jurídicas, incluindo consultorias, sistemas de informação, telefonia, energia elétrica, condomínio e demais serviços correlatos. Outras Despesas referem-se, principalmente, a gastos de consumo destinados à manutenção do Órgão Gerenciador, tais como materiais de expediente, materiais de limpeza e demais itens correlatos.

De acordo com o Relatório de Movimentos de Restos a Pagar, no período foram liquidados R$ 399.493,63.

7.2. **Transferências e aportes**

No 1º trimestre de 2026, a Maringá Previdência recebeu da Prefeitura as seguintes transferências destinadas aos aportes para insuficiência financeira do Fundo Financeiro e Interferência Financeira:

	REPARTIÇÃO (R$)	CAPITALIZAÇÃO (R$)
	Aporte Por Insuf. Financeira	**Interferência Financeira**
1º Trimestre	29.900.000,00	3.000.000,00

8. GESTÃO DE INVESTIMENTOS

8.1. Aplicações Financeiras

A carteira consolidada, considerando os limites da Resolução, alcançou R$1.367.991.490,81 ao final do 1º trimestre. Os investimentos em títulos públicos (7, III) totalizaram R$ 1.041.567.964,56 em março, ou seja, 76,14% do total da carteira.

A carteira no mês de março, por classe de aplicação, segue:

CLASSE	PERCENTUAL DA CARTEIRA (%)	MONTANTE (R$)
Renda Fixa	94,36%	1.290.827.331,28
Estruturados	2,80%	38.241.385,48
Renda Variável	2,36%	32.344.167,98
Exterior	0,32%	4.413.415,04
Fundos Imobiliários	0,16%	2.165.191,03
TOTAL	**100%**	**1.367.991.490,81**

Para fins de apuração da aderência à meta atuarial, consideram-se apenas os ativos do fundo em capitalização, por serem os que efetivamente financiam as obrigações atuariais. Dessa forma, o 1º trimestre de 2026 encerrou com rentabilidade acumulada positiva de 2,79%, resultando em um montante aproximado de R$ 36 milhões. A rentabilidade esteve abaixo da meta atuarial prevista, que foi de 3,40%, conforme demonstrado a seguir:

	META	RENTABILIDADE	VALOR (R$)
ACUMULADO 2026	3,40%	2,79%	36.332.527,16

A carteira de empréstimo consignado alcançou R$ 7.635.592,22 em contratos concedidos. Contudo, considerando que a implantação desse segmento ocorreu apenas no 2º semestre de 2025, tais valores ainda não constam nos relatórios da consultoria financeira, uma vez que os demonstrativos correspondentes encontram-se em processo de desenvolvimento e integração aos sistemas de acompanhamento de investimentos.

8.2. Fluxo de entrada e de saída de recursos

O fluxo de entradas e saídas de recursos no fechamento do 1º trimestre,

considerando os valores de empréstimo consignado:

Mês	Saldo inicial	Aplicações	Resgates	Retorno	Saldo final
Janeiro	R$ 1.330.914.275,28	R$ 8.170.540,29	R$ 5.317.094,99	R$ 13.366.595,60	R$ 1.347.011.023,34
Fevereiro	R$ 1.347.011.023,34	R$ 5.506.267,51	R$ 5.058.362,01	R$ 10.172.186,68	R$ 1.342.319.951,06
Março	R$ 1.342.319.951,06	R$ 154.489.614,72	R$ 134.909.558,78	R$ 13.761.987,47	R$ 1.375.590.058,97
Total / Saldo do período	R$ 1.330.914.275,28	R$ 168.166.422,52	R$ 145.285.015,78	R$ 37.300.769,75	R$ 1.375.590.058,97

8.3. **Evolução da Carteira de Investimentos**

A evolução da carteira de investimentos ao longo dos anos segue abaixo:

MÊS	FUNDO FINANCEIRO (R$)	FUNDO PREVIDENCIÁRIO (R$)	TOTAL (R$)
Dez/2012	1.897.642,40	44.537.237,66	46.434.880,06
Dez/2013	6.391.546,61	61.750.323,31	68.141.869,92
Dez/2014	7.379.447,43	92.271.506,36	99.650.953,79
Dez/2015	6.217.041,01	136.290.808,20	142.507.849,21
Dez/2016	3.442.900,40	191.025.900,06	194.468.800,46
Dez/2017	574.870,84	249.717.738,40	250.292.609,24
Dez/2018	1.979.068,41	324.892.103,35	326.871.171,76
Dez/2019	14.836.494,10	440.028.243,40	454.864.737,50
Dez/2020	149.823,72	512.802.790,57	512.952.614,29
Dez/2021	155.444,25	582.046.072,38	582.201.516,63
Dez/2022	288.677,28	671.095.145,09	671.383.822,37
Dez/2023	1.167.681,00	857.377.891,32	858.545.572,32
Dez/2024	723.854,18	1.068.447.046,80	1.069.170.900,98
Dez/2025	**18.538.454,78***	**1.308.450.380,29**	**1.326.988.835,07**

*Valores fundo financeiro somados aos valores de aplicação da taxa de administração.

Importante ressaltar que até 31 de dezembro de 2025, o modelo de divisão de massas seguia a previsão da Lei Complementar nº 749/2008, sendo dividido em Fundo Financeiro (segurados admitidos até 30 de dezembro de 2003) e Fundo Previdenciário (segurados ativos admitidos a partir de 31 de dezembro de 2003). A partir de 1º de janeiro de 2026, o modelo de divisão de massas foi reformulado conforme a Lei Complementar nº 1.517 de 2025, sendo dividido em Fundo em repartição e Fundo em capitalização.

8.4. **Investimentos por Administradora**

Considerando o valor total de **R$ 1.367.991.490,81**, referente ao fundo em capitalização, segue a distribuição por administradora:

ADMINISTRADOR	PERCENTUAL	VALOR
TÍTULOS	81,32%	R$ 1.112.456.104,38
CAIXA ECONOMICA	11,10%	R$ 151.892.287,86
ITAU UNIBANCO	2,23%	R$ 30.445.829,25
BANCO BRADESCO	1,55%	R$ 21.167.891,07
SANTANDER DISTRIBUIDORA	0,89%	R$ 12.107.721,19
BANCO COOPERATIVO	0,75%	R$ 10.223.064,92
BTG PACTUAL	0,66%	R$ 9.068.265,46
BB GESTAO	0,54%	R$ 7.363.641,28
RJI CORRETORA	0,34%	R$ 4.640.335,17
BANCO BNP PARIBAS	0,32%	R$ 4.413.415,04
BANVOX DISTRIBUIDORA	0,17%	R$ 2.383.727,46
BNY MELLON	0,10%	R$ 1.405.609,53
PLANNER CORRETORA	0,03%	R$ 423.598,20
Total	**100,00%**	**R$ 1.367.991.490,81**

8.5. **Ativos que compõem a carteira de investimentos**

Descrição da alocação consolidada por segmentos, comparando a posição atual da carteira com os tetos regulatórios (Resolução CMN 5.272/2025) e as metas táticas definidas na Política de Investimentos (Limites Inferior, Alvo e Superior), em março de 2026:

Segmento	Resolução(%)	Carteira (R$)	%	Limite Inferior(%)	Alvo(%)	Superior(%)
RENDA FIXA						
FI Renda Fixa Referenciado 100% títulos TN - 7, I	100%	113.968.055,90	8,33%	0,00%	2,00%	10,00%
Títulos Tesouro Nacional - 7, II	100%	0,00	0,00%	0,00%	0,00%	20,00%
Títulos Tesouro Nacional (Balcão) - 7, III	100%	1.041.567.964,56	76,14%	60,00%	75,00%	90,00%
Operações Compromissadas - TN - 7, IV	5%	0,00	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
FI Renda Fixa e ETF Renda Fixa - 7, V	80%	61.338.017,16	4,48%	2,00%	7,00%	20,00%
Ativos Bancários - 7, VI	20%	70.888.139,82	5,18%	0,00%	5,00%	10,00%
FI Renda Fixa "Crédito Privado" - 7, VII	0%	0,00	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
FI Debêntures - 7, VIII	0%	0,00	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

Segmento	Resolução(%)	Carteira (R$)	%	Limite Inferior(%)	Alvo(%)	Superior(%)
FI Direitos Creditórios (FIDC) - Sênior - 7, IX	0%	3.065.153,84	0,22%	0,00%	0,00%	3,00%
Total Renda Fixa		**1.290.827.331,28**	**94,36%**			
RENDA VARIÁVEL	**Resolução(%)**	**Carteira (R$)**	**%**	**Limite Inferior(%)**	**Alvo(%)**	**Superior(%)**
FI Ações - 8, I	40%	24.243.614,36	1,77%	0,00%	3,00%	10,00%
ETF de Ações - 8, II	40%	0,00	0,00%	0,00%	1,00%	5,00%
BDR / BDR-ETF - Ações - 8, III	0%	8.100.553,62	0,59%	0,00%	0,00%	2,00%
ETF - Internacional - 8, IV	0%	0,00	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Total Renda Variável		**32.344.167,98**	**0,32%**			
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	**Resolução(%)**	**Carteira (R$)**	**%**	**Limite Inferior(%)**	**Alvo(%)**	**Superior(%)**
Renda Fixa - Dívida Externa - 9, I	0%	0,00	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Investimento no Exterior - Qualificado - 9, II	0%	4.413.415,04	0,32%	0,00%	0,00%	0,00%
FI Investimentos Exterior - Geral - 9, III	0%	0,00	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Total Investimentos no Exterior		**4.413.415,04**	**0,32%**			
FUNDOS ESTRUTURADOS	**Resolução(%)**	**Carteira (R$)**	**%**	**Limite Inferior(%)**	**Alvo(%)**	**Superior(%)**
FI Multimercado - 10, I	15%	35.456.706,86	2,59%	0,00%	2,00%	10,00%
Fiagro - 10, II	0%	0,00	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
FI em Participações - 10, III	0%	2.784.678,62	0,20%	0,00%	0,00%	1,00%
FI "Ações - Mercado de Acesso" - 10, IV	0%	0,00	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Total Fundos Estruturados		**38.241.385,48**	**2,80%**			
FUNDOS IMOBILIÁRIOS	**Resolução(%)**	**Carteira (R$)**	**%**	**Limite Inferior(%)**	**Alvo(%)**	**Superior(%)**
FI Imobiliário - 11	0%	0,00	0,00%	0,00%	0,00%	1,00%
Desenquadrado	0%	2.165.191,03	0,16%			
Total Fundos Imobiliários		**2.165.191,03**	**0,16%**			
Total Geral		**1.367.991.490,81**	**100,00%**			

8.6. **Contratos de Empréstimo Consignado da Maringá Previdência**

No 1º trimestre de 2026, foram celebrados **266 contratos de empréstimo consignado**, totalizando **R$ 4.042.937,08** em valores concedidos, incluindo os encargos. Observa-se aumento no número de contratos ao longo do trimestre, com destaque para março, que registrou **144 contratos**, correspondentes a **R$ 1.756.907,38**. Para fins de acompanhamento, apresenta-se também os contratos celebrados nos meses finais de 2025, período de início da operação.

2025

2025		
Competência	**Contratos**	**Valor Concedido***
set/25	9	134.052,23
out/25	90	1.912.609,99
nov/25	58	1.038.008,48
dez/25	47	913.630,79
TOTAL	**204**	**3.998.301,49**

*O valor concedido refere-se ao valor total do contrato, incluindo os encargos. Fonte: Gerência Financeira

2026		
Competência	**Contratos**	**Valor Concedido***
jan/26	71	1.489.852,48
fev/26	51	796.177,22
mar/26	144	1.756.907,38
TOTAL	266	4.042.937,08

*O valor concedido refere-se ao valor total do contrato, incluindo os encargos. Fonte: Gerência Financeira

9. EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO ATUARIAL

Esta seção apresenta o custo previdenciário total, evolução quantitativa e qualitativa dos custos por tipo de benefício, evolução do resultado relativo ao equilíbrio financeiro e atuarial e evolução do plano de custeio. Foi elaborada pelo atuário responsável pela avaliação atuarial do exercício de 2026, André Sablewski Grau, MIBA nº 2.372, no âmbito do Contrato nº 06/2025-MGAPREV, celebrado com a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe).

Os números reproduzem a avaliação atuarial com data focal em 31 de dezembro de 2025, os Demonstrativos de Resultados da Avaliação Atuarial (DRAA) dos exercícios de 2023 a 2026, os fluxos atuariais encaminhados ao CADPREV e os DIPR bimestrais. São os mesmos do Relatório de Gestão Atuarial de 2026, que traz a análise completa, e acompanham o Relatório de Análise das Hipóteses, que fundamenta as premissas.

9.1. Massa de segurados na data focal

A avaliação de 2026 foi elaborada sobre a base cadastral de 31 de dezembro de 2025, já distribuída entre os dois fundos da Lei Complementar municipal nº 1.517/2025. A primeira massa, vinculada ao Fundo em Repartição, reúne os servidores que ingressaram no serviço público municipal até 31 de dezembro de 2014 e os benefícios concedidos até 31 de dezembro de 2021; a segunda, vinculada ao Fundo em Capitalização, reúne os que ingressaram a partir de 1º de janeiro de 2015 e os demais benefícios, na forma do art. 58 da mesma lei. A massa soma 16.249 segurados e beneficiários.

Fundo em Capitalização: composição da massa em 31 de dezembro de 2025

Grupo	Quantidade	Idade média (anos)	Valor médio mensal (R$)	Folha mensal (R$)
Ativos - demais servidores	3.531	41,12	3.410,79	12.043.494,10
Ativos - professores	1.694	41,23	2.750,70	4.659.680,50
Ativos total	**5.225**	**41,16**	**3.196,78**	**16.703.174,60**
Aposentados	1.299	62,09	5.087,99	6.609.301,47
Pensionistas	322	56,33	3.314,74	1.067.347,32
Total	**6.846**	**45,84**	**3.561,18**	**24.379.823,39**

Fonte: avaliação atuarial do exercício de 2026.

Fundo em Repartição: composição da massa em 31 de dezembro de 2025

Grupo	Quantidade	Idade média (anos)	Valor médio mensal (R$)	Folha mensal (R$)
Ativos - demais servidores	4.578	49,97	5.012,39	22.946.742,15
Ativos - professores	1.479	49,99	4.095,87	6.057.785,00
Ativos total	**6.057**	**49,97**	**4.788,60**	**29.004.527,15**
Aposentados	2.761	69,71	5.127,64	14.157.411,53
Pensionistas	585	67,40	3.595,49	2.103.362,73
Total	**9.403**	**56,85**	**4.813,92**	**45.265.301,41**

Fonte: avaliação atuarial do exercício de 2026.

Tempos médios de contribuição dos servidores ativos, por sexo, em 31 de dezembro de 2025

Medida	Masculino	Feminino	Total
Servidores ativos	2.805	8.477	11.282
Tempo anterior de contribuição no RGPS	1,53	1,85	1,69
Tempo anterior de contribuição em RPPS	0,00	0,00	0,00
Tempo no Município sob o RPPS	13,41	11,39	12,22
Tempo total de contribuição	14,94	13,24	13,92

Fonte: estatísticas da avaliação atuarial do exercício de 2026, consolidados os dois fundos.

9.2. Premissas atuariais

As premissas alteram significativamente os valores apurados e são escolhidas em conjunto pelo Ente Federativo, pela unidade gestora e pelo atuário, na forma do art. 33 da Portaria MTP nº 1.467/2022.

Premissas adotadas nas quatro últimas avaliações

Premissa	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2025

Premissa	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2025
Taxa atuarial de juros	4,81%	5,25%	5,32%	5,92%
Tábua de mortalidade	IBGE 2020	IBGE 2022	IBGE 2023	IBGE 2024
Tábua de entrada em invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Crescimento real das remunerações	1,06%	1,11%	1,13%	1,00%
Crescimento real dos benefícios	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Reposição de segurados	não adotada	não adotada	não adotada	um por desligamento, a 60%
Permanência após a elegibilidade	não informada	não informada	não informada	3 anos

Fonte: DRAA dos exercícios de 2023 a 2026.

A taxa de juros é aferida pelo confronto entre a rentabilidade real obtida e a meta de cada exercício, que o quadro a seguir resume. A rentabilidade superou a meta nos três exercícios, e o Relatório de Análise das Hipóteses concluiu pela manutenção das premissas, inclusive da tábua de mortalidade, cuja aderência a massa não permite aferir por idade e sexo, por insuficiência estatística.

Rentabilidade dos recursos e meta atuarial

Exercício	Rentabilidade nominal	IPCA	Rentabilidade real	Meta real
2023	12,49%	4,62%	7,52%	4,81%
2024	11,13%	4,83%	6,01%	5,25%
2025	11,62%	4,26%	7,05%	5,32%

Nota: rentabilidade apurada pelo método de Dietz sobre os DIPR e os DAIR do exercício. Fonte: DIPR e DAIR do CADPREV; IPCA do IBGE.

9.3. Custo previdenciário total

O custo previdenciário total apresenta-se sob duas óticas: o custo do exercício, pelo fluxo atuarial de 2026, e o custo total em valor presente, pelo valor atual dos benefícios futuros na data focal. A primeira é a que interessa ao orçamento do Ente Federativo; a segunda dimensiona o compromisso do regime com a massa existente.

9.3.1. Plano de custeio vigente

Plano de custeio vigente, idêntico nos dois fundos

Contribuinte	Alíquota	Base de incidência
Ente Federativo, custeio normal	14,00%	Remuneração de contribuição dos servidores ativos
Ente Federativo, taxa de administração	1,68%	Remuneração de contribuição dos servidores ativos
Servidores ativos	14,00%	Remuneração de contribuição
Aposentados e pensionistas	14,00%	Parcela dos proventos que excede o limite máximo do RGPS
Prefeitura Municipal	não se aplica	Cobertura mensal da insuficiência financeira do Fundo em Repartição

Fonte: avaliação atuarial do exercício de 2026; alíquotas da legislação municipal a que remetem os arts. 60 e 61 da Lei Complementar municipal nº 1.517/2025; cobertura da insuficiência pelo art. 68, § 1º, da mesma lei.

9.3.2. **Custo do exercício de 2026**

Custo previdenciário previsto para o exercício de 2026, em moeda de 31 de dezembro de 2025

Componente	Fundo em Capitalização (R$)	Fundo em Repartição (R$)	Total (R$)
Benefícios e demais despesas do plano	108.800.201,38	238.112.499,75	346.912.701,13
Contribuições e compensação previdenciária	75.726.565,88	133.150.354,69	208.876.920,57
Cobertura da insuficiência financeira pelo Ente	não se aplica	103.334.378,54	103.334.378,54
Rentabilidade esperada dos recursos	77.883.006,58	não se aplica	77.883.006,58
Variação do patrimônio do fundo	44.809.371,08	−1.627.766,52	43.181.604,56

Fonte: fluxos atuariais do exercício de 2026 encaminhados ao CADPREV. No Fundo em Repartição, a variação negativa corresponde ao consumo dos recursos remanescentes do fundo, de R$ 1.536.918,64 em 31 de dezembro de 2025, e do seu rendimento.

O custo previdenciário previsto para 2026 é de R$ 346.912.701,13. As contribuições e a compensação previdenciária cobrem 60,2% desse valor; a cobertura da insuficiência financeira do Fundo em Repartição, a cargo da Prefeitura, responde por R$ 103.334.378,54, ou 29,8%; e o Fundo em Capitalização paga a parcela dos seus benefícios que excede as receitas do exercício com os próprios recursos, cuja rentabilidade esperada, de R$ 77.883.006,58, supera essa parcela e eleva o patrimônio do fundo em R$ 44.809.371,08.

A rentabilidade é esperada, e não garantida: corresponde à taxa atuarial de 5,92% ao ano sobre os recursos garantidores, que é a mesma taxa de desconto do passivo, e o resultado efetivo das aplicações pode divergir, para mais ou para menos, conforme o comportamento dos mercados. Nos três últimos exercícios, a rentabilidade real superou a meta, como mostra o quadro da seção de premissas.

9.3.3. **Custo total em valor presente, por tipo de benefício**

Valor atual dos benefícios futuros por tipo de benefício, em 31 de dezembro de 2025

Benefício	Fundo em Capitalização (R$)	Fundo em Repartição (R$)	Total (R$)	Part.
Benefícios concedidos				
Aposentadorias programadas (idade, tempo de contribuição e compulsória)	863.097.871,50	1.536.560.770,01	2.399.658.641,51	43,1%
Aposentadorias do professor	147.310.207,13	238.789.556,24	386.099.763,37	6,9%
Aposentadorias por incapacidade permanente	17.150.338,68	76.467.554,90	93.617.893,58	1,7%
Pensões por morte	157.558.408,03	309.054.864,69	466.613.272,72	8,4%
Subtotal dos concedidos	**1.185.116.825,34**	**2.160.872.745,84**	**3.345.989.571,18**	**60,1%**
Benefícios a conceder				
Aposentadorias programadas (idade, tempo de contribuição e compulsória)	309.131.711,33	1.160.017.190,35	1.469.148.901,68	26,4%

Benefício	Fundo em Capitalização (R$)	Fundo em Repartição (R$)	Total (R$)	Part.
Aposentadorias do professor	139.076.710,61	357.083.852,44	496.160.563,05	8,9%
Aposentadorias por incapacidade permanente e pensões delas decorrentes	88.389.890,90	107.484.430,90	195.874.321,80	3,5%
Pensões por morte	11.356.330,19	45.616.491,80	56.972.821,99	1,0%
Subtotal dos a conceder	**547.954.643,03**	**1.670.201.965,49**	**2.218.156.608,52**	**39,9%**
Total	**1.733.071.468,37**	**3.831.074.711,33**	**5.564.146.179,70**	**100,0%**

Nota: geração atual, isto é, a massa existente na data focal; os benefícios da geração futura entram no resultado do Fundo em Capitalização, apresentado adiante. A aposentadoria por incapacidade permanente dos servidores ativos, com as pensões dela decorrentes, é avaliada em repartição de capitais de cobertura, conforme a Nota Técnica Atuarial de 2026. Fonte: resultados da avaliação atuarial do exercício de 2026.

O compromisso total com a massa existente é de R$ 5.564.146.179,70, dos quais 60,1% correspondem a benefícios já concedidos e 68,9% ao Fundo em Repartição, que reúne as gerações mais antigas de servidores. As aposentadorias programadas, concedidas e a conceder, respondem por 69,5% do total.

9.4. Evolução quantitativa e qualitativa dos custos por tipo de benefício

A evolução por tipo de benefício é medida pela quantidade de benefícios em manutenção em 31 de dezembro de cada exercício e pela despesa anual correspondente, consolidados os dois fundos. A consolidação é necessária porque a revisão da segregação redistribuiu a massa entre os fundos a partir de 2026, e o confronto por fundo misturaria o efeito da nova composição com a evolução dos próprios benefícios.

Benefícios em manutenção e despesa anual por tipo de benefício, 2023 a 2025

Tipo de benefício	Qtde 2023	Despesa 2023 (R$)	Qtde 2024	Despesa 2024 (R$)	Qtde 2025	Despesa 2025 (R$)
Aposentadoria por tempo de contribuição e por idade	2.770	172.181.809,80	2.964	198.879.185,31	3.270	228.859.739,55
Aposentadoria por incapacidade permanente	206	7.209.408,18	216	8.028.197,97	218	8.252.581,48
Aposentadoria compulsória	43	1.172.637,57	43	1.193.505,04	43	1.345.480,24
Aposentadoria do professor	444	24.284.085,41	487	27.775.607,34	529	31.509.467,73
Aposentadoria especial (atividade de risco ou prejudicial à saúde)	2	218.001,81	2	227.811,87	0	0,00
Pensão por morte	835	34.587.115,68	883	38.115.468,30	907	41.219.230,65
Total	**4.300**	**239.653.058,45**	**4.595**	**274.219.775,83**	**4.967**	**311.186.499,65**
Despesa executada no exercício (DIPR)		**233.409.386,10**		**267.093.721,57**		**298.985.000,36**

Nota: quantidade em 31 de dezembro de cada exercício; despesa anual estimada pela folha de dezembro multiplicada por treze (doze competências e o abono anual). A última linha traz a despesa efetivamente paga com aposentadorias e pensões no exercício, para conciliação: a diferença reflete os benefícios concedidos ao longo do ano e o reajuste. Fontes: 2023 e 2024, anexos de médias dos aposentados e pensionistas dos Relatórios da Avaliação Atuarial com datas-base em 31/12/2023 e 31/12/2024; 2025, base cadastral da avaliação atuarial do exercício de 2026; DIPR bimestrais.

Composição da despesa e variação por tipo de benefício

Tipo de benefício	Participação na despesa de 2025	Benefício médio mensal em 2025 (R$)	Variação da quantidade, 2023 a 2025	Variação real da despesa, 2023 a 2025

Tipo de benefício	Participação na despesa de 2025	Benefício médio mensal em 2025 (R$)	Variação da quantidade, 2023 a 2025	Variação real da despesa, 2023 a 2025
Aposentadoria por tempo de contribuição e por idade	73,5%	5.383,67	18,1%	21,6%
Aposentadoria por incapacidade permanente	2,7%	2.911,99	5,8%	4,7%
Aposentadoria compulsória	0,4%	2.406,94	0,0%	5,0%
Aposentadoria do professor	10,1%	4.581,86	19,1%	18,7%
Pensão por morte	13,2%	3.495,82	8,6%	9,0%
Total	**100,0%**	**4.819,29**	**15,5%**	**18,8%**

Nota: variação real deflacionada pelo IPCA de 2024 e de 2025, que somam 9,30% no período. Fonte: tabela anterior; IPCA do IBGE.

A leitura da evolução registra cinco movimentos.

I. Crescimento contínuo dos benefícios em manutenção: de 4.300 em 2023 para 4.967 em 2025, aumento de 15,5%, com despesa anual 18,8% maior em termos reais. É o movimento próprio da maturação do regime, em que as gerações admitidas nas décadas passadas reúnem os requisitos de aposentadoria, e está contemplado na avaliação atuarial.

II. Concentração nas aposentadorias programadas: as aposentadorias por tempo de contribuição e por idade respondem por 73,5% da despesa, e, com as do professor, por 83,7%. O benefício médio desse grupo, de R$ 5.383,67, é o mais elevado da massa, o que é próprio das aposentadorias concedidas ao fim de carreiras longas.

III. Estabilidade das aposentadorias por incapacidade permanente: 206 em 2023 e 218 em 2025, com 2,7% da despesa. A frequência de entrada em invalidez não mostra tendência de alta no Relatório de Análise das Hipóteses, de modo que esse benefício não exerce pressão relevante sobre o equilíbrio do regime.

IV. Crescimento mais lento das pensões por morte: 8,6% no período, contra 17,2% das aposentadorias, com 13,2% da despesa.

V. Pressão concentrada no Fundo em Repartição: em 31 de dezembro de 2025, o fundo reunia 2.761 dos 4.060 aposentados e 68,2% da folha de aposentadorias. É ali que o crescimento das aposentadorias programadas se converte em insuficiência financeira coberta pela Prefeitura, e é essa parcela que compete, no orçamento do Município, com as demais políticas públicas.

As novas regras de aposentadoria voluntária da Lei Complementar municipal nº 1.517/2025, inclusive as do professor e as de transição, passam a vigorar em 1º de janeiro de 2028 (art. 72); até lá, permanecem aplicáveis as normas de concessão da legislação anterior indicadas no parágrafo único do mesmo artigo. O ritmo das concessões até essa data merece acompanhamento, porque a transição de regras pode antecipar pedidos de aposentadoria.

9.5. Evolução do resultado relativo ao equilíbrio financeiro e atuarial

Evolução da situação atuarial consolidada dos dois fundos, em R$ milhões

Data focal	Provisões matemáticas	Ativos garantidores	Parcelamentos de débitos	Cobertura das insuficiências financeiras	Total assegurado em lei	Resultado atuarial
31/12/2022	3.850,7	673,6	1,60	0,0	1,6	−3.175,5
31/12/2023	4.190,8	859,5	1,49	0,0	1,5	−3.329,7
31/12/2024	4.731,5	1.069,2	1,37	0,0	1,4	−3.661,0
31/12/2025	3.171,6	1.317,1	0,00	2.432,6	2.432,6	578,2

Nota: o total assegurado em lei é a provisão para cobertura de insuficiências financeiras do DRAA, rubrica que compreende os parcelamentos de débitos; as duas colunas anteriores a desdobram e não se somam a ela. Fonte: DRAA dos exercícios de 2023 a 2026.

Até 31 de dezembro de 2024, o regime registrava déficit atuarial, de R$ 3.175,5 milhões em 31 de dezembro de 2022 e de R$ 3.661,0 milhões em 31 de dezembro de 2024, valores em moeda de cada data focal. Em 31 de dezembro de 2025, o resultado passou a superávit de R$ 578.157.479,10, e a leitura dessa passagem exige dois cuidados.

O primeiro é de reconhecimento. Até 2024, o déficit do Plano Financeiro era registrado integralmente como déficit atuarial, sem contrapartida. Com a revisão da segregação, a cobertura das insuficiências financeiras do Fundo em Repartição passou a ser reconhecida como provisão assegurada em lei, de R$ 2.432.625.163,42, e o fundo passou a apresentar resultado nulo. A obrigação da Prefeitura de cobrir essa insuficiência existia antes e existe depois; o que mudou foi o seu registro, a partir da instituição em lei (art. 68, § 1º, da Lei Complementar municipal nº 1.517/2025). Resultado nulo no Fundo em Repartição não significa ausência de custo: significa que o custo está a cargo do Tesouro Municipal, exercício a exercício.

O segundo é de composição. O superávit de 31 de dezembro de 2025 é o do Fundo em Capitalização, de R$ 578.157.479,10 na geração atual, elevado a R$ 943.039.577,09 com a premissa de reposição de segurados. Segundo a decomposição do Relatório de Ganhos e Perdas Atuariais do exercício de 2025, a passagem decorre sobretudo da reforma das regras de benefícios e da revisão da segregação promovidas pela mesma lei, da elevação da taxa de juros e da adoção da premissa de reposição. O art. 69, parágrafo único, da Lei Complementar municipal nº 1.517/2025 prevê estudo da segregação em vigor no mínimo a cada quatro anos, com parecer aos Conselhos, e é nesse estudo que o resultado do Fundo em Capitalização se examina frente ao custeio exigido do Ente.

9.6. Fluxo atuarial projetado

O fluxo atuarial mostra, exercício a exercício, o encontro entre as receitas e as despesas projetadas de cada fundo, em moeda de 31 de dezembro de 2025. Reproduzem-se os dez primeiros exercícios dos fluxos encaminhados ao CADPREV.

Fundo em Capitalização: fluxo atuarial projetado, primeiros dez exercícios

Exercício	Contribuições e compensação (R$)	Rentabilidade esperada (R$)	Benefícios e demais despesas (R$)	Patrimônio ao final (R$)
2026	75.726.565,88	77.883.006,58	108.800.201,38	1.360.400.698,43
2027	76.465.821,31	80.535.721,35	108.937.786,91	1.408.464.454,18

Exercício	Contribuições e compensação (R$)	Rentabilidade esperada (R$)	Benefícios e demais despesas (R$)	Patrimônio ao final (R$)
2028	77.114.018,70	83.381.095,69	109.496.492,73	1.459.463.075,83
2029	81.849.407,09	86.400.214,09	111.069.574,48	1.516.643.122,53
2030	83.926.893,50	89.785.272,85	111.817.366,29	1.578.537.922,60
2031	85.914.370,77	93.449.445,02	112.577.973,69	1.645.323.764,69
2032	88.397.509,19	97.403.166,87	113.404.103,77	1.717.720.336,98
2033	91.130.389,89	101.689.043,95	114.081.919,86	1.796.457.850,96
2034	94.067.035,54	106.350.304,78	115.151.542,43	1.881.723.648,85
2035	97.495.474,66	111.398.040,01	116.395.283,59	1.974.221.879,93

Fonte: fluxo atuarial do exercício de 2026, geração atual e futura consolidadas.

Fundo em Repartição: fluxo atuarial projetado, primeiros dez exercícios

Exercício	Contribuições e compensação (R$)	Benefícios e demais despesas (R$)	Insuficiência financeira coberta pela Prefeitura (R$)
2026	133.150.354,69	238.112.499,75	103.334.378,54
2027	133.277.045,01	240.934.458,62	107.657.250,17
2028	132.954.290,59	244.222.665,61	111.267.954,44
2029	132.814.483,56	248.641.055,90	115.826.658,65
2030	131.749.374,81	253.865.175,78	122.115.082,87
2031	130.515.766,31	258.251.616,10	127.735.621,80
2032	128.393.299,14	263.723.911,81	135.330.358,89
2033	125.832.833,07	268.495.698,01	142.662.092,12
2034	122.700.490,37	272.936.700,07	150.235.171,18
2035	118.944.132,93	278.410.760,95	159.464.750,73

Fonte: fluxo atuarial do exercício de 2026. A insuficiência de cada exercício está em moeda de 31 de dezembro de 2025, sem desconto financeiro.

9.7. Evolução do plano de custeio

As alíquotas de contribuição permaneceram inalteradas nas três últimas avaliações: 14% dos servidores, 14% do Ente Federativo e 1,68% de taxa de administração. A mudança estrutural do período foi a revisão da segregação da massa pela Lei Complementar municipal nº 1.517/2025, cuja execução é obrigatória desde 1º de janeiro de 2026 (art. 71), com a responsabilidade da Prefeitura pela cobertura mensal da insuficiência do Fundo em Repartição (art. 68, § 1º) e a inclusão dessa insuficiência, a cada exercício, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual (art. 68, § 3º).

Contribuições repassadas: alíquotas implícitas

Exercício	Base de cálculo (R$)	Alíquota implícita do segurado	Alíquota implícita do Ente
2023	507.802.585,73	13,98%	16,86%

Exercício	Base de cálculo (R$)	Alíquota implícita do segurado	Alíquota implícita do Ente
2024	557.842.111,05	13,97%	15,91%
2025	591.592.620,37	13,97%	15,62%

Nota: a alíquota implícita do Ente compreende o custeio normal e a taxa de administração, recolhidos sobre a mesma base. Fonte: DIPR bimestrais.

Cobertura da insuficiência financeira repassada pela Prefeitura

Exercício	Cobertura repassada (R$)	Benefícios do plano financeiro (R$)	Cobertura sobre os benefícios
2023	154.000.000,00	222.036.630,36	69,36%
2024	181.950.000,00	252.128.127,03	72,17%
2025	209.100.000,00	279.172.297,09	74,90%
2026 (1)	108.000.000,00	219.324.031,76	49,24%

Nota: (1) 2026 anualizado a partir dos três primeiros bimestres, já sob a revisão da segregação, com o Fundo em Repartição no lugar do Plano Financeiro. Fonte: DIPR bimestrais.

As alíquotas implícitas reproduzem as legais nos três exercícios, sem indício de recolhimento a menor. A cobertura da insuficiência repassada pela Prefeitura cresceu de R$ 154.000.000,00 em 2023 para R$ 209.100.000,00 em 2025, sob a segregação anterior. Em 2026, com a revisão, o ritmo dos três primeiros bimestres, de R$ 108.000.000,00 anualizados, é compatível com a insuficiência projetada para o exercício, de R$ 103.334.378,54. A redução frente a 2025 decorre da nova composição das massas definida pelo art. 58 da mesma lei, e é por essa leitura, exercício a exercício, que se mede o efeito da revisão sobre o orçamento do Município. *Responsável técnico pela seção: André Sablewski Grau, atuário, MIBA nº 2.372.*

10. COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

O sistema COMPREV tem por objetivo operacionalizar a compensação previdenciária entre o RGPS e os RPPS, e também entre os RPPS, nos casos de contagem recíproca de tempo de contribuição para efeito de aposentadorias e pensões.

A seguir o comparativo anual de recebimentos e pagamentos referente à compensação previdenciária:

ANO	VALOR RECEBIDO (R$)	VALOR PAGO/ PROVISIONADO (R$)
2014	7.664.677,17	179.177,65
2015	5.662.876,31	525.075,70
2016	5.536.905,40	128.983,62
2017	5.775.714,22	338.090,59
2018	7.149.772,37	200.136,10
2019	8.672.477,19	206.877,16
2020	6.099.498,43	295.115,80
2021	5.871.874,09	389.162,82
2022	7.456.006,44	271.247,92

ANO	VALOR RECEBIDO (R$)	VALOR PAGO/ PROVISIONADO (R$)
2023	31.956.969,17	593.640,73
2024	25.994.641,52	2.157.805,56
2025	37.863.305,84	2.419.455,87

A seguir o acompanhamento dos recebimentos e pagamentos referente à compensação previdenciária em 2026:

ANO	VALOR RECEBIDO (R$)	VALOR PAGO/ PROVISIONADO (R$)
1º Trimestre	9.632.270,67	185.299,68

11. CONTROLE INTERNO

O Sistema de Controle Interno do Poder Executivo foi instituído no Município de Maringá em 15 de julho de 2005, quando sancionada a Lei Complementar Municipal nº 561/2005. A Secretaria de Compliance e Controle é a Unidade Central de Controle Interno, nos termos da Lei Complementar Municipal nº 1.318, de 31 de março de 2022, que dispõe sobre sua estrutura e atribuições.

Em março de 2023, a Maringá Previdência instituiu uma estrutura de Controle Interno dentro da autarquia, objetivando com isso ter maior atuação preventiva, concomitante e posterior aos atos administrativos. A Unidade de Controle Interno visa verificar, orientar e incentivar a gestão no atendimento aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, probidade e economicidade.

Além disso, o Controle Interno acompanha a conformidade dos atos de gestão e das práticas de governança adotadas pela Maringá Previdência, contribuindo para o aprimoramento dos processos internos e para o atendimento às diretrizes do Programa de Certificação Institucional “Pró-Gestão RPPS”, do Ministério da Previdência Social, que busca incentivar os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) a adotarem melhores práticas de gestão, fundamentadas nos pilares de Controles Internos, Governança Corporativa e Educação Previdenciária.

Entre as principais ações desenvolvidas pela Unidade de Controle Interno, no período, estão:

- Elaboração de Relatório Trimestral de Controle Interno, com avaliação dos procedimentos, controles e atos de gestão da Maringá Previdência;
- Acompanhamento do cumprimento das exigências e diretrizes estabelecidas pela Portaria MTP nº 1.467/2022 e pelo Programa Pró-Gestão RPPS;
- Acompanhamento do cumprimento do calendário de obrigações ante o CADPREV e eSocial;
- Acompanhamento das metas e ações previstas para o período no Planejamento Estratégico;
- Análises de conformidade dos procedimentos contábeis/financeiros, de investimentos, de

concessão de benefícios, de concessão de diárias, de compensação previdenciária e demais procedimentos relevantes;

- Acompanhamento das recomendações e determinações dos órgãos de controle, bem como das providências adotadas pela gestão;
- Acompanhamento das práticas de governança, transparência e prestação de contas da autarquia;
- Apoio às áreas da Maringá Previdência na identificação de não conformidades e na adoção de medidas corretivas e preventivas;
- Atuação integrada com as áreas responsáveis, com caráter orientativo e preventivo, sem prejuízo da independência necessária ao exercício das atividades;
- Acompanhamento da implementação e atualização de manuais, normas, fluxos e procedimentos internos;
- Acompanhamento de indicadores, planos de ação e demais instrumentos utilizados para monitoramento da gestão.

12. LICITAÇÕES E CONTRATOS

No 1º trimestre foram realizados: 5 (cinco) processos de Inexigibilidade:

Data de abertura	Modalidade	Número	Valor Homologado (R$)	Situação	Objeto
18/02/2026	Inexigibilidade	1/2026	4.420,00	Homologada	Contratação da Associação Paranaense das Entidades Previdenciárias do Estado e dos Municípios – APEPREV, para realização de 4 inscrições para o evento RPPS 2026: o que Fazer?, contemplando 3 membros do Conselho de Administração e 1 membro do Conselho Fiscal da Maringá Previdência.
26/02/2026	Inexigibilidade	2/2026	10.450,00	Homologada	Contratação da Associação Brasileira de Instituições de Previdência Estaduais e Municipais - ABIPEM, para realização de 10 inscrições para o 8º Congresso de Investimentos dos RPPS da ABIPEM, contemplando 1 membro do Conselho de Administração, 3 membros do Conselho Fiscal e 6 servidores da Maringá Previdência.
12/03/2026	Inexigibilidade	3/2026	2.788,00	Homologada	Contratação da LEMA TREINAMENTOS LTDA, para realização de 4 inscrições no curso Aprova RPPS, contemplando 2 servidores e 2 membros da diretoria executiva da Maringá Previdência.
26/03/2026	Inexigibilidade	4/2026	8.400,00	Homologada	Contratação da Meta Cursos e Treinamentos LTDA, para inscrição de 3 servidoras da Maringá Previdência no curso Gestão do eSocial na Administração Pública.
26/03/2026	Inexigibilidade	5/2026	1.200,00	Homologada	Contratação da Associação Paulista de Entidades de Previdência do Estado e dos Municípios - APEPREM, para inscrição de 1 servidora da Maringá Previdência no 22º Congresso Estadual de Previdência da APEPREM.

13. DEMANDAS JUDICIAIS

Durante o período, a Maringá Previdência realizou o acompanhamento das

demandas judiciais com decisões que produziram efeitos ou demandaram providências administrativas, visando assegurar o adequado cumprimento das determinações judiciais e o registro das medidas adotadas pela Autarquia.

N o **1º trimestre de 2026**, foram identificadas três decisões judiciais com providências de cumprimento:

Síntese da decisão	Providência adotada	Cumprimento
Condenação à restituição do Imposto de Renda retido a partir de agosto de 2022.	Iniciado o cumprimento de sentença em 17/06/2025, com valor apurado de R$ 12.220,69 e emissão do RPV nº 1041722025.	Janeiro/2026
Reconhecimento da existência de vínculo jurídico contínuo e ininterrupto com o serviço público desde 26/06/1996, autora M. R. S. R, inclusive para fins previdenciários.	Cumprimento da decisão por meio do SEI nº 01.03.00152581/2025.10.	março/2026
Condenação de seguradora à restituição em dobro dos valores descontados em folha referentes a seguro de vida, períodos de maio de 2022 a julho de 2023. Acrescida de indenização por danos morais de R$ 5.000,00.	Decisão cumprida pela seguradora.	Fevereiro/2026

14. CANAIS DE ATENDIMENTO

A Maringá Previdência possui os canais de atendimento: “Fale conosco” e Ouvidoria no site, WhatsApp, e-mail de contato, caixa de: sugestões, reclamações, denúncias e elogios, além de formulário de avaliação de atendimento. Não houve nenhum registro na ouvidoria no período.

15. IMAGEM INSTITUCIONAL

As principais atividades e ações desenvolvidas pela Maringá Previdência no 1º trimestre foram:

- Realização do 4º Seminário Previdenciário: capacitação dos servidores municipais e a disseminação de conhecimentos sobre gestão previdenciária, legislação, Código de Ética e boas práticas em finanças pessoais;
- Comemoração do Dia do Aposentado, por meio da realização da Tarde de Cinema: momentos de integração, valorização e fortalecimento do vínculo institucional com aposentados e pensionistas;
- Realização de duas edições do projeto City Tour, destinadas aos aposentados e pensionistas da Maringá Previdência: atividades culturais, recreativas e de lazer, incluindo visitas a pontos turísticos do município, apresentações culturais e piqueniques, fortalecendo a convivência e o bem-estar;
- Divulgação dos resultados da gestão de investimentos de 2025, evidenciando a eficiência da administração dos recursos previdenciários: a Maringá Previdência alcançou patrimônio

superior a R$ 1,3 bilhão e obteve rentabilidade anual de 11,55%, superando a meta atuarial estabelecida para o exercício, reforçando sua credibilidade, transparência e reconhecimento institucional.

- Fortalecimento da comunicação institucional: produção de conteúdos informativos, atualização dos canais oficiais de comunicação e divulgação das principais ações desenvolvidas pela autarquia;
- Manutenção de serviços de agendamento e protocolo eletrônico pelo Portal do Segurado;
- Acompanhamento e aprimoramento dos canais de atendimento e Ouvidoria.

Documento assinado eletronicamente por **Edson Paliari**, **Diretor(a)-Presidente da MGAPREV**, em 20/10/2026, às 10:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001 e Decreto Municipal nº 871, de 7 de julho de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.maringa.pr.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **8956386** e o código CRC **5AD7BCC5**.

Referência: Processo nº 03.31.00000665/2026.38 SEI nº 8956386

MARINGÁ PREVIDÊNCIA
Presidência da MGAPREV
Controladoria Interna da MGAPREV
Avenida Carneiro Leão, 135, Galeria do Edifício Europa - Bairro zona 01, Maringá/PR,
CEP 87013-965 Telefone: (44) 3220-7728 - https://previdencia.maringa.pr.gov.br

RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO

2º TRIMESTRE 2026

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO
2. REGULAMENTAÇÃO DA MARINGÁ PREVIDÊNCIA
3. QUADRO DE SERVIDORES
4. ÓRGÃOS COLEGIADOS E INSTÂNCIAS DE DECISÃO
5. CONCESSÃO E REVISÃO DE BENEFÍCIOS
5.1. Referência Normativa
5.2. Concessão de Aposentadoria
5.2.1. Avaliação de conformidade dos processos
5.3. Concessão de Pensão
5.3.1. Avaliação de conformidade dos processos
6. FINANCEIRO/CONTABILIDADE
6.1. Referência Normativa
6.2. Avaliação de conformidade dos processos
6.2.1. Execução Orçamentária
6.2.2. Ordem Cronológica de Pagamentos
7. COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA
8. GESTÃO DE INVESTIMENTOS
8.1. Referência Normativa
8.2. Avaliação de conformidade dos processos
9. CANAIS DE ATENDIMENTO
10. LICITAÇÕES E CONTRATOS
11. PRÓ-GESTÃO - ADERÊNCIA NÍVEL II
11.1. Avaliação de conformidade dos processos
11.1.1. Controles Internos
11.1.2. Governança Corporativa
11.1.3. Educação Previdenciária
12. CALENDÁRIO DE OBRIGAÇÕES E ENVIO DE INFORMAÇÕES
13. AVALIAÇÃO ATUARIAL
13.1. Fundo em Capitalização
13.1.1. Fundo em Capitalização – Parecer Atuarial
13.2. Fundo em Repartição
13.2.1. Fundo em Repartição – Parecer Atuarial
14. CERTIFICADO DE REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIA (CRP)
15. CONCLUSÃO

1. INTRODUÇÃO

O relatório de Controle Interno da Maringá Previdência visa acompanhar as metas para o ano corrente, as áreas de risco, a execução dos programas orçamentários, da gestão contábil, financeira, operacional e patrimonial. Objetivando uma atuação preventiva, concomitante e posterior aos atos administrativos, pretende verificar, orientar e incentivar a gestão no atendimento aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, probidade e economicidade.

Além disso, pretende monitorar a conformidade dos atos de gestão e governança praticados pela Maringá Previdência, de modo que sejam pautados nas exigências do Programa de Certificação Institucional “Pró Gestão RPPS”, do Ministério da Previdência Social, Secretaria de Regime Próprio e Complementar, que tem como objetivo incentivar os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) a adotarem melhores práticas de gestão previdenciária, baseadas nos pilares: Controles Internos, Governança Corporativa e Educação Previdenciária.

O presente relatório, referente ao 2º trimestre de 2026, apresenta os resultados das verificações internas realizadas nas diversas áreas da Maringá Previdência, que consistiram em averiguar, por meio de evidências documentais, se as atividades foram realizadas conforme manuais, procedimentos e legislações pertinentes, bem como monitorar os requisitos exigidos ao Nível II do Pró-Gestão, e as medidas tomadas para os requisitos não atendidos.

As informações apresentadas neste relatório foram coletadas por meio do levantamento dos dados dos processos da Maringá Previdência, por solicitações enviadas a cada setor, dados das reuniões mensais regulares, bem como a consulta aos responsáveis pelas atividades analisadas, quando necessário.

2. REGULAMENTAÇÃO DA MARINGÁ PREVIDÊNCIA

A Maringá Previdência é uma autarquia especial do Município de Maringá, dotada de personalidade jurídica de direito público, patrimônio e receitas próprios, além de autonomia administrativa, técnica e financeira. Atua em conformidade com as normas do Ministério da Previdência Social, do Conselho Monetário Nacional e do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

No âmbito municipal, sua organização e funcionamento são disciplinados, principalmente, pelos seguintes dispositivos legais:

Lei Complementar Municipal nº 1.532/2026, em vigor à partir de 28 de maio de 2026, que dispõe sobre a estrutura administrativa da Maringá Previdência, define suas competências e regulamenta a composição, organização e funcionamento do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal;

Lei Complementar Municipal nº 749/2008, que inicialmente reestruturou o Regime Próprio de Previdência Social dos servidores públicos municipais de Maringá e estabelece, entre outras disposições, as normas relativas ao custeio, por meio da definição das alíquotas de contribuições previdenciárias;

Lei Complementar Municipal nº 1.517/2025, que promoveu a reforma

previdenciária municipal, estabelecendo novas regras sobre o plano de benefícios e plano de custeio, alterando dispositivos da Lei Complementar nº 749/2008 e redefinindo a segregação de massas;

Lei Complementar Municipal nº 1.296/2021, que instituiu o Regime de Previdência Complementar dos servidores públicos do Município de Maringá, em atendimento ao disposto na Emenda Constitucional nº 103/2019.

3. QUADRO DE SERVIDORES

A Maringá Previdência possui quadro próprio com 23 (vinte e três) servidores e as remunerações são fixadas pela Lei Complementar nº 966/2013.

4. ÓRGÃOS COLEGIADOS E INSTÂNCIAS DE DECISÃO

O Conselho Deliberativo, órgão de normatização e deliberação superior na estrutura administrativa da Maringá Previdência, é composto por 08 (oito) membros, sendo 04 (quatro) indicados pelo Prefeito e 04 (quatro) eleitos, nomeados pelo Decreto nº 66/2025, com alteração dada pelo Decreto nº 1.091/2026, conforme segue:

REPRESENTAÇÃO	MEMBROS
Indicados entre os servidores ativos do Poder Executivo	2
Indicado entre os servidores inativos do Município de Maringá	1
Indicado entre os servidores ativos ou inativos do Poder Legislativo	1
Eleitos	4
TOTAL	**8**

O Conselho Fiscal, órgão de fiscalização na estrutura administrativa da Maringá Previdência, é composto por 04 (quatro) membros, sendo 02 (dois) indicados pelo Prefeito e 02 (dois) eleitos, nomeados pelo Decreto nº 66/2025, com alteração dada pelo Decreto nº 1.091/2026, conforme segue:

REPRESENTAÇÃO	MEMBROS
Indicado entre os servidores ativos ou inativos do Poder Executivo	1
Indicado entre os servidores ativos ou inativos do Poder Legislativo	1
Eleitos	2
TOTAL	**4**

O Comitê de Investimentos, órgão colegiado técnico participante do processo de formulação e à execução da Política de Investimentos, é composto por 5 (cinco) membros nomeados pela Portaria nº16/2025 - MGAPREV. Regulamenta-se pelo Decreto nº 125/2022 - MGAPREV, Regimento Interno do Comitê de Investimentos.

5. CONCESSÃO E REVISÃO DE BENEFÍCIOS

No 2º Trimestre de 2026 foram concedidos benefícios conforme a tabela abaixo:

TIPO DE BENEFÍCIO	ABRIL	MAIO	JUNHO	TOTAL
Aposentadoria por idade	3	7	5	**15**
Aposentadoria por idade e tempo de contribuição	11	14	9	**34**
Aposentadoria por incapacidade permanente	-	1	2	**3**
Aposentadoria Compulsória	1	-	-	1
Pensão por morte de ativo	6	2	-	8
Pensão por morte de inativo	4	4	5	13
TOTAL/PERÍODO	**25**	**28**	**21**	**74**
TRIMESTRE	**APOSENTADORIAS: 53 PENSÕES: 21**			
ACUMULADO 2026	**APOSENTADORIAS:137 PENSÕES: 38**			

Quantitativo benefícios por massa no 2º Trimestre:

FUNDO	Repartição	Capitalização	TOTAL
Aposentadorias	37	16	53
Pensões	9	12	21
TOTAL	**46**	**28**	**74**

No 2º Trimestre foram concedidas as seguintes pensões por tipo de beneficiário:

BENEFICIÁRIO	Abril	Maio	Junho	TOTAL
Cônjuge	2	2	3	7
Companheira	4	-	-	4
Filho menor de 21 anos	4	4	-	8
Filho maior incapaz	-	-	2	2
TOTAL	**10**	**6**	**5**	**21**

5.1. Referência Normativa

a. Lei Complementar nº 749/2008;
b. Lei Complementar nº1.517/2025;
c. Decreto nº 857/2009;
d. Emenda Constitucional nº 41/2003;

e. Emenda Constitucional nº 47/2005;
f. Emenda Constitucional nº 103/2019;
g. Art. 40 da Constituição Federal;
h. Instrução Normativa nº 98/2014 Tribunal de Contas do Estado do Paraná;
i. Portaria MTP nº 1.467/2022 e suas alterações;
j. Portaria nº 42/2019 - Código de Ética da Maringá Previdência.

A análise dos processos de concessão de benefícios, considerou o cumprimento dos preceitos Constitucionais, das Emendas Constitucionais nº 41/2003 e nº 47/2005, da Instrução Normativa 98/2014 Tribunal de Contas do Estado do Paraná e os requisitos do Plano de Benefícios previstos na Lei Complementar Municipal nº 749/2008 e na Lei Complementar Municipal nº 1.517/2025.

Para verificação da conformidade dos processos de concessão de aposentadoria e pensão, observa-se a necessidade de atender aos seguintes controles:

a. Checklist de documentação obrigatória;
b. Manual 01 - Concessão de aposentadoria;
c. Manual 02 - Concessão de pensão;
d. Manual 03 - Revisão de aposentadoria;
e. Manual 04 - Revisão de pensão;
f. Código de Ética;
g. Legislações aplicáveis.

5.2. **Concessão de Aposentadoria**

A análise dos processos de concessão de aposentadoria considerou o tipo de aposentadoria: por idade e tempo de contribuição, por idade, por incapacidade permanente, compulsória ou especial. Identificado o tipo de aposentadoria, verificou-se o cumprimento do checklist de documentos e itens obrigatórios:

Nº	EXIGÊNCIA	FUNDAMENTO LEGAL
1	Requerimento do servidor solicitando a aposentadoria.	IN 98/2014 TCE-PR Art. 11, Inciso I
2	Termo de opção do(a) servidor(a) pela regra de aposentadoria escolhida.	IN 98/2014 TCE-PR Art. 11, Inciso II
3	Certidão expedida pelo INSS referente ao período celetista, quando for o caso, e/ou Certidão fornecida por outros regimes próprios de Previdência, nos termos da portaria nº 1.467, de 02.06.2022 do MTP (Anexos IX e X). A certidão do INSS ou outro RPPS deve ser protocolada previamente na Maringá Previdência, e posteriormente inserida no Sistema Softprevi.	IN 98/2014 TCE-PR Art. 11, Inciso III
4	Laudo Pericial atestando a incapacidade definitiva do(a) servidor(a), nos casos de aposentadoria por invalidez, indicando se a moléstia está elencada na legislação, acompanhado do Termo de Curatela ou Termo de Responsabilidade Provisório, se for o caso.	IN 98/2014 TCE-PR Art. 11, Inciso IV e V
5	Cópia do último comprovante de remuneração do(a) servidor(a).	IN 98/2014 TCE-PR Art. 11, Inciso VI

Nº	EXIGÊNCIA	FUNDAMENTO LEGAL
6	Certidão comprobatória do preenchimento dos requisitos para a percepção das vantagens, se for o caso, especificando a legislação correlata. Demonstrativo dos cálculos de proventos, discriminando o vencimento do cargo efetivo, os adicionais por tempo de serviço e as demais vantagens, com fundamento legal para a incorporação, quando for o caso, informando o total mensal e especificando se os proventos são integrais ou proporcionais, devendo neste último caso, informar a proporcionalidade adotada.	IN 98/2014 TCE-PR Art. 11, Inciso VII
7	Declaração firmada pelo(a) servidor(a) de não percepção de proventos de aposentadoria de nenhum dos membros da Federação e dos alusivos a empregos públicos do Regime Geral da Previdência Social RGPS, nem acúmulo de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os casos permitidos pela Constituição Federal ou especificando o acúmulo quando for a hipótese.	IN 98/2014 TCE-PR Art. 11, Inciso VIII
8	Nos casos de servidor admitido após a Constituição Federal de 1988, informar o número da decisão do Tribunal de Contas que julgou legal a sua admissão.	IN 98/2014 TCE-PR Art. 11, Inciso IX
9	Ato de concessão da aposentadoria, constando o nome do servidor, cargo até então ocupado e fundamentação legal da concessão.	IN 98/2014 TCE-PR Art. 11, Inciso X
10	Publicação do ato aposentatório.	IN 98/2014 TCE-PR Art. 11, Inciso XI
11	As certidões e demais atos devem conter a indicação da legislação utilizada pertinente ao Regime Próprio de Previdência Social e à incorporação de vantagens.	IN 98/2014 TCE-PR Art. 11, Inciso XII
12	Nos casos de servidor(a) cujo ato de inativação esteja fundamentado em regras transitórias, que exijam determinada data de ingresso no serviço público e o(a) servidor(a) tenha se afastado das atividades, após essa data exigida para ingresso, por concessão de alguma licença sem remuneração, logo sem contribuição previdenciária, deverá ser anexado um documento comprobatório desse período de afastamento.	IN 98/2014 TCE-PR Art. 11, Inciso XIII
13	Parecer Jurídico analisando a legalidade da concessão da aposentadoria.	IN 98/2014 TCE-PR Art. 11, Parágrafo único
14	Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição, especificando o tempo computado para todos os efeitos legais e o tempo computado para fins de aposentadoria.	
15	Cópia dos documentos oficiais de identificação do servidor: RG, CPF, Título de Eleitor, PIS/PASEP, Certidão Nascimento, Casamento ou União Estável.	
16	Cópia dos documentos oficiais de identificação dos dependentes.	
17	Termo de Responsabilidade e Compromisso, onde declara ciência da realização anual da Prova de Vida no mês de aniversário e da obrigação de comunicação de alteração temporária ou permanente de endereço.	
18	Autorização para descontos na folha de pagamento.	Art. 2º da Lei nº 10.820/2003
19	Certidão atestando o efetivo exercício nas funções de magistério, na educação infantil e no ensino fundamental e médio, nos termos do § 5º do art. 40 da Constituição Federal, nos casos de aposentadoria especial de professor.	
20	Declaração da Secretaria de Gestão de Pessoas atestando existência ou não de Processo Administrativo em nome do Servidor(a).	Art. 232 da Lei Complementar nº 239/1998
21	Declaração de Benefícios do INSS.	
22	Relatório circunstanciado TCE-PR, formulário de encaminhamento e extrato de Autuação para TCE-PR, caso este já tenha sido encaminhado ao Tribunal.	IN 98/2014 TCE-PR Art. 5º

Caso o servidor possua tempos anteriores, desempenhados em outros órgãos e

deseje utilizar para fins de aposentadoria junto a Maringá Previdência, é necessário solicitar a averbação desses períodos, apresentando certidão emitida pelo INSS ou outro RPPS. Os períodos podem não ser averbados em sua totalidade, em razão de períodos concomitantes com os trabalhados no Município de Maringá.

O sistema de gestão previdenciária (Softprevi), emite uma certidão especificando o tempo computado para efeitos legais e o tempo computado para fins de aposentadoria (item 14). Essa certidão utiliza os dados do servidor no cadastro como: idade mínima para a regra, tempo de contribuição, tempo mínimo no cargo, tempo mínimo na carreira, tempo de pedágio (se houver) e realiza todos os cálculos, que posteriormente são revistos pelos servidores do setor responsável.

O demonstrativo dos cálculos de proventos (item 6), é emitido pelo Sistema Softprevi, o qual importa os valores do Sistema do RH do Município, das autarquias e Câmara Municipal, sendo necessário o lançamento das verbas que compõem a remuneração individualmente: Salário, ATS, Adicional de Mérito, etc.

Mensalmente a Maringá Previdência emite um documento com a relação de pedidos de aposentadoria, que é encaminhado para a Secretaria de Educação e Secretaria de Gestão de Pessoas para que verifiquem quais deles possuem o direito da aposentadoria pelo exercício do magistério. Assim, a SEDUC informa as atividades exercidas pelo servidor à Secretaria de Gestão de Pessoas, que emite a Certidão de Regência e encaminha via SEI à Maringá Previdência, que por sua vez anexa no processo de aposentadoria do servidor.

No caso de incapacidade permanente, o servidor(a), ao receber o atestado de incapacidade, é orientado para que providencie os documentos e procure a Maringá Previdência para dar início ao processo de aposentadoria. O servidor(a) providencia os documentos pessoais e posteriormente a Saúde Ocupacional encaminha o Laudo Definitivo da Incapacidade para compor o processo.

Quanto à instrução processual, orienta-se que todos os documentos exigidos estejam elencados na consolidação do processo finalizado digital.

5.2.1. **Avaliação de conformidade dos processos**

O 2º Trimestre de 2026 apresentou um total de 53 processos de aposentadoria. Utilizou-se a Tabela Philips para definir amostra mínima de processos a serem analisados, garantindo 95% de confiança às verificações de conformidade. A Tabela Philips orienta: para populações entre 10-19, tamanho da amostra 11, populações entre 20-50, amostra 13 e populações entre 51-100, amostra 20.

A amostra mínima foi definida da seguinte forma:

DESCRIÇÃO	Abril		Maio		Junho	
	POP.	**AMOSTRA**	POP.	**AMOSTRA**	POP.	**AMOSTRA**
APOSENTADORIA COMPULSÓRIA	1	**1**	-	-	-	**-**
APOSENTADORIA POR IDADE	3	**2**	7	**4**	5	**3**
APOSENTADORIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO	11	**8**	14	**8**	9	**6**
APOSENTADORIA POR INCAPACIDADE PERMANENTE	-	**-**	1	**1**	2	**2**
TOTAL	15	**11**	22	**13**	16	**11**

Ao todo foram analisados 37 processos de aposentadoria. As análises desta Unidade de Controle Interno, na data de verificação, identificaram os principais apontamentos:

DESCRIÇÃO	Abril	Maio	Junho
Instrução do processo final ou ajustes	1	2	1

O relatório de verificações contendo os apontamentos detalhados e as recomendações para as devidas providências, foi encaminhado ao setor responsável. No mês de maio foram identificadas 2 ocorrências na amostra de 13 processos, ultrapassando o índice de problemas de referência da Tabela Philips para a faixa populacional analisada, ressalta-se, contudo, que uma das ocorrências corresponde à solicitação de informações complementares não caracterizando, necessariamente, erro ou irregularidade no processo.

Considerando a natureza dos apontamentos e as providências adotadas, conclui-se que, no período analisado, não foram identificadas irregularidades com impacto material na regularidade dos procedimentos.

5.3. Concessão de Pensão

Na análise dos processos de concessão de pensão, verifica-se o tipo de pensão e a correta inserção da lista de documentos e itens obrigatórios:

Nº	ITEM	EXIGÊNCIA LEGAL
1	Requerimento solicitando a concessão de pensão.	
2	Certidão de óbito do(a) servidor(a) falecido(a).	IN 98/2014 TCE-PR Art. 12, Inciso I
3	Certidão de casamento, devidamente atualizada, ou provas de união estável.	IN 98/2014 TCE-PR Art. 12, Inciso II
4	Certidão de nascimento dos filhos menores de 21 anos.	IN 98/2014 TCE-PR Art. 12, Inciso III
5	Comprovação de dependência econômica do beneficiário, se aplicável ao caso.	IN 98/2014 TCE-PR Art. 12, Inciso IV

Nº	ITEM	EXIGÊNCIA LEGAL
6	Comprovação pericial da incapacidade física ou mental do beneficiário, com indicação da eventual existência de indícios de que a causa da invalidez afeta a capacidade do beneficiário para os atos da vida civil, se aplicável ao caso.	IN 98/2014 TCE-PR Art. 12, Inciso V
7	Termo de Curatela ou Termo de Responsabilidade Provisório, em se tratando de benefício em razão de invalidez, nos casos de existência de indícios de incapacidade para os atos da vida civil.	IN 98/2014 TCE-PR Art. 12, Inciso VI
8	Certidão de Tempo de Contribuição do servidor(a) falecido(a), no caso deste(a) servidor(a) se encontrar na ativa quando de seu falecimento.	IN 98/2014 TCE-PR Art. 12, Inciso VII
9	Nos casos em que o(a) servidor(a) ativo(a) falecido(a) tenha sido admitido(a) no serviço público após a promulgação da Constituição Federal de 1988, a indicação da decisão do Tribunal de Contas que registrou sua admissão.	IN 98/2014 TCE-PR Art. 12, Inciso VIII
10	Cálculo da pensão, concedida nos termos do Art. 40, § 2º ou do § 7º, incisos I e II, da Constituição Federal, com a indicação dos beneficiários e o percentual atribuído a cada um (Art. 12, inciso IX, IN 98/2014).	IN 98/2014 TCE-PR Art. 12, Inciso IX
11	Cópia do último comprovante da remuneração/provento do(a) servidor(a) antes do falecimento.	IN 98/2014 TCE-PR Art. 12, Inciso X
12	Ato de concessão da pensão, constando o nome do(s) beneficiário(s) e do(a) servidor(a) falecido(a), o valor do benefício e a fundamentação legal da concessão (Decreto).	IN 98/2014 TCE-PR Art. 12, Inciso XI
13	Publicação do ato concessivo da pensão previdenciária (Decreto).	IN 98/2014 TCE-PR Art. 12, Inciso XII
14	Nos casos em que o(a) servidor(a) encontrava-se inativado(a) e a respectiva aposentadoria tenha ocorrido após a promulgação da Constituição Federal de 1988, cópia da decisão do Tribunal de Contas que determinou o registro do respectivo ato de inativação junto a este Tribunal.	IN 98/2014 TCE-PR Art. 12, Inciso XIII
15	Os atos deverão conter a indicação da legislação utilizada pertinente ao Regime Próprio de Previdência Social e à incorporação de vantagens.	IN 98/2014 TCE-PR Art. 12, Inciso XIV
16	Parecer Jurídico analisando a legalidade da concessão do benefício.	IN 98/2014 TCE-PR Art. 12, Parágrafo único
17	Declaração de Benefícios do INSS.	
18	Declaração firmada pelo servidor de não percepção de proventos de aposentadoria de RPPS de nenhum dos membros da Federação e nem dos alusivos a cargos, empregos ou funções públicas, ressalvados os cargos, empregos e funções públicas acumuláveis, na forma da Constituição Federal;	
19	Termo de Responsabilidade e Compromisso, onde declara ciência da realização anual da Prova de Vida no mês de aniversário e da obrigação de comunicação de alteração temporária ou permanente de endereço.	
20	Certidão de nascimento dos filhos maiores inválidos.	
21	Carteira de Identidade e CPF do(s) dependente(s).	
22	Comprovante de residência atual;	
23	Título de eleitor dos beneficiários;	

Nº	ITEM	EXIGÊNCIA LEGAL
24	Para fins de comprovação de união estável e/ou dependência econômica são solicitados ao menos 03 (três) documentos, quais sejam: a) Declaração de dependente do SAMA; b) Certidão de nascimento de filhos havidos em comum; c) Certidão de casamento religioso; d) Declaração de imposto de renda do segurado, em que consta o interessado como seu dependente; e) Disposições testamentárias; f) Declaração especial feita perante tabelião; g) Prova do mesmo domicílio h) Prova de encargos domésticos evidentes e existência de sociedade ou comunhão nos atos da vida civil; i) Procuração ou fiança reciprocamente outorgada; j) Conta bancária conjunta; k) Registro em associação de qualquer natureza, onde conste o interessado como dependente do segurado; l) Anotação constante de ficha ou livro de registro de empregados; m) Apólice de seguro da qual conste o segurado como instituidor e a pessoa interessada como sua beneficiária; n) Ficha de tratamento em instituição de assistência médica, da qual conste o segurado como responsável; o) Escritura de compra e venda de imóvel pelo segurado em nome de dependente; p) Declaração de não emancipação do dependente menor de vinte e um ano, ou; q) Quaisquer outros documentos que possam levar a convicção do fato a comprovar.	Decreto 3048/99
25	Relatório circunstanciado TCE-PR, formulário de encaminhamento e extrato de Autuação para TCE-PR, caso este já tenha sido encaminhado ao Tribunal.	IN 98/2014 TCE-PR Art. 5º

Quanto à instrução processual, orienta-se que todos os documentos exigidos estejam elencados na consolidação do processo finalizado digital.

5.3.1. **Avaliação de conformidade dos processos**

Foram verificados no sistema de gestão previdenciária, 21 processos de concessão de pensão do 2º trimestre. As verificações de conformidade observaram principalmente o atendimento aos controles: Manual 02 - Concessão de pensão, Manual 04 - Revisão de pensão e Checklist de documentação obrigatória.

As análises desta Unidade de Controle Interno, na data de verificação, identificaram os principais apontamentos:

DESCRIÇÃO	Abril	Maio	Junho
Instrução do processo final ou ajustes	4	2	2

O relatório de verificações contendo os apontamentos e as recomendações para as devidas providências do setor responsável, encontra-se em acompanhamento.

Considerando a natureza dos apontamentos e as providências adotadas, conclui-se que, no período analisado, não foram identificadas irregularidades com impacto material na regularidade dos procedimentos.

6. FINANCEIRO/CONTABILIDADE

Compete ao setor Financeiro executar o orçamento aprovado observando os princípios orçamentários, em consonância com as legislações vigentes, visando atender com eficácia aos objetivos da Maringá Previdência.

6.1. Referência Normativa

a. Lei Complementar nº 749/2008;
b. Lei Complementar nº 1.517/2025;
c. Lei Complementar nº 1.532/2026;
d. Lei municipal nº 10.624/2018;

Para verificação da conformidade dos processos financeiros/contábeis, observa-se a necessidade de atender aos seguintes controles:

a. Legislações aplicáveis;
b. Manual 17 - Financeiro e Contabilidade;
c. Código de Ética.

6.2. Avaliação de conformidade dos processos

Foram analisados relatórios acerca da execução orçamentária no sistema Oxy e quanto às contribuições previdenciárias dos segurados.

6.2.1. Execução Orçamentária

O Balancete da Receita, no 2º trimestre, aponta que estão lançados os registros dos recolhimentos das contribuições, que ocorreram por parte patronal e do servidor civil ativo, servidor civil inativo e pensionista, servidores cedidos e licenciados, sendo classificados pelas entidades Prefeitura Municipal, Câmara Municipal, Maringá Previdência, AMR, IAM e IPPLAM.

Igualmente, estão lançados os registros das receitas de compensação previdenciária, parcelamentos, multas e juros.

6.2.1.1. Resultado da Execução Orçamentária - Receitas

Conforme Balancete da Receita, no 2º trimestre a arrecadação segue conforme tabela abaixo:

RECEITA	PREVISTO	REALIZADO	RESULTADO (%)
Contribuições	44.382.632,20	41.790.440,08	94,16%
Patrimonial	42.573.600,00	42.912.782,14	100,80%
Retorno com Empréstimo Consignado	2.764.800,00	368.038,71	13,31%
Taxa de Administração	2.549.024,22	2.420.316,65	94,95%
Outras Receitas	4.384.615,38	7.897.829,85	180,13%
TOTAL	**96.654.671,80**	**95.389.407,43**	**98,69%**

Conforme balancete de receitas, a arrecadação ficou 1,31% abaixo do previsto para o período. Dos valores cadastrados como “outras receitas”, R$ 7.897.829,85, referem-se aos valores de compensação previdenciária.

O art. 59, da Lei Complementar nº 749/2008 (alterado pela Lei Complementar nº 1.416/2023) determina que a contribuição normal do Município será de 15,68% sobre o total das remunerações de contribuição dos ativos do Fundo Financeiro e de 15,68% sobre o total das remunerações de contribuição dos ativos do Fundo Previdenciário, distribuídos da seguinte forma: 14% para o custeio do plano previdenciário e 1,68% de taxa de administração para o custeio das despesas correntes e de capital necessárias à organização e ao funcionamento do órgão gestor do Regime Próprio de Previdência Social.

Conforme o art. 28-A, da Lei Complementar nº 749/2008, com redação dada pela Lei Complementar nº 1.416/2023, 5% da taxa de administração será para despesas com a certificação institucional do RPPS no Pró-Gestão e para certificação profissional, capacitação e atualização de seus dirigentes, gestor dos recursos e membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Investimentos.

6.2.1.2. **Resultado da Execução Orçamentária - Despesas**

De acordo com o Balancete das Despesas, os valores do 2º trimestre seguem conforme tabela abaixo:

DESPESA	PREVISTO	REALIZADO	RESULTADO (%)
Pessoal e encargos	85.726.980,00	87.387.822,26	101,94%
Outras despesas	6.356.428,50	3.219.392,06	50,65%
TOTAL	92.083.408,50	90.607.214,32	98,40%

Conforme balancete de despesas, o valor realizado ficou 1,60% abaixo do previsto para o período.

Verificou-se que, no período, não houve valores liquidados no Relatório de Movimentos de Restos a Pagar.

6.2.2. **Ordem Cronológica de Pagamentos**

Quanto aos pagamentos dos servidores ativos, inativos e pensionistas do RPPS, verificou-se que seguiram o mesmo cronograma praticado pelo Poder Executivo Municipal.

MÊS	DATA DE PAGAMENTO
Abril	30/04/2026
Maio	29/05/2026
Adiant. 13º (40%)	19/06/2026
Junho	30/06/2026

As análises dos procedimentos listados acima, relativos à execução orçamentária, demonstraram conformidade.

7. COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

O setor de Compensação Previdenciária e a Gerência Financeira atualizam o controle dos processos passíveis de compensação via processo SEI. Abaixo, seguem os valores de compensação correspondentes às competências dos meses de abril a junho, considerando que o pagamento efetivo poderá ocorrer em até dois meses após a competência.

Recebimentos - Relatório do setor Compensação Previdenciária				Relatório Financeiro	
Referência	**Fundo Repartição**	**Fundo Capitalização**	**Total Previsto**	**Valores recebidos**	**Situação**
Abril	4.552.693,02	22.847,67	4.575.540,69	4.574.669,20	Recebido parcial
Maio	1.759.155,10	27.972,60	1.787.127,70	1.786.256,21	Recebido parcial
Junho	1.082.453,85	19.445,15	1.101.899,00	-	**Competência em aberto**
Total	**7.394.301,97**	**70.265,42**	**7.464.567,39**	**6.360.925,41**	

Seguem em acompanhamento, aguardando pagamento, 3 (três) contestações referentes ao 4º trimestre de 2025, 3 (três) contestações referentes ao 1º trimestre de 2026 e 2 (duas) contestações referentes ao 2º trimestre de 2026 realizadas no sistema COMPREV.

Segue abaixo o controle dos valores de compensação por fundo pagos/a pagar:

Pagamentos - Relatório do setor Compensação Previdenciária			
Referência	**Fundo Repartição**	**Fundo Capitalização**	**Total**
Abril	262.096,87	283,79	262.380,66
Maio	190.358,86	283,79	190.642,65
Junho	212.723,30	283,79	213.007,09
Total	**665.179,03**	**851,37**	**666.030,40**

Pagamentos - Relatório Financeiro				
Referência	**Valor pago (Compensado)**	**Valor pago (Transferência)**	**Total**	**Situação**
Abril	236.146,21	26.234,45	262.380,66	Pagamento realizado
Maio	58.500,08	132.142,57	190.642,65	Pagamento realizado
Junho	-	-	-	**Competência em aberto**
Total	**294.646,29**	**158.377,02**	**453.023,31**	

As análises dos procedimentos relativos à compensação previdenciária demonstraram conformidade.

8. GESTÃO DE INVESTIMENTOS

A Gestão dos Investimentos da Maringá Previdência tem como principais envolvidos o Comitê de Investimentos, Gestor de Recursos, Diretoria Executiva, Conselhos de Administração e Fiscal. O Comitê de Investimentos da Maringá Previdência em conjunto com o Gestor de Recursos, em atendimento à Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 5.272/2025 e Portaria 1.467/2022, elabora anualmente a Política de Investimentos, sendo aprovada pelo Conselho de Administração e publicada no site institucional da Maringá Previdência.

Conforme estabelecido na Política de Investimentos, o valor esperado de rentabilidade futura dos investimentos dos ativos garantidores da Maringá Previdência, ou seja, a META DE RENTABILIDADE para 2026 é de IPCA + 5,92% (cinco vírgula noventa e dois por cento).

Para verificação da conformidade observa-se a necessidade de atender aos seguintes controles:

a. Política de Investimentos;
b. Código de Ética;
c. Legislações aplicáveis;
d. Manual 006 - Elaboração e aprovação da Política de Investimentos;
e. Manual 007 - Aprovação de aplicação ou resgate.

8.1. Referência Normativa

a. Lei Complementar nº 749/2008;
b. Resolução do Conselho Monetário Nacional - CMN nº 5.272/2025;
c. Portaria 1.467/2022 e suas alterações;
d. Decreto 125/2022 - Regimento Interno do Comitê de Investimentos;
e. Portaria 16/2025 - Nomeação do Comitê de Investimentos;
f. Decreto 1.178/2024 - Regimento Interno do Conselho de Administração;
g. Portaria 42/2019 - Código de Ética da Maringá Previdência;

h. Política de Investimentos 2026.

8.2. **Avaliação de conformidade dos processos**

As verificações de conformidade basearam-se nos Relatórios Analíticos da Consultoria de Investimentos e atas do Comitê de Investimentos, referentes ao período de abril a junho.

A carteira consolidada, considerando os limites da Resolução, alcançou **R$1.379.655.807,14** ao final do 2º trimestre. Os investimentos em títulos públicos (7, III) totalizaram **R$ 1.077.429.592,26** em junho, **78,09%** do total da carteira.

A carteira no mês de junho, por classe de aplicação, segue:

CLASSE	PERCENTUAL DA CARTEIRA (%)	MONTANTE (R$)
Renda Fixa	98,81%	1.363.176.570,48
Empréstimo Consignado	0,84%	11.605.693,12
Estruturados	0,20%	2.777.085,93
Fundos Imobiliários	0,15%	2.096.457,61
TOTAL	**100%**	**1.379.655.807,14**

Conforme ata nº 14/2026 do Comitê de Investimentos, após provocação da Maringá Previdência, a LEMA Consultoria de Investimentos promoveu a revisão da metodologia de cálculo da rentabilidade mensal da carteira, em razão dos impactos decorrentes da contabilização da carteira de empréstimos consignados. Em decorrência dessa revisão, foram recalculados os retornos mensais desde outubro de 2025, resultando na atualização dos indicadores históricos de desempenho da carteira. Com isso, a rentabilidade acumulada de 2025 foi revisada de 11,55% para 11,82%, enquanto o retorno acumulado até junho de 2026 passou de 6,61% para **7,22%.**

Para fins de apuração da aderência à meta atuarial, consideram-se apenas os ativos do **fundo em capitalização**, por serem os que efetivamente financiam as obrigações atuariais. Dessa forma, ao final do 2º trimestre de 2026 a rentabilidade ultrapassou a meta prevista de **6,38%**, conforme demonstrado a seguir:

MÊS	META	RENTABILIDADE (%)	RENTABILIDADE (R$)
Janeiro	0,81%	1,07%	13.125.943,54
Fevereiro	1,18%	0,93%	9.918.060,33
Março	1,36%	0,99%	13.456.653,28
Abril	1,15%	1,76%	21.833.448,34
Maio	1,06%	1,22%	14.192.289,28
Junho	0,64%	1,05%	13.858.350,44
ACUMULADO 2026	**6,38%**	**7,22%**	**86.384.745,19**

Conforme § 1º do art. 27 da Resolução CMN 5.272 de 18 de dezembro de 2025, os desenquadramentos devem ser eliminados no prazo de dois anos da ocorrência do desenquadramento.

9. CANAIS DE ATENDIMENTO

A Maringá Previdência possui os canais de atendimento: “Fale conosco” e Ouvidoria no site, WhatsApp, e-mail de contato, caixa de: sugestões, reclamações, denúncias e elogios, além de formulário de avaliação de atendimento. Além disso, os principais atendimentos passaram a ser registrados em planilha de acompanhamento.

No 2º trimestre de 2026, os atendimentos registrados foram:

Mês	Presencial	Telefone / Online	Visita Domiciliar	Total
Abril	531	136	7	**674**
Maio	561	137	26	**724**
Junho	499	171	26	**696**
Total	**1.591**	**444**	**59**	**2.094**

Não houve registros na ouvidoria.

10. LICITAÇÕES E CONTRATOS

No 2º trimestre foram realizados: 2 (dois) processos de Inexigibilidade e 6 (seis) Dispensas.

Data de abertura	Modalidade	Número	Valor Homologado (R$)	Situação	Objeto
17/04/2026	Dispensa	1/2026	4.174,44	Homologada	Contratação de empresa para Fornecimento dos materiais de expediente para renovação do estoque da Maringá Previdência.
24/04/2026	Dispensa	2/2026	1.125,00	Homologada	Aquisição de uniformes destinados às servidoras operacionais, visando assegurar condições adequadas de trabalho, padronização visual e identificação funcional no desempenho de suas atividades.
12/05/2026	Dispensa	3/2026	1.677,00	Homologada	Contratação de empresa para aquisição de copos de água mineral 200ml para reuniões da Maringá Previdência.
15/05/2026	Inexigibilidade	6/2026	8.543,00	Homologada	Contratação da Associação Paranaense das Entidades Previdenciárias do Estado e dos Municípios – APEPREV, para realização de 7 inscrições em cursos da Semana Previdenciária APEPREV, contemplando 1 membro da Diretoria Executiva e 6 Servidores da Maringá Previdência.
22/05/2026	Inexigibilidade	7/2026	120.000,00	Homologada	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de assessoria ao Regime Próprio de Previdência Social – RPPS da Maringá Previdência, visando ao fortalecimento da governança institucional, ao aperfeiçoamento da gestão previdenciária e administrativa e à implementação de ações estratégicas voltadas à obtenção e manutenção da certificação institucional no âmbito do Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios – Pró-Gestão RPPS.

Data de abertura	Modalidade	Número	Valor Homologado (R$)	Situação	Objeto
22/05/2026	Dispensa	4/2026	25.756,64	Homologada	Aquisição de licenças perpétuas do Microsoft Office Home & Business 2024, destinadas à instalação e uso nos equipamentos pertencentes à autarquia, visando atender às necessidades administrativas e operacionais.
03/06/2026	Dispensa	5/2026	3.090,00	Homologada	Contratação de empresa especializada para fornecimento de base, mastros, bandeiras e rosetas, visando uso institucional nas dependências da Maringá Previdência.
15/06/2026	Dispensa	6/2026	11.482,65	Homologada	O objetivo do presente processo é a escolha da proposta mais vantajosa para contratação de empresa especializada para realizar manutenção no veículo oficial da Maringá Previdência, Nissan Sentra SL 2.0 16V Flex, ano 2018.

11. PRÓ-GESTÃO - ADERÊNCIA NÍVEL II

A Maringá Previdência conta com a Certificação Nível II do PRÓ-GESTÃO - Programa de Certificação Institucional dos Regimes Próprios de Previdência Social, regularmente renovada em 2025. O Programa é pautado em três dimensões: Controles Internos, Governança Corporativa e Educação Previdenciária.

11.1. Avaliação de conformidade dos processos

Como forma de acompanhamento do PRÓ-GESTÃO, avalia-se a conformidade das áreas mapeadas, manualizadas e todas as ações atendidas na auditoria de certificação, bem como verifica-se as providências adotadas pelo RPPS para implementar as ações não atendidas tendo como base o Manual do Pró-Gestão RPPS, versão 4.1, em vigência a partir de 14 de abril de 2026.

Com base nos processos verificados, documentos, informações apuradas diretamente com os servidores de cada setor, os requisitos foram avaliados por dimensão do PRÓ-GESTÃO.

11.1.1. Controles Internos

A análise da dimensão Controles Internos aconteceu com base nas ações e requisitos, conforme quadro abaixo:

CONTROLES INTERNOS		
SEÇÃO	**AÇÕES E REQUISITOS - NÍVEL II**	**STATUS**
3.1.1 e 3.1.2	**MAPEAMENTO E MANUALIZAÇÃO** Os procedimentos internos seguem de acordo com o mapeamento e manualização?	✓

CONTROLES INTERNOS		
3.1.3	**CERTIFICAÇÃO DOS DIRIGENTES E MEMBROS DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS** Os Dirigentes, Membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, o Responsável pela Gestão dos Recursos e Membros do Comitê de Investimentos estão devidamente certificados?	✓
3.1.4	**ESTRUTURA DE CONTROLE INTERNO** Estrutura de Controle Interno com emissão de relatórios?	✓
3.1.5	**POLÍTICA DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO** A Política de Segurança da Informação cumpre com os requisitos?	✓
3.1.6	**GESTÃO E CONTROLE DA BASE DE DADOS CADASTRAIS** São executados procedimentos de Recenseamento Previdenciário de Ativos e Inativos?	✓

Quanto a Gestão e Controle da Base de Dados Cadastrais dos Servidores Ativos, Aposentados e Pensionistas, a Maringá Previdência realizou Censo Previdenciário para todos servidores ativos e inativos e pensionistas em 2023 e realiza o Recadastramento Anual de todos os aposentados e pensionistas, no mês de aniversário:

RECADASTRAMENTO – JANEIRO A JUNHO 2026			
TIPO	**ONLINE**	**PRESENCIAL**	**TOTAL**
APOSENTADOS	722	966	**1.688**
PENSIONISTAS	141	227	**368**
TOTAL	**863**	**1.193**	**2.056**

O batimento no sistema SIRC é realizado uma vez por mês para verificação de óbitos na base de beneficiários da Maringá Previdência.

Os envios de informações ao Sistema Simplificado de Escrituração Digital de Obrigações Previdenciárias, Trabalhistas e Fiscais (e-Social) estão em dia. O Departamento de Regimes Próprios de Previdência Social (DRPPS) elaborou uma classificação de risco, com base nos eventos de folha de pagamento dos servidores ativos (S-1202) e inativos (S-1207), em comparação com a quantidade de servidores informados no último Demonstrativo de Resultado da Avaliação Atuarial (DRAA) enviado por meio do CADPREV e Maringá, na extração de 01/2026, apresenta classificação de risco com "BOM NÍVEL DE ENVIOS" .

Conforme exigências do 3.1.3 do Pró-Gestão, do art. 8°-B, da Lei Federal nº 9.717/1998, do art. 76 da Portaria 1.467/2022 e da Lei Complementar nº 1.532/2026, a Diretoria Executiva, os membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, do Comitê de Investimentos, o Gestor de Recursos, o Gerente de Investimentos e a Controladora Interna, contam com as certificações regulares, conforme quadros a seguir:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - MANDATO 2026-2029			
MEMBROS	**FORMAÇÃO**	**CERTIFICAÇÃO**	**VALIDADE**

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - MANDATO 2026-2029			
Damaris Gonçalves Josepetti	Administração	CP RPPS CODEL I	28/09/2026
Denis Roberto Biasoto	Direito	CP RPPS CODEF II	30/03/2030
Douglas Galvão Villardo (Presidente)	Direito	CP RPPS CODEL I	26/04/2027
Edson Testi Barandas	Administração Ciências Contábeis	CP RPPS COFIS I	24/07/2027
Hermes Salgueiro da Silva	Direito	CP RPPS CODEL I	27/01/2027
Renata Dias de Souza Gomes	Administração	CP RPPS CODEF I	13/11/2029
Robison Caldardo Glade	Direito Ciências Contábeis	CP RPPS CODEF I	10/12/2029
Wenderson Pino Perez	Administração	CP RPPS CODEL I	11/10/2027

CONSELHO FISCAL - MANDATO 2026-2029			
MEMBROS	**FORMAÇÃO**	**CERTIFICAÇÃO**	**VALIDADE**
Ademir Aparecido Antonelli	Gestão Pública	CP RPPS CODEF I	11/12/2029
Arthur Magalhães Campelo Junio	Gestão Pública	CP RPPS CODEF I	08/12/2029
João Ismael Altoé	Direito	CP RPPS COFIS I	05/01/2028
Wilson Antonio Braz (Presidente)	Ciências Contábeis	CP RPPS CODEL I	13/09/2027

DIRETORIA EXECUTIVA			
DIRIGENTES	**FORMAÇÃO**	**CERTIFICAÇÃO**	**VALIDADE**
Edson Paliari Diretor-Presidente	Ciências Econômicas	CP RPPS CODEL II CP RPPS DIRIG I	19/04/2027 28/02/2029
David Marlon da Silva Superintendente	Direito	CP RPPS DIRIG I	13/04/2030
José da Silva Neves Diretor de Gestão Previdenciária	Direito	CP RPPS DIRIG I	25/02/2029
Elisangela da Silva Candil Diretora Administrativa	Secretariado Executivo Trilíngue	CCP - CP RPPS DIRIG III	16/07/2030
Edimar de Oliveira Carvalho Diretor de Gestão Financeira e de Investimentos	Ciências Contábeis	CCP - CP RPPS DIRIG III	26/05/2030

GESTOR DE RECURSOS			
GESTOR	**FORMAÇÃO**	**CERTIFICAÇÃO**	**VALIDADE**
José da Silva Neves	Direito	CP RPPS CGINV I	28/08/2028

COMITÊ DE INVESTIMENTOS		
MEMBRO	**CERTIFICAÇÃO**	**VALIDADE**
Edimar de Oliveira Carvalho	CP RPPS CGINV I	20/04/2027
Patrícia Dias Lopes	CP RPPS CGINV II	27/02/2028
Elisangela da Silva Candil	CP RPPS CGINV I	22/12/2027
Tatiane Gonçalves Damasceno	CP RPPS CGINV I	10/02/2029
Leandro dos Santos Domingos	CP RPPS CGINV III	26/06/2029

GERÊNCIA DE INVESTIMENTOS		
GERENTE DE INVESTIMENTOS	**CERTIFICAÇÃO**	**VALIDADE**
Márcio Douglas Rissato Maia	CP RPPS CGINV III	27/07/2030

CONTROLADORIA INTERNA			
CONTROLADORA INTERNA	**FORMAÇÃO**	**CERTIFICAÇÃO**	**VALIDADE**
Bárbara Garcia Schneider	Engenharia de Produção	CP RPPS DIRIG III	20/07/2030

As análises do cumprimento dos requisitos da dimensão **Controles Internos** demonstraram conformidade.

11.1.2. **Governança Corporativa**

A análise da dimensão Governança Corporativa aconteceu com base nas ações e requisitos, conforme segue:

GOVERNANÇA CORPORATIVA		
SEÇÃO	**AÇÕES E REQUISITOS - NÍVEL II**	**STATUS**
3.2.1	**RELATÓRIO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA** Elabora e publica semestralmente o relatório?	✓
3.2.2	**PLANEJAMENTO** Elabora Plano de Ação Anual, com metas por área?	✓
3.2.3	**RELATÓRIO DE GESTÃO ATUARIAL** Elabora Relatório de Gestão Atuarial?	Em andamento
3.2.4	**CÓDIGO DE ÉTICA** Mantém e divulga Código de Ética na unidade gestora?	✓
3.2.5	**POLÍTICAS PREVIDENCIÁRIAS DE SAÚDE E SEGURANÇA DO SERVIDOR E REVISÃO DE APOSENTADORIA POR INCAPACIDADE** A Maringá Previdência realiza perícias dos benefícios de aposentadoria por incapacidade permanente?	✓

3.2.6	**POLÍTICA DE INVESTIMENTOS** O comitê de Investimentos elabora relatórios mensais e anuais de investimentos?	✓
	O Comitê de Investimentos realiza Cronograma mensal das atividades?	✓
	O Comitê de Investimentos realiza relatórios semestrais de diligências?	✓
	O Comitê de Investimentos utiliza metodologia ALM?	✓
3.2.7	**COMITÊ DE INVESTIMENTOS** Todos os Membros são vinculados ao RPPS?	✓
3.2.8	**TRANSPARÊNCIA** A Maringá Previdência divulga os documentos e informações mínimos aos requisitos do PRÓ-GESTÃO?	✓
3.2.9	**DEFINIÇÃO DE LIMITES DE ALÇADAS** Pelo menos 2 (dois) responsáveis assinam em conjunto todos os atos relativos a investimentos?	✓
3.2.10	**SEGREGAÇÃO DAS ATIVIDADES** Há segregação das atividades de concessão de benefícios das atividades de implantação, manutenção e pagamento de benefícios?	✓
3.2.11	**OUVIDORIA** O ente possui "fale conosco" e Servidor exercendo função de Ouvidor?	✓
3.2.12	**DIRETORIA EXECUTIVA** A Diretoria Executiva possui formação em Nível superior e atende requisitos previstos no art. 8º-B, da Lei nº 9.717, de 1998, relativos aos antecedentes pessoais e declaração de não ter incidido em algumas das demais situações previstas no inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990?	✓
3.2.13	**CONSELHO FISCAL** Todos os membros do Conselho Fiscal comprovam atendimento do art. 8º-B, da Lei nº 9.717, de 1998, relativos aos antecedentes pessoais e declaração de não ter incidido em algumas das demais situações previstas no inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990?	✓
3.2.14	**CONSELHO DELIBERATIVO** Todos os membros do Conselho Deliberativo comprovam atendimento do art. 8º-B, da Lei nº 9.717, de 1998, relativos aos antecedentes pessoais e declaração de não ter incidido em algumas das demais situações previstas no inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990?	✓
3.2.15	**MANDATO, REPRESENTAÇÃO E RECONDUÇÃO** A legislação define o processo de escolha para composição da Diretoria Executiva, do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal?	✓
3.2.16	**GESTÃO DE PESSOAS** A Maringá Previdência possui quadro próprio de servidores?	✓

A edição do Relatório de Governança Corporativa referente ao 2º semestre de 2025 foi apresentada ao Conselho Fiscal na Reunião nº 05/2026 e ao Conselho de Administração na

Reunião nº 07/2026 e encontra-se disponível no site.

A Portaria 1.467/2022, reitera a necessidade de comprovação, pelos dirigentes da unidade gestora do RPPS, membros dos conselhos deliberativo e fiscal e do comitê de investimentos do RPPS, aos requisitos previstos no art. 8º-B da Lei nº 9.717, de 1998, para sua nomeação ou permanência. A comprovação quanto a não ter sofrido condenação criminal ou incidido em alguma das demais situações de inelegibilidade previstas, é exigida a cada 4 (quatro) anos. Todas as declarações da Diretoria Executiva, Gestor de Recursos, Conselheiros e membros do Comitê de Investimentos encontram-se dentro da validade.

O relatório de diligências referente ao 2° semestre de 2025 encontra-se disponível no site.

O Planejamento Estratégico da Maringá Previdência para o período de 2025 a 2029, versão nº 2, atualizada em 2026, foi aprovado pelo Conselho de Administração, por unanimidade, na Ata de Reunião nº 11, a décima reunião ordinária, do dia 29 de maio de 2026. O planejamento contempla as metas específicas estabelecidas para o exercício de 2026, cujo acompanhamento referente ao 1º semestre é apresentado a seguir:

Objetivo	Tática	Nº Ação	Ação	Situação
OE01	T01	A01	Atualizar o levantamento dos requisitos do Pró-Gestão e percentual atingido nos níveis de aderência	Concluído
OE01	T03	A05	Atualizar o Planejamento Estratégico anualmente contemplando o plano de ação para o ano seguinte	Concluído
OE01	T03	A06	Submeter atualização do Planejamento Estratégico à aprovação do Conselho de Administração	Concluído
OE01	T03	A11	Realizar anualmente Audiência Pública de Prestação de contas	Concluído
OE01	T03	A12	Encaminhar para ciência dos conselhos: Resultados da avaliação do Plano de Ação anual	Concluído
OE01	T03	A13	Encaminhar para ciência dos conselhos: o Plano de Capacitação e seus resultados	Concluído
OE01	T03	A14	Encaminhar para ciência dos conselhos: resultados da Pesquisa de Satisfação	Concluído
OE04	T09	A38	Emitir Avaliação Atuarial	Concluído
OE04	T09	A39	Encaminhar a Avaliação Atuarial ao Conselho de Administração para aprovação	Concluído
OE04	T09	A40	Enviar DRAA, avaliação atuarial anual, ao Ministério da Previdência Social após aprovação do conselho	Concluído
OE04	T10	A45	Enviar Demonstrativo da Política de Investimentos 2026 - DPIN à SPREV	Concluído
OE04	T10	A46	Emitir Relatório de Acompanhamento da Execução da Política de Investimentos do exercício anterior	Concluído
OE04	T10	A47	Encaminhar o Relatório de Acompanhamento da Execução da Política de Investimentos do exercício anterior ao Conselho de Administração	Concluído
OE04	T10	A53	Elaborar estudo ALM	Concluído
OE04	T10	A54	Revisar o Edital de Credenciamento para as instituições financeiras	Concluído
OE05	T11	A74	Encaminhar NTA - NOTA TÉCNICA ATUARIAL	Concluído
OE05	T11	A81	Emitir Declaração anual de regularidade de repasses ao RPPS (contribuições e parcelamentos)	Concluído
OE05	T11	A82	Emitir relatório anual de prestação de contas do Comitê de Investimentos	Concluído

Objetivo	Tática	Nº Ação	Ação	Situação
OE05	T11	A84	Emitir relatório anual de avaliação judicial	Concluído
OE05	T15	A91	Manter e aprimorar programas de sustentabilidade	Concluído
OE08	T20	A104	Manter e aprimorar o Seminário Previdenciário	Concluído
OE08	T21	A106	Divulgar amplamente Audiência Pública de Prestação de contas	Concluído

11.1.2.1. **Transparência**

Em conformidade com as exigências da Lei de Acesso à Informação LAI (Lei nº 12.527/2011), a Maringá Previdência mantém seu website atualizado e sua versão atual possui boa usabilidade, facilitando o acesso às informações.

O quadro a seguir avalia, nos requisitos do Pró-Gestão e da LAI (Lei nº 12.527/2011), a divulgação dos documentos e informações, por meio de publicação no site e/ou Portal Transparência:

ITEM	SITUAÇÃO
Regimentos internos e atas dos órgãos colegiados	✓
Certidões negativas de tributos: Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União e Certidão de Regularidade do FGTS	✓
Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP	✓
Relatório de Governança Corporativa	✓
Cronograma de ações de educação previdenciária	✓
Cronograma das reuniões dos órgãos colegiados	✓
Código de Ética	✓
Demonstrações financeiras e contábeis (periodicidade: mensal)	✓
Avaliação atuarial anual	✓
Informações relativas a procedimentos licitatórios e contratos administrativos	✓
Plano de Ação Anual	✓
Política de Investimentos	✓
Relatórios de controle interno trimestral	✓
Relação das entidades escolhidas para receber investimentos, credenciadas	✓
Relatórios mensais e anuais de investimentos	✓
Acórdãos das decisões do Tribunal de Contas sobre as contas anuais do RPPS e o Parecer Prévio das contas de governo	✓
Relatório Semestral do Regime de Previdência Complementar	✓
Composição mensal da carteira de investimentos, por segmento e ativo.	✓
Registro das competências e estrutura organizacional, endereços e telefones das respectivas unidades e horários de atendimento ao público	✓
Registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros	✓

ITEM	SITUAÇÃO
Registros das despesas	✓
Dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades	✓
Respostas a perguntas mais frequentes da sociedade	✓
Conter ferramenta de pesquisa de conteúdo que permita o acesso à informação de forma objetiva, transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão	✓
Possibilitar a gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, inclusive abertos e não proprietários, tais como planilhas e texto, de modo a facilitar a análise das informações	✓
Possibilitar o acesso automatizado por sistemas externos em formatos abertos, estruturados e legíveis por máquina	✓
Divulgar em detalhes os formatos utilizados para estruturação da informação	✓
Garantir a autenticidade e a integridade das informações disponíveis para acesso	✓
Manter atualizadas as informações disponíveis para acesso	✓

O Relatório Semestral do Regime de Previdência Complementar, referente ao 2º semestre de 2025, encontra-se publicado no site da Maringá Previdência.

As análises do cumprimento dos requisitos da dimensão **Governança Corporativa** demonstraram conformidade.

11.1.3. **Educação Previdenciária**

A análise da dimensão Educação Previdenciária aconteceu com base nas ações e requisitos, conforme abaixo:

EDUCAÇÃO PREVIDENCIÁRIA		
SEÇÃO	**AÇÕES E REQUISITOS - NÍVEL II**	**STATUS**
3.3.1	**PLANO DE AÇÃO DE CAPACITAÇÃO** A Maringá Previdência possui Plano de Capacitação para Servidores, Dirigentes e Conselheiros?	✓
3.3.2	**AÇÕES DE DIÁLOGO COM OS SEGURADOS E A SOCIEDADE** Mantém Cartilha previdenciária, informativos e realiza programas dirigidos aos segurados?	✓
	Realiza Audiência Pública Anual para divulgação do Relatório de Governança, dos resultados da Política de Investimentos e da Avaliação Atuarial?	✓

11.1.3.1. **Plano de ação de capacitação**

O Plano de Capacitação da Maringá Previdência é anual e estabelece diretrizes para as ações de capacitação dos servidores do RPPS, seus dirigentes e conselheiros, definindo temas, metodologias e critérios a serem utilizados para o desenvolvimento profissional, em consonância com os objetivos estratégicos, as metas institucionais e as políticas de desenvolvimento de pessoas.

No 2º trimestre de 2026, o acompanhamento das metas do Plano de Capacitação foi atualizado conforme detalhamento a seguir:

Meta	Qtd. Total	Realizado	Índice meta	Índice alcançado
Meta 1: Formação básica em Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) para novos gestores ou servidores	3	2	**100%**	**66,67%**
Meta 1: Formação básica em Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) para servidores.	20	12	**50%**	**60,00%**
Meta 2: Capacitação sobre as regras de aposentadoria e pensão por morte os servidores que atuam na área de concessão de benefícios.	8	8	**100%**	**100,00%**
Meta 3: Capacitação sobre investimentos para os servidores que atuam na área.	9	8	**100%**	**88,89%**
Meta 4: Capacitação em gestão previdenciária para servidores.	23	5	**50%**	**21,74%**
Meta 5: Capacitação sobre as atribuições e responsabilidades dos conselheiros	12	0	**100%**	**0,00%**
Meta 6: Capacitação dos conselheiros nas áreas do RPPS	12	9	**100%**	**75,00%**
Meta 7: Capacitação específica para atuações nas demais áreas do RPPS.	23	14	**60%**	**60,87%**

As capacitações realizadas no 2º trimestre, por servidor, foram:

Nome	Área da capacitação	Capacitação	Presencial/ EAD	Carga horária
Ana Rita Vomstein	Concessão de benefícios	2ª Ed. Semana Previdenciária - Aposentadoria Especial e benefícios previdenciários	Presencial	16h
Andreia Cristina de Morais	Concessão de benefícios	2ª Ed. Semana Previdenciária - Aposentadoria Especial e benefícios previdenciários	Presencial	16h
Aparecida de Fátima da Silva	Outras áreas do RPPS - Segurança do trabalho	Treinamento em NR1, NR6 e INSTRUÇÃO NORMATIVA 15 - IN15	Presencial	03h30
Bárbara Garcia Schneider	Outras áreas do RPPS - Ouvidoria	Acesso à Informação	EAD	20h
Bárbara Garcia Schneider	Outras áreas do RPPS - Licitações	Gestão e fiscalização de contratos: ênfase na aplicação de penalidades	Presencial	8h
Bárbara Garcia Schneider	Outras áreas do RPPS - Controle Interno	O Controle Interno no RPPS	EAD	5h
Bruna Pereira Kuhn	Outras áreas do RPPS - Gestão de Pessoas	Gestão do eSocial na Administração Pública	Presencial	17h
David Marlon da Silva	Outras áreas do RPPS - Pró-Gestão	2ª Ed. Semana Previdenciária - Oficina de Pró-Gestão	Presencial	16h
Dayane Cristina Deretti Guerra	Gestão previdenciária / Investimentos	22º Congresso Estadual de Previdência da APEPREM	Presencial	16h
Dayane Cristina Deretti Guerra	Outras áreas do RPPS - Serviço Social	Desafios Contemporâneos do Serviço Social: Educação Previdenciária, Avaliação Biopsicossocial e a Dimensão Sócio-Ocupacional	Presencial	8h
Edimar de Oliveira Carvalho	Gestão Previdenciária / Outras áreas do RPPS - Contabilidade	2ª Ed. Semana Previdenciária - Oficina de Contabilidade e cálculo atuarial na visão do TCE	Presencial	16h
Elisangela da Silva Candil	Outras áreas do RPPS - Gestão de Pessoas	Gestão do eSocial na Administração Pública	Presencial	17h
Felicia Yumiko Hayashi Belato Vieira	Concessão de benefícios	2ª Ed. Semana Previdenciária - Aposentadoria Especial e benefícios previdenciários	Presencial	16h
Gustavo Henrique Polsaque Cavalcante	Outras áreas do RPPS - Licitações	Gestão e fiscalização de contratos: ênfase na aplicação de penalidades	Presencial	8h
Patrícia Dias Lopes	Outras áreas do RPPS - Gestão de Pessoas	Gestão do eSocial na Administração Pública	Presencial	17h
Patrícia Dias Lopes	Outras áreas do RPPS - Segurança do trabalho	Treinamento em NR1, NR6 e INSTRUÇÃO NORMATIVA 15 - IN15	Presencial	3h30

Nome	Área da capacitação	Capacitação	Presencial/ EAD	Carga horária
Raphael Rodrigues Romero	Outras áreas do RPPS - Licitações	Gestão e fiscalização de contratos: ênfase na aplicação de penalidades	Presencial	8h
Rosangela Maria de Andrade Zandonadi da Silva	Outras áreas do RPPS - Segurança do trabalho	Treinamento em NR1, NR6 e INSTRUÇÃO NORMATIVA 15 - IN15	Presencial	3h30
Sinádia Batista Silva	Outras áreas do RPPS - COMPREV	2ª Ed. Semana Previdenciária - Averbação e CTC + Imersão Comprev	Presencial	16h
Vinícius Arcolezi da Mota	Concessão de benefícios	2ª Ed. Semana Previdenciária - Aposentadoria Especial e benefícios previdenciários	Presencial	16h

As capacitações realizadas pelos Conselheiros no período foram:

Conselheiro	Área da capacitação	Capacitação	Presencial/ EAD	Carga horária
Ademir Aparecido Antonelli	Outras áreas do RPPS	O Controle Interno no RPPS	EAD	5h

11.1.3.2. **Ações de diálogo com os segurados e a sociedade**

No dia 30 de abril de 2026 foi realizada a Audiência Pública de prestação de contas da Maringá Previdência, referente ao exercício de 2025, em cumprimento ao disposto no §1º do art. 86 da LC 749/2008.

A Maringá Previdência realiza ações de diálogo com os segurados e a sociedade, por meio de programas sociais. Conforme informado pelo setor competente, no 2º trimestre foram realizados os seguintes projetos:

Participação na Semana do Meio Ambiente: realizada no Parque do Ingá, proporcionando aos aposentados e pensionistas atividades de educação ambiental, promoção da saúde, integração social e valorização da qualidade de vida.

Projeto Maringá Previdência Perto de Você: iniciativa destinada a aproximar a Maringá Previdência dos servidores municipais, com orientações sobre aposentadoria, CTC, simulações, recadastramento, planejamento previdenciário e crédito consignado. No trimestre, foram realizadas ações na Secretaria de Logística e Compras (SELOG) e em escolas e CMEIs de Iguatemi, totalizando 165 atendimentos.

As análises do cumprimento dos requisitos da dimensão **Educação Previdenciária** demonstraram conformidade.

12. CALENDÁRIO DE OBRIGAÇÕES E ENVIO DE INFORMAÇÕES

O cumprimento do calendário de envio de informações e obrigações ocorreu conforme apresentado abaixo.

Data limite	Informações	Periodicidade	Envio/ registro
15/01/2026	Esocial - Dezembro 2025	Mensal	Envio 08/01/2026
30/01/2026	Demonstrativos contábeis e financeiros mensais (os Balancetes Bimestrais, bem como o Balanço, as Contas Anuais da MARINGÁ PREVIDÊNCIA e demais documentos contábeis e financeiros exigidos pela legislação nacional aplicável à previdência funcional) - DEZEMBRO 2025	Mensal	Site: Controle Social - Demonstrativos Financeiros/Contábeis - 2026
30/01/2026	Parecer mensal do Comitê de Investimentos de acompanhamento da carteira - DEZEMBRO	Mensal	Ata nº 03/2026 - Conselho Fiscal
30/01/2026	Relatórios mensais de Investimentos com a posição das aplicações financeiras: DEZEMBRO 2025	Mensal	Ata nº 03/2026 - Conselho Fiscal
31/01/2026	DIPR - Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses: 6º BIMESTRE 2025	Bimestral	Envio ao CADPREV 23/01/2026
31/01/2026	DAIR - Demonstrativo de Aplicações e Investimentos dos Recursos/ INFORMAÇÕES CONTÁBEIS - Demonstrativo mensal: DEZEMBRO 2025	Mensal	Envio ao CADPREV 29/01/2026
14/02/2026	Relatório de Governança Corporativa 2º Semestre 2025	Semestral	Site: Institucional - Governança Corporativa
15/02/2026	EFD REINF - Janeiro	Mensal	Envio ao e-CAC 09/02/2026
15/02/2026	DCTF WEB - Janeiro	Mensal	Transmissão e-CAC - Retificação em 09/07/2026
15/02/2026	Esocial - Janeiro 2026	Mensal	Envio 13/02/2026
28/02/2026	DAIR - Demonstrativo de Aplicações e Investimentos dos Recursos/ INFORMAÇÕES CONTÁBEIS - Demonstrativo mensal: JANEIRO	Mensal	Envio ao CADPREV 24/02/2026
28/02/2026	Demonstrativos contábeis e financeiros mensais (os Balancetes Bimestrais, bem como o Balanço, as Contas Anuais da MARINGÁ PREVIDÊNCIA e demais documentos contábeis e financeiros exigidos pela legislação nacional aplicável à previdência funcional) - JANEIRO	Mensal	Site: Controle Social - Demonstrativos Financeiros/Contábeis - 2026
28/02/2026	Parecer mensal do Comitê de Investimentos de acompanhamento da carteira - JANEIRO	Mensal	Ata nº 04/2026 - Conselho Fiscal
28/02/2026	Relatórios mensais de Investimentos com a posição das aplicações financeiras: JANEIRO	Mensal	Ata nº 04/2026 - Conselho Fiscal
15/03/2026	EFD REINF - Fevereiro	Mensal	Envio ao e-CAC 10/03/2026
15/03/2026	DCTF WEB - Fevereiro	Mensal	Transmissão e-CAC - Retificação em 09/07/2026
15/03/2026	Esocial - Fevereiro 2026	Mensal	Envio 12/03/2026
31/03/2026	DIPR - Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses: 1º BIMESTRE 2026	Bimestral	Envio ao CADPREV 30/03/2026
31/03/2026	DRAA - Demonstrativo de resultado da Avaliação Atuarial/ Avaliação Atuarial - Exercício 2026	Anual	Envio ao CADPREV 30/03/2026
31/03/2026	Parecer mensal do Comitê de Investimentos de acompanhamento da carteira - FEVEREIRO	Mensal	Ata nº 05/2026 - Conselho Fiscal
31/03/2026	Relatórios mensais de Investimentos com a posição das aplicações financeiras: FEVEREIRO	Mensal	Ata nº 05/2026 - Conselho Fiscal
15/04/2026	EFD REINF - Março	Mensal	Envio ao e-CAC 15/04/2026
15/04/2026	DCTF WEB - Março	Mensal	Transmissão e-CAC - Retificação em 09/07/2026
15/04/2026	Esocial - Março 2026	Mensal	Envio 09/04/2026
30/04/2026	DAIR - Demonstrativo de Aplicações e Investimentos dos Recursos/ INFORMAÇÕES CONTÁBEIS - Demonstrativo mensal: FEVEREIRO	Mensal	Envio ao CADPREV 29/04/2026

Data limite	Informações	Periodicidade	Envio/ registro
30/04/2026	Demonstrativos contábeis e financeiros mensais (os Balancetes Bimestrais, bem como o Balanço, as Contas Anuais da MARINGÁ PREVIDÊNCIA e demais documentos contábeis e financeiros exigidos pela legislação nacional aplicável à previdência funcional) - FEVEREIRO	Mensal	Site: Controle Social - Demonstrativos Financeiros/Contábeis - 2026
30/04/2026	Demonstrativos contábeis e financeiros mensais (os Balancetes Bimestrais, bem como o Balanço, as Contas Anuais da MARINGÁ PREVIDÊNCIA e demais documentos contábeis e financeiros exigidos pela legislação nacional aplicável à previdência funcional) - MARÇO	Mensal	Site: Controle Social - Demonstrativos Financeiros/Contábeis - 2026
30/04/2026	Parecer mensal do Comitê de Investimentos de acompanhamento da carteira - MARÇO	Mensal	Ata nº 07/2026 - Conselho Fiscal
30/04/2026	Plano de Ação Anual / Planejamento Estratégico para 5 anos (Revisão para 2026)	Revisão anual / 5 em 5 anos	Planejamento Estratégico 2025-2029, versão nº 2, aprovado pelo Conselho Deliberativo, Ata de Reunião nº 11/2026
30/04/2026	Relatório de acompanhamento da execução da política de investimentos contemplando o acompanhamento da implementação das estratégias	Anual	Relatório de acompanhamento da execução da Política de Investimentos 2025, emitido em 12/05/2026
30/04/2026	Relatórios mensais de Investimentos com a posição das aplicações financeiras: MARÇO	Mensal	Ata nº 07/2026 - Conselho Fiscal
30/04/2026	DPIN - Demonstrativo da Política de Investimentos: Exercício 2026	Anual / Eventual alteração	Envio ao CADPREV 28/04/2026
15/05/2026	EFD REINF - Abril	Mensal	Envio ao e-CAC 13/05/2026
15/05/2026	DCTF WEB - Abril	Mensal	Transmissão e-CAC - Retificação em 09/07/2026
15/05/2026	Esocial - Abril 2026	Mensal	Envio 11/05/2026
31/05/2026	DIPR - Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses: 2º BIMESTRE 2026	Bimestral	Envio ao CADPREV 28/05/2026
31/05/2026	DAIR - Demonstrativo de Aplicações e Investimentos dos Recursos/ INFORMAÇÕES CONTÁBEIS - Demonstrativo mensal: ABRIL	Mensal	Envio ao CADPREV 29/05/2026
31/05/2026	DAIR - Demonstrativo de Aplicações e Investimentos dos Recursos/ INFORMAÇÕES CONTÁBEIS - Demonstrativo mensal: MARÇO	Mensal	Envio ao CADPREV 25/05/2026
31/05/2026	Demonstrativos contábeis e financeiros mensais (os Balancetes Bimestrais, bem como o Balanço, as Contas Anuais da MARINGÁ PREVIDÊNCIA e demais documentos contábeis e financeiros exigidos pela legislação nacional aplicável à previdência funcional) - ABRIL	Mensal	Site: Controle Social - Demonstrativos Financeiros/Contábeis - 2026
31/05/2026	Parecer mensal do Comitê de Investimentos de acompanhamento da carteira - ABRIL	Mensal	Ata nº 09/2026 - Conselho Fiscal
31/05/2026	Relatórios mensais de Investimentos com a posição das aplicações financeiras: ABRIL	Mensal	Ata nº 09/2026 - Conselho Fiscal
15/06/2026	EFD REINF - Maio	Mensal	Envio ao e-CAC 17/06/2026
15/06/2026	DCTF WEB - Maio	Mensal	Transmissão e-CAC - Retificação em 09/07/2026
15/06/2026	Esocial - Maio 2026	Mensal	Envio 11/06/2026
30/06/2026	DAIR - Demonstrativo de Aplicações e Investimentos dos Recursos/ INFORMAÇÕES CONTÁBEIS - Demonstrativo mensal: MAIO	Mensal	Envio ao CADPREV 23/06/2026

Data limite	Informações	Periodicidade	Envio/ registro
30/06/2026	Parecer mensal do Comitê de Investimentos de acompanhamento da carteira - MAIO	Mensal	Ata nº 12/2026 - Conselho Fiscal
30/06/2026	Relatórios mensais de Investimentos com a posição das aplicações financeiras: MAIO	Mensal	Ata nº 12/2026 - Conselho Fiscal
Após atualização	NTA - NOTA TÉCNICA ATUARIAL	Após elaboração/ retificação	Envio ao CADPREV 11/06/2026

A Maringá Previdência foi classificada com "**bom nível de envios**" de informações ao E-social na matriz de classificação de risco divulgada pelo Departamento de Regimes Próprios de Previdência Social (DRPPS).

13. AVALIAÇÃO ATUARIAL

O Relatório de Avaliação Atuarial, referente ao ano-base 2026, foi realizado com a base de dados dos segurados da Maringá Previdência e data focal posicionadas em 31 de dezembro de 2025. O estudo foi desenvolvido pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) e contempla a atualização da avaliação atuarial em razão da implementação do novo Plano de Custeio ocorrida em 2025. Nesse contexto, a Avaliação Atuarial de 2026, bem como a Nota Técnica Atuarial (NTA 2026), consideram as novas datas de corte estabelecidas em 1º de janeiro de 2015 para os servidores ativos e em 1º de janeiro de 2021 para os aposentados e pensionistas.

O Plano de Benefícios oferecido aos segurados da Maringá Previdência, as condições de elegibilidade e demais disposições envolvidas estão dispostas na Lei Complementar nº 1.517, de 22 de dezembro de 2025, que implementou a reforma da previdência e promoveu a revisão da segregação da massa dos segurados do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Maringá/PR.

A taxa de juros utilizada na avaliação atuarial e consequentemente como parâmetro para definição da Meta Atuarial para a Política de Investimentos do exercício de 2026 deve seguir a definição trazida pela Portaria MTP nº 1.467/2022 e pela Portaria MPS nº 2.010/2025, as quais adotam como critério a duração do passivo do RPPS. Após análise atuarial do passivo, o resultado aponta para uma Duration de 26,18 anos, portanto a taxa de juros parâmetro indicada, segundo a Portaria MPS nº 2.010/2025 é de 5,62% a.a. Para se determinar a taxa de juros parâmetro final para o exercício de 2025, é permitido adicionar ao valor encontrado 0,15% para cada ano em que o RPPS bateu a meta atuarial no período de 2020 até 2024. Assim, como a meta atuarial foi atingida nos anos de 2023 e de 2024, no período mencionado, é possível adicionar 0,30% a.a. na taxa de juros parâmetro apurada, para obter a meta atuarial final para 2026 em 5,92% a.a.

A seguir estão os dados extraídos do Relatório de Avaliação Atuarial, desenvolvido pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE).

13.1. Fundo em Capitalização

As alíquotas de contribuição normal atualmente praticadas estão definidas em 14% (quatorze por cento) para a alíquota patronal e 14% (quatorze por cento) para alíquota de contribuição funcional, somando-se assim uma alíquota de contribuição normal total de 28% (vinte e oito por cento). Além do percentual de 1,68% (um inteiro e sessenta e oito centésimos por cento) referentes à taxa de administração do Instituto de Previdência. O quadro de segurados do Fundo em Capitalização atual apresentou as seguintes quantidades e valores:

Segurado	Qtde.	%	Idade Média	Salário Médio (em R$)	Folha de Pagamento (em R$)	%	Quantidade Dependentes
Ativos comum	3.531	51,58	41,12	3.410,79	12.043.494,10	49,4	1.904
Ativos Especial	1.694	24,74	41,23	2.750,70	4.659.680,50	19,11	991
Total Ativos	**5.225**	**76,32**	**41,16**	**3.196,78**	**16.703.174,60**	**68,65**	**2.895**
Aposentados	1.299	18,97	62,09	5.087,99	6.609.301,47	27,11	1.127
Pensionistas	322	4,7	56,33	3.314,74	1.067.347,32	4,38	0
Total	**6.846**	**100**	**45,84**	**3.561,18**	**24.379.823,39**	**100**	**4.022**

Tabela integrante do Relatório de Avaliação Atuarial Ano Base: 2026, Data Base: 31/12/2025

Os resultados atuariais apurados pelo estudo da Fipe para o Fundo em Capitalização estão apresentados na tabela a seguir:

DESCRIÇÃO	Valor em R$
Valor Atual dos Salários Futuros	5.634.528.514,27
Ativo Fundo em Capitalização	**1.315.591.327,35**
Provisões Matemáticas Previdenciárias	**372.551.750,27**
Provisões para Benefícios Concedidos	1.055.812.594,66
Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios do Plano	1.185.116.825,34
Contribuições do Inativo	21.439.585,43
Contribuições do Pensionista	1.204.143,99
Compensação Previdenciária	106.660.501,26
Provisões para Benefícios a Conceder	683.260.844,39
Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios do Plano	982.424.472,91
Contribuições do Ente	858.133.510,85
Contribuições do Ativo	766.190.965,46
Compensação Previdenciária	41.360.840,99
Resultado Atuarial Superavitário	**943.039.577,08**

Tabela integrante do Relatório de Avaliação Atuarial Ano Base: 2026, Data Base: 31/12/2025

Observa-se então que o resultado atuarial, ou seja, a diferença entre o Ativo do Fundo e as Provisões Matemáticas Totais, apresentou **superávit atuarial de R$ 943.039.577,08** (novecentos e quarenta e três milhões, trinta e nove mil, quinhentos e setenta e sete reais e oito centavos), o que demonstra que o atual **Fundo em Capitalização apresenta elevado superávit**

atuarial, apurado principalmente em decorrência da atualização das premissas realizada. Tais premissas combinadas proporcionam um cenário mais próximo da realidade que se espera observar na evolução do plano de previdência da Maringá Previdência.

Observa-se uma estimativa de crescimento no exercício de 2026 no valor dos ativos garantidores de cerca de R$ 45 milhões (quarenta e cinco milhões de reais), que representam o superávit financeiro do Fundo em Capitalização.

13.1.1. **Fundo em Capitalização – Parecer Atuarial**

Observou-se aumento no superávit atuarial do Fundo em Capitalização, que era de R$ 909.136.989,18 (novecentos e nove milhões, cento e trinta e seis mil, novecentos e oitenta e nove reais e dezoito centavos) e foi para R$ 943.039.577,08 (novecentos e quarenta e três milhões, trinta e nove mil, quinhentos e setenta e sete reais e oito centavos) no atual estudo, de forma que é possível constatar que existe Equilíbrio Financeiro e Atuarial neste plano e que os resultados vêm melhorando.

Assim, não se faz necessário tomar medidas de equacionamento de déficit atuarial, sendo que a recomendação do atuário é a manutenção do modelo de segregação da massa vigente na Maringá Previdência, com possibilidade de realização de estudo de revisão desta segregação, dado o elevado superávit atuarial existente, somado ao superávit financeiro observado.

13.2. **Fundo em Repartição**

As alíquotas de contribuição normal atualmente praticadas estão definidas em 14% (quatorze por cento) para a alíquota patronal e 14% (quatorze por cento) para alíquota de contribuição funcional, somando-se assim uma alíquota de contribuição normal total de 28% (vinte e oito por cento). Além do percentual de 1,68% (um inteiro e sessenta e oito centésimos por cento) referentes à taxa de administração do Instituto de Previdência. O quadro de segurados do Fundo em Repartição atual apresentou as seguintes quantidades e valores:

Segurado	Qtde.	%	Idade Média	Salário Médio (em R$)	Folha de Pagamento (em R$)	%	Quantidade Dependentes
Ativos comum	4.578	48,69	49,97	5.012,39	22.946.742,15	50,69	2.798
Ativos Especial	1.479	15,73	49,99	4.095,87	6.057.785,00	13,38	921
Total Ativos	**6.057**	**64,42**	**49,97**	**4.788,60**	**29.004.527,15**	**64,08**	**3.719**
Aposentados	2.761	29,36	69,71	5.127,64	14.157.411,53	31,28	1.849
Pensionistas	585	6,22	67,4	3.595,49	2.103.362,73	4,65	0
Total	**9.403**	**100**	**56,85**	**4.813,92**	**45.265.301,41**	**100**	**5.568**

Tabela integrante do Relatório de Avaliação Atuarial Ano Base: 2026, Data Base: 31/12/2025

Os resultados atuariais apurados para o Fundo em Repartição estão apresentados na tabela abaixo:

DESCRIÇÃO	Valor em R$
Valor Atual dos Salários Futuros	4.001.388.640,46
Ativo Fundo em Repartição	**1.536.918,64**
Provisões Matemáticas Previdenciárias	**1.536.918,64**
Provisões para Benefícios Concedidos	1.536.918,64
Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios do Plano	2.160.872.745,84
Contribuições do Inativo	54.306.416,57
Contribuições do Pensionista	4.293.482,85
Compensação Previdenciária	194.478.532,62
Cobertura da Insuficiência Financeira	1.906.257.395,16
Provisões para Benefícios a Conceder	-
Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios do Plano	1.730.392.929,77
Contribuições do Ente	561.785.764,07
Contribuições do Ativo	501.594.801,00
Compensação Previdenciária	140.644.596,46
Cobertura da Insuficiência Financeira	526.367.768,24
Resultado Atuarial Equilibrado	**0**

No Fundo em Repartição, o Ente Federativo assume a responsabilidade integral da cobertura da insuficiência financeira através do regime financeiro de repartição simples, o que traz as projeções de cobertura da insuficiência para a contabilização da provisão matemática, de forma que tal conta torna o resultado atuarial zero. Dessa forma, é possível apurar o **déficit atuarial do Fundo em Repartição** através da soma das coberturas de insuficiência financeira dos benefícios concedidos e a conceder, que resulta no **valor de R$ 2.432.625.163,40** (dois bilhões, quatrocentos e trinta e dois milhões, seiscentos e vinte e cinco mil, cento e sessenta e três reais e quarenta centavos).

Observa-se que a somatória das insuficiências financeiras ao longo de todos os anos da projeção é equivalente ao valor do déficit atuarial apresentado anteriormente, ou seja, R$ 2.432.625.163,40 (dois bilhões, quatrocentos e trinta e dois milhões, seiscentos e vinte e cinco mil, cento e sessenta e três reais e quarenta centavos).

13.2.1. **Fundo em Repartição – Parecer Atuarial**

É possível constatar que houve diminuição no déficit atuarial entre o estudo de implementação da segregação da massa e o atual estudo, onde o déficit atuarial anterior era de R$ 2.513.419.435,56 (dois bilhões, quinhentos e treze milhões, quatrocentos e dezenove mil, quatrocentos e trinta e cinco reais e cinquenta e seis centavos) e foi para R$ 2.432.625.163,40 (dois bilhões, quatrocentos e trinta e dois milhões, seiscentos e vinte e cinco mil, cento e

sessenta e três reais e quarenta centavos). O Fundo em Repartição é custeado em regime financeiro de repartição simples, onde o Ente Federativo assume integral responsabilidade pela cobertura das insuficiências financeiras mensalmente, de forma que não é preciso tomar providências adicionais para promover o Equilíbrio Financeiro e Atuarial. A recomendação do atuário é a manutenção do atual modelo de equacionamento do déficit atuarial existente.

Finalmente, recomendou-se a manutenção do atual modelo de equacionamento do déficit atuarial existente, representado pela segregação da massa dos segurados da Maringá Previdência, implementada pela Lei Complementar nº 1.517, 22 de dezembro de 2025.

Avaliação Atuarial foi aprovada pelo Conselho Deliberativo na ata de reunião nº 6, de 30/03/2026.

14. CERTIFICADO DE REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIA (CRP)

Verificou-se que, de acordo com Ministério da Previdência Social, Secretaria de Regime Próprio e Complementar, o Município está com o CRP nº 987691 - 252301 vigente e com validade até 07/09/2026.

15. CONCLUSÃO

Analisadas as evidências disponibilizadas via solicitação de informações às diversas áreas da Maringá Previdência, relatórios apresentados, informações publicadas no site da autarquia, as atas de reuniões mensais regulares, análise de processos de concessão de benefícios, e ainda, considerando as adequações aplicadas mediante apontamentos, conclui-se que, no período analisado, os procedimentos objeto de verificação apresentaram-se em conformidade com as normas, controles e procedimentos aplicáveis, não tendo sido identificadas irregularidades com impacto material na sua regularidade.

Documento assinado eletronicamente por **Bárbara Garcia Schneider**, **Controlador(a) Interno(a)**, em 26/08/2026, às 17:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001 e Decreto Municipal nº 871, de 7 de julho de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.maringa.pr.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **9171398** e o código CRC **8A3C11F1**.

MARINGÁ PREVIDÊNCIA, PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE MARINGÁ

PROGRAMA DE CERTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL E MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DOS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

RELATÓRIO DE GESTÃO ATUARIAL

EXERCÍCIO DE 2026

VERSÃO 02

SÃO PAULO

SETEMBRO/2026

LISTA DE SIGLAS

CADPREV	Sistema de Informações dos Regimes Públicos de Previdência Social
CNPJ	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
DAIR	Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos
DIPR	Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses
DRAA	Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial
Fipe	Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ISP-RPPS	Índice de Situação Previdenciária dos Regimes Próprios de Previdência Social
MIBA	Matrícula no Instituto Brasileiro de Atuária
MPS	Ministério da Previdência Social
MTP	Ministério do Trabalho e Previdência
Pró-Gestão RPPS	Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social
RGPS	Regime Geral de Previdência Social
RPPS	Regime Próprio de Previdência Social

fipe
Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas

Sumário

1. Sumário executivo 4
2. Identificação e finalidade 5
2.1. Identificação 5
2.2. Finalidade e nível de aderência 5
3. Base de dados e massa de segurados 6
3.1. Tempos médios de contribuição 7
3.2. Crítica da base e consistências verificadas 8
4. Evolução da situação atuarial 8
4.1. Evolução da massa e da folha 10
5. Fluxo atuarial projetado 11
6. Comparativo entre estimado e executado 13
6.1. Metodologia e fontes 13
6.2. Exercício de 2025, conta a conta 13
6.3. Os três exercícios em conjunto 14
6.4. Teste de consistência do custeio 14
6.5. Cobertura da insuficiência financeira 15
7. Premissas e hipóteses atuariais 16
8. Estudo técnico de aderência das hipóteses 16
9. Análise crítica e riscos 18
9.1. Situação de equilíbrio e o que a sustenta 18
9.2. Riscos identificados 18
9.3. Nota sobre indicadores impróprios 19
10. Recomendações estratégicas 19
11. Plano de Trabalho Atuarial 20
11.1. Plano para o exercício de 2027 21
11.2. Comprovação do cumprimento do plano anterior 22
12. Conclusão 22
13. Referências e fontes 23
13.1. Normas e documentos de referência 23
13.2. Fontes de dados 24

1. Sumário executivo

Este Relatório de Gestão Atuarial cumpre a ação Relatório de Gestão Atuarial, item 3.2.3 da dimensão Governança Corporativa do Manual do Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social, instituído pela Portaria MPS nº 185, de 14 de maio de 2015, e hoje regulado pelo art. 236 da Portaria MTP nº 1.467/2022. Consolida a leitura gerencial da situação atuarial do regime do Município de Maringá na data focal de 31 de dezembro de 2025.

O regime encerrou o exercício em situação de equilíbrio. O Fundo em Capitalização apresenta superávit de R$ 578.157.479,10 na geração atual, elevado a R$ 943.039.577,09 quando consideradas as gerações futuras. O Fundo em Repartição está equilibrado pela cobertura das insuficiências financeiras assegurada em lei, no valor de R$ 2.432.625.163,42.

Tabela 1 - Painel da situação atuarial em 31 de dezembro de 2025

Indicador	Posição
Segurados e beneficiários	16.249 pessoas, sendo 11.282 em atividade
Provisões matemáticas	R$ 3.171.595.930,29
Ativos garantidores	R$ 1.317.128.245,99
Déficit a amortizar	R$ 1.854.467.684,30
Resultado atuarial apurado	superávit de R$ 578.157.479,10
Variação do déficit a amortizar no exercício	redução de R$ 1.806.515.735,13, 49,35% da posição anterior
Rentabilidade real de 2025	7,05%, contra meta de 5,32%
Aderência das despesas projetadas	desvio de −0,42 p.p. entre estimado e executado em 2025
Certificação no Pró-Gestão	Nível II, certificação de 28 de fevereiro de 2020 registrada no CADPREV
Porte no ISP-RPPS	Grande Porte, subgrupo Maior Maturidade

Fonte: DRAA do exercício de 2026, DIPR e DAIR do CADPREV e ISP-RPPS de 2025. Elaboração: Equipe Fipe.

Três achados orientam a gestão do próximo ciclo. O primeiro é positivo: a reforma promovida pela Lei Complementar municipal nº 1.517/2025 reduziu o déficit a amortizar praticamente à metade, e a projeção de despesas mostrou aderência estreita à execução nos três exercícios. O segundo é de qualidade da informação: o levantamento da experiência biométrica não tem granularidade por idade e sexo, o que impede aferir a

aderência das tábuas e obriga a atestar a insuficiência estatística, ainda que o agregado indique sobrevivência superior à projetada. O terceiro é de conformidade: as medidas de duração do passivo informadas nos documentos da avaliação divergem entre si, e o enquadramento da taxa de juros precisa ser conciliado e documentado.

2. Identificação e finalidade

2.1. Identificação

Tabela 2 - Identificação do regime e do relatório

Campo	Descrição
Ente Federativo	Município de Maringá, PR, CNPJ 76.282.656/0001-06
Unidade gestora	Maringá Previdência, Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Maringá, CNPJ 78.074.804/0001-22
Dirigente da unidade gestora	Edson Paliari, Diretor-Presidente
Exercício de referência	2026
Data focal da avaliação	31 de dezembro de 2025
Exercícios analisados	2023, 2024 e 2025
Ação do Pró-Gestão	Relatório de Gestão Atuarial, item 3.2.3 do Manual, dimensão Governança Corporativa
Nível de elaboração deste relatório	Nível IV
Profissional responsável	André Sablewski Grau, atuário, MIBA 2.372

Fonte: DRAA do exercício de 2026 e Manual do Pró-Gestão RPPS, versão 4.1. Elaboração: Equipe Fipe.

2.2. Finalidade e nível de aderência

A ação Relatório de Gestão Atuarial é ação essencial obrigatória do Pró-Gestão e tem exigências cumulativas por nível. Os Níveis I e II requerem a análise dos resultados das avaliações atuariais dos três últimos exercícios, com o comparativo entre a evolução das receitas e despesas estimadas e as efetivamente executadas. O Nível III acrescenta o estudo técnico de aderência das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras, que deve ser aprovado pelo Conselho Deliberativo e embasar as hipóteses adotadas na avaliação, conforme o art. 33 da Portaria MTP nº 1.467/2022. O Nível IV acrescenta a elaboração, a aprovação e a comprovação do cumprimento do Plano de Trabalho Atuarial.

O CADPREV registra a certificação do regime no Nível II, concedida em 28 de fevereiro de 2020, informação que consta também do resultado do ISP-RPPS de 2025 e do cabeçalho dos demonstrativos de aplicações e investimentos. Registre-se que o art. 236, § 2º, da Portaria MTP nº 1.467/2022 fixa em três anos o prazo de validade da certificação, de modo que a unidade gestora deve verificar a regularidade das renovações posteriores àquela data. Este relatório é elaborado no Nível IV, que é superconjunto dos demais: atende ao nível registrado e já habilita a unidade gestora, quanto a esta ação, à pretensão de elevação de nível na próxima certificação ou renovação. O quadro a seguir demonstra o atendimento item a item.

Tabela 3 - Atendimento aos requisitos da ação por nível

Nível	Exigência do Manual	Seção deste relatório	Situação
I e II	Análise dos resultados das três últimas avaliações atuariais, com comparativo entre receitas e despesas estimadas e executadas	seções 4 e 6	atendido
III	Estudo técnico de aderência das hipóteses, aprovado pelo Conselho Deliberativo e embasando a avaliação	seções 7 e 8, e o Relatório de Análise das Hipóteses que as acompanha	atendido quanto ao estudo; pendente a aprovação pelo Conselho Deliberativo
IV	Elaboração, aprovação e comprovação do cumprimento do Plano de Trabalho Atuarial	seção 11	elaborado; pendentes a aprovação e a comprovação do cumprimento do plano do exercício anterior

Fonte: Manual do Pró-Gestão RPPS, versão 4.1, item 3.2.3. Elaboração: Equipe Fipe.

Registre-se que a aprovação do estudo de aderência e do Plano de Trabalho Atuarial pelo Conselho Deliberativo é ato de governança da própria unidade gestora, auditável pela entidade certificadora, e não se presume: [CONFIRMAR: atas de aprovação pelo Conselho Deliberativo do estudo de aderência das hipóteses e do Plano de Trabalho Atuarial].

3. Base de dados e massa de segurados

A avaliação atuarial de 2026 foi elaborada sobre a base cadastral posicionada em 31 de dezembro de 2025, abrangendo o Município, a Câmara Municipal e as entidades da administração indireta vinculadas ao regime. A massa reúne 16.249 segurados e beneficiários.

Tabela 4 - Fundo em Capitalização: composição da massa em 31 de dezembro de 2025

Grupo	Quantidade	Idade média (anos)	Valor médio mensal (R$)	Folha mensal (R$)	Dependentes
Ativos, demais servidores	3.531	41,12	3.410,79	12.043.494,10	1.904
Ativos, professores	1.694	41,23	2.750,70	4.659.680,50	991
Ativos, total	5.225	41,16	3.196,78	16.703.174,60	2.895
Aposentados	1.299	62,09	5.087,99	6.609.301,47	1.127
Pensionistas	322	56,33	3.314,74	1.067.347,32	0
Total	6.846	45,84	3.561,18	24.379.823,39	4.022

Fonte: avaliação atuarial do exercício de 2026. Elaboração: Equipe Fipe.

Tabela 5 - Fundo em Repartição: composição da massa em 31 de dezembro de 2025

Grupo	Quantidade	Idade média (anos)	Valor médio mensal (R$)	Folha mensal (R$)	Dependentes
Ativos, demais servidores	4.578	49,97	5.012,39	22.946.742,15	2.798
Ativos, professores	1.479	49,99	4.095,87	6.057.785,00	921
Ativos, total	6.057	49,97	4.788,60	29.004.527,15	3.719
Aposentados	2.761	69,71	5.127,64	14.157.411,53	1.849
Pensionistas	585	67,40	3.595,49	2.103.362,73	0
Total	9.403	56,85	4.813,92	45.265.301,41	5.568

Fonte: avaliação atuarial do exercício de 2026. Elaboração: Equipe Fipe.

3.1. Tempos médios de contribuição

O tempo médio de contribuição é o indicador que antecipa o ritmo das concessões e, por isso, integra obrigatoriamente a apresentação da base de dados.

Tabela 6 - Tempos médios de contribuição dos servidores ativos, por sexo, em 31 de dezembro de 2025

Medida (anos, exceto a primeira linha)	Masculino	Feminino	Total
Servidores ativos	2.805	8.477	11.282
Tempo anterior de contribuição no RGPS	1,53	1,85	1,69
Tempo anterior de contribuição em RPPS	0,00	0,00	0,00
Tempo anterior de contribuição, total	1,53	1,85	1,69
Tempo no Município sob o RGPS	0,00	0,00	0,00
Tempo no Município sob o RPPS	13,41	11,39	12,22
Tempo total de contribuição	14,94	13,24	13,92

Fonte: estatísticas da avaliação atuarial do exercício de 2026, consolidados os dois fundos. Elaboração: Equipe Fipe.

3.2. Crítica da base e consistências verificadas

A consistência da base foi verificada por confronto com os demonstrativos periódicos. A folha de servidores ativos informada nos demonstrativos bimestrais de 2025, de R$ 830.629.670,87, é compatível com a folha mensal da avaliação multiplicada por treze competências. As quantidades de segurados por grupo e por fundo, apuradas nos demonstrativos, reproduzem a composição da avaliação. As alíquotas implícitas nas contribuições repassadas reproduzem as alíquotas legais, conforme demonstrado na seção do comparativo.

Uma inconsistência de preenchimento foi identificada e se registra para correção: o quantitativo de dependentes informado no demonstrativo do Plano Previdenciário no exercício de 2023 está fora de escala frente às demais competências, o que sugere erro de digitação naquele exercício, sem efeito sobre a avaliação, que usa a base cadastral e não o demonstrativo.

4. Evolução da situação atuarial

Os Níveis I e II da ação exigem a análise dos resultados das avaliações atuariais dos três últimos exercícios. Apresentam-se quatro posições, para que a série contenha os três exercícios anteriores e a posição vigente.

Tabela 7 - Evolução da situação atuarial consolidada dos dois fundos, em R$ milhões

Data focal	Provisões matemáticas	Ativos garantidores	Parcelamentos de débitos	Cobertura das insuficiências financeiras	Total assegurado em lei	Resultado atuarial
31/12/2022	3.850,7	673,6	1,60	0,0	1,6	−3.175,5
31/12/2023	4.190,8	859,5	1,49	0,0	1,5	−3.329,7
31/12/2024	4.731,5	1.069,2	1,37	0,0	1,4	−3.661,0
31/12/2025	3.171,6	1.317,1	0,00	2.432,6	2.432,6	578,2

Nota: o total assegurado em lei é a provisão matemática para cobertura de insuficiências financeiras do demonstrativo, rubrica sintética que compreende o valor atual do plano de amortização, inexistente no regime, e o dos parcelamentos de débitos previdenciários; as duas colunas anteriores o desdobram, e não se somam a ele. Fonte: DRAA dos exercícios de 2023 a 2026. Elaboração: Equipe Fipe.

A coluna do total assegurado em lei salta de pouco mais de um milhão de reais para dois bilhões e meio entre as duas últimas datas focais, e o salto não é de valor, e sim de natureza do que a rubrica compreende. Até 31 de dezembro de 2024, a única medida assegurada em lei era o valor atual dos parcelamentos de débitos previdenciários, e o déficit do Fundo em Repartição, de R$ 3.678.400.170,95, era registrado integralmente como déficit atuarial, sem contrapartida. Em 31 de dezembro de 2025, a cobertura das insuficiências financeiras daquele fundo passou a ser reconhecida como provisão assegurada em lei, no valor de R$ 2.432.625.163,42, e o fundo passou a apresentar resultado nulo.

A mudança é de critério de reconhecimento, e não de solvência: a obrigação do Ente Federativo de cobrir a insuficiência do Fundo em Repartição existia antes e existe depois, e o que mudou foi o seu registro no demonstrativo, a partir da instituição em lei. É indispensável ter isso presente ao ler a evolução do resultado atuarial: parte expressiva da passagem de déficit a superávit decorre desse reconhecimento, e não de acumulação de recursos. A decomposição completa está no Relatório de Ganhos e Perdas Atuariais que acompanha este documento, onde a linha da cobertura é apresentada à parte justamente por essa razão.

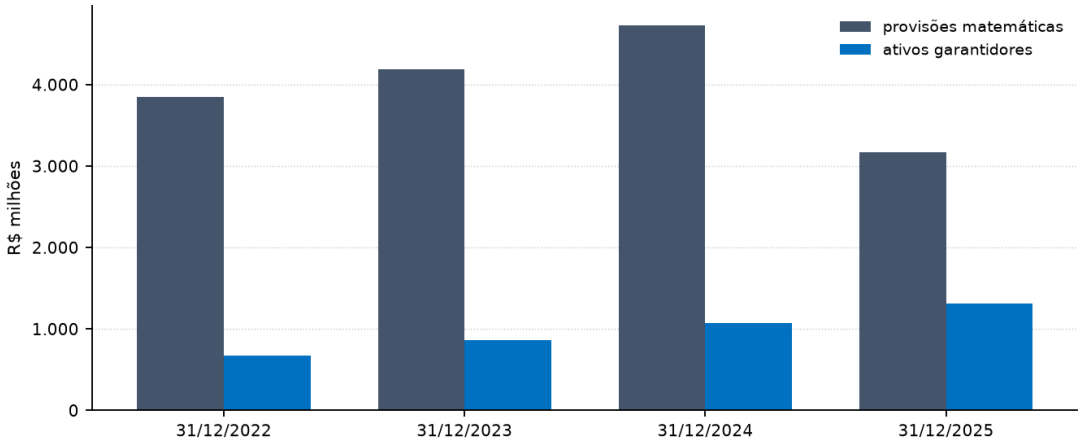


Figura 1 - Provisões matemáticas e ativos garantidores nas quatro últimas datas focais

Fonte: DRAA dos exercícios de 2023 a 2026. Elaboração: Equipe Fipe.

A série mostra duas fases distintas. Até 31 de dezembro de 2024, as provisões cresciam mais rapidamente do que os ativos, e o desequilíbrio se ampliava a cada exercício. Em 31 de dezembro de 2025, a reforma das regras de benefícios e a revisão da segregação da massa promovidas pela Lei Complementar municipal nº 1.517/2025 inverteram a trajetória, com redução nominal das provisões pela primeira vez na série.

Chama-se a atenção para o que a redução significa e para o que ela não significa. Ela decorre de regras novas aplicáveis a quem ainda não adquiriu direito e de taxa de desconto mais elevada, e não de diminuição do compromisso com quem já reuniu os requisitos. A decomposição completa da variação está no Relatório de Ganhos e Perdas Atuariais que acompanha este documento.

4.1. Evolução da massa e da folha

Tabela 8 - Massa média mensal e folhas anualizadas

Exercício	Ativos	Aposentados	Pensionistas	Folha anual de ativos (R$)	Folha anual de benefícios (R$)
2023	11.367	3.420	771	713.712.587,66	233.169.708,29
2024	11.521	3.665	864	786.040.284,68	267.059.236,88
2025	11.490	3.911	898	830.629.670,87	298.988.676,66
2026	11.236	4.132	919	793.001.334,30	300.084.785,12

Nota: o exercício de 2026 abrange os três primeiros bimestres, anualizados. Fonte: DIPR bimestrais do CADPREV. Elaboração: Equipe Fipe.

A massa de segurados ativos é estável e a de beneficiários cresce de forma contínua, movimento próprio da maturação do regime. A folha de benefícios cresceu 28,23% entre 2023 e 2025, contra 16,38% de crescimento da folha de ativos no mesmo período.

5. Fluxo atuarial projetado

O fluxo atuarial é o terceiro componente obrigatório da apresentação de resultados e mostra, exercício a exercício, o encontro entre as receitas e as despesas projetadas de cada fundo. Os fluxos reproduzidos a seguir são os encaminhados ao CADPREV com a avaliação do exercício de 2026, em moeda de 31 de dezembro de 2025.

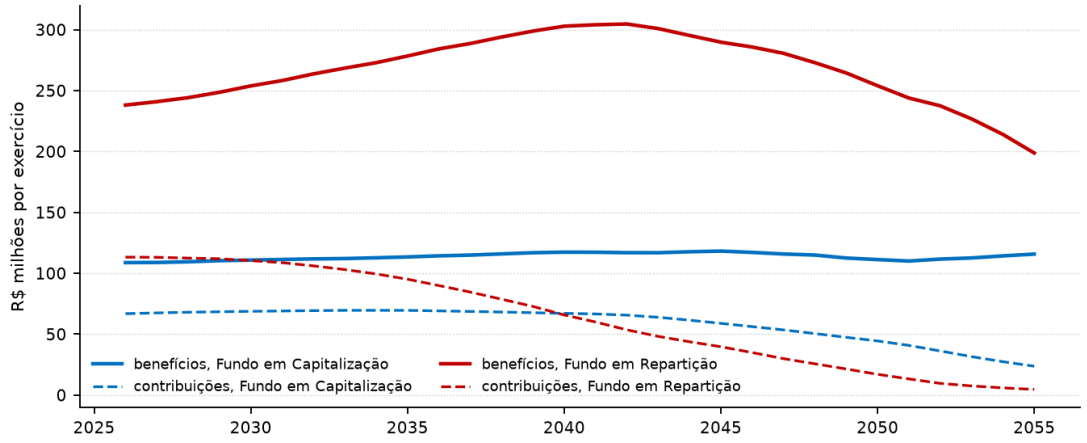


Figura 2 - Benefícios e contribuições projetados por fundo, primeiros trinta exercícios

Fonte: fluxos atuariais do exercício de 2026, encaminhados ao CADPREV. Elaboração: Equipe Fipe.

Tabela 9 - Fundo em Capitalização: fluxo atuarial projetado, primeiros dez exercícios

Exercício	Base de cálculo (R$)	Contribuições (R$)	Compensação a receber (R$)	Benefícios (R$)	Saldo do exercício (R$)
2026	232.143.573,15	66.857.465,47	8.869.100,41	108.800.201,38	−41.942.735,91
2027	234.347.638,90	67.509.518,64	8.871.045,94	108.924.343,61	−41.414.824,97
2028	236.268.995,25	68.066.701,54	8.912.891,05	109.475.296,23	−41.408.594,69
2029	237.522.387,16	68.423.611,81	8.988.528,08	110.369.862,08	−41.946.250,27
2030	238.812.293,03	68.811.916,03	9.026.828,58	110.857.383,64	−42.045.467,61
2031	239.568.965,70	69.051.945,03	9.067.462,62	111.348.879,13	−42.296.934,10
2032	240.577.101,20	69.351.180,35	9.107.139,84	111.836.879,15	−42.485.698,80
2033	241.398.690,87	69.604.282,79	9.129.550,62	112.127.202,53	−42.522.919,74

Exercício	Base de cálculo (R$)	Contribuições (R$)	Compensação a receber (R$)	Benefícios (R$)	Saldo do exercício (R$)
2034	241.378.607,90	69.608.561,41	9.184.801,71	112.743.149,97	−43.134.588,56
2035	241.286.929,90	69.596.940,12	9.248.789,56	113.454.593,33	−43.857.653,21

Fonte: fluxos atuariais do exercício de 2026. Elaboração: Equipe Fipe.

Tabela 10 - Fundo em Repartição: fluxo atuarial projetado, primeiros dez exercícios

Exercício	Base de cálculo (R$)	Contribuições (R$)	Compensação a receber (R$)	Benefícios (R$)	Saldo do exercício (R$)
2026	397.649.169,70	113.267.396,44	19.882.958,25	238.112.499,75	−124.845.103,31
2027	397.315.554,74	113.137.887,24	20.139.157,77	240.934.458,62	−127.796.571,38
2028	395.340.773,59	112.509.748,88	20.444.541,71	244.222.665,61	−131.712.916,73
2029	393.770.842,35	111.963.516,64	20.850.966,92	248.641.055,90	−136.677.539,26
2030	388.611.096,75	110.405.797,85	21.343.576,96	253.865.175,78	−143.459.377,93
2031	383.338.117,83	108.752.837,53	21.762.928,78	258.251.616,10	−149.498.778,57
2032	374.701.340,48	106.099.059,03	22.294.240,11	263.723.911,81	−157.624.852,78
2033	364.452.482,91	103.066.205,53	22.766.627,54	268.495.698,01	−165.429.492,48
2034	352.187.501,07	99.484.071,70	23.216.418,67	272.936.700,07	−173.452.628,37
2035	337.777.879,68	95.173.447,74	23.770.685,19	278.410.760,95	−183.237.313,21

Fonte: fluxos atuariais do exercício de 2026. Elaboração: Equipe Fipe.

Trazidos a valor presente pela taxa da avaliação, os fluxos reproduzem as provisões do demonstrativo: R$ 737.452.663,91 no Fundo em Capitalização e R$ 2.434.209.642,73 no Fundo em Repartição, com diferença inferior a 0,01% frente aos valores apurados na

avaliação. A conferência confirma a integridade do conjunto encaminhado ao CADPREV.

A leitura dos dois fluxos revela a lógica da segregação. No Fundo em Capitalização, as contribuições superam os benefícios nos primeiros exercícios, o que permite a acumulação de reservas que financiarão o pico de pagamentos futuro. No Fundo em Repartição, os benefícios superam as contribuições desde o primeiro exercício, e a diferença é coberta pelo Ente Federativo à medida que ocorre: é a insuficiência financeira, cujo valor presente, de R$ 2.432.625.163,39, está assegurado em lei.

6. Comparativo entre estimado e executado

6.1. Metodologia e fontes

O comparativo entre as receitas e despesas estimadas e as efetivamente executadas é a exigência central dos Níveis I e II da ação. O estimado de cada exercício vem dos anexos de fluxo do Relatório da Avaliação Atuarial daquele exercício, que projetam, ano a ano e por fundo, as receitas por origem e as despesas com benefícios. O executado vem dos seis Demonstrativos de Informações Previdenciárias e Repasses do mesmo exercício, somados os dois planos.

Duas observações de método condicionam a leitura. A primeira: a cobertura da insuficiência financeira do Fundo em Repartição é apresentada à parte, porque os fluxos atuariais não a registram como receita do regime, e sim como o resultado negativo do fundo, que o Ente Federativo cobre à medida que ocorre. A segunda: o total de receitas estimadas informado no Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial não coincide com o total do fluxo porque, a partir do exercício de 2024, deixou de computar as receitas de aplicações financeiras; o confronto aqui usa o fluxo, que é completo.

6.2. Exercício de 2025, conta a conta

Tabela 11 - Receitas e despesas projetadas e executadas no exercício de 2025

Conta	Projetado (R$)	Executado (R$)	Desvio	Aderência
Contribuição patronal do Ente Federativo	69.630.075,14	92.419.802,27	+32,7%	revisar
Contribuição dos segurados ativos	70.465.616,71	82.640.782,37	+17,3%	atenção
Contribuição de aposentados e pensionistas	4.812.899,14	5.326.254,87	+10,7%	atenção
Parcelamentos de débitos previdenciários	120.169,51	272.969,57	+127,2%	revisar

Conta	Projetado (R$)	Executado (R$)	Desvio	Aderência
Compensação previdenciária a receber	12.094.092,27	37.863.275,84	+213,1%	revisar
Receitas de aplicações financeiras	56.879.891,93	132.766.749,10	+133,4%	revisar
Total de receitas	214.002.744,70	351.692.593,13	+64,3%	revisar
Total de despesas	320.076.738,40	318.736.760,78	−0,4%	aderente

Nota: consideram-se aderentes os desvios de até 10%; entre 10% e 30%, exigem atenção; acima de 30%, recomendam revisão da premissa. Fonte: anexos de fluxo do Relatório da Avaliação Atuarial com data-base em 31/12/2024 e DIPR bimestrais de 2025. Elaboração: Equipe Fipe.

6.3. Os três exercícios em conjunto

Tabela 12 - Projetado e executado nos três últimos exercícios

Exercício	Receitas projetadas (R$)	Receitas executadas (R$)	Desvio	Despesas projetadas (R$)	Despesas executadas (R$)	Desvio
2023	162.423.051,64	283.511.998,35	+74,6%	246.750.469,45	249.293.836,78	+1,0%
2024	188.241.989,60	300.922.850,97	+59,9%	277.063.289,32	283.865.238,23	+2,5%
2025	214.002.744,70	351.692.593,13	+64,3%	320.076.738,40	318.736.760,78	−0,4%

Fonte: anexos de fluxo dos Relatórios da Avaliação Atuarial dos exercícios de 2023, 2024 e 2025 e DIPR bimestrais dos mesmos exercícios. Elaboração: Equipe Fipe.

O padrão se repete nos três exercícios e permite duas conclusões de gestão. A projeção de despesas é aderente, com desvio inferior a três pontos percentuais em todos os anos, o que é o resultado mais relevante para a previsão orçamentária do Ente e para a programação financeira da unidade gestora. Já as receitas são sistematicamente subestimadas, sobretudo na compensação previdenciária e nas receitas de aplicações financeiras.

A subestimação de receita é conservadora do ponto de vista do dimensionamento do passivo, porque não infla a capacidade de pagamento projetada. Convém, ainda assim, corrigi-la: projeção que erra sempre no mesmo sentido deixa de ser prudência e passa a ser viés, e viés conhecido e não corrigido compromete a utilidade do fluxo como instrumento de planejamento.

6.4. Teste de consistência do custeio

O teste que independe da projeção é o do caráter contributivo: a razão entre a contribuição arrecadada e a base de cálculo deve reproduzir a alíquota fixada em lei. É o

teste que verifica, ao mesmo tempo, a regularidade do repasse e a consistência da base informada.

Tabela 13 - Base de cálculo e alíquotas implícitas nas contribuições repassadas

Exercício	Base de cálculo projetada (R$)	Base de cálculo executada (R$)	Desvio	Alíquota implícita do segurado	Alíquota implícita do Ente
2023	428.939.719,07	507.802.585,73	+18,4%	13,98%	16,86%
2024	459.021.565,07	557.842.111,05	+21,5%	13,97%	15,91%
2025	503.325.833,64	591.592.620,37	+17,5%	13,97%	15,62%

Nota: a base projetada foi obtida da contribuição projetada dos segurados ativos pela alíquota legal de 14,00%; a alíquota implícita do Ente compreende o custeio normal e a taxa de administração, ambos recolhidos sobre a mesma base. Fonte: anexos de fluxo dos Relatórios da Avaliação Atuarial e DIPR bimestrais. Elaboração: Equipe Fipe.

As alíquotas implícitas reproduzem as legais nos três exercícios: a do segurado converge para os 14,00% da lei, e a do Ente corresponde à soma do custeio normal com a taxa de administração. Não há indício de recolhimento a menor. A base de cálculo executada, por sua vez, supera a projetada em todos os exercícios, o que explica a maior parte do desvio das contribuições e remete à hipótese de crescimento das remunerações, examinada no Relatório de Análise das Hipóteses.

6.5. Cobertura da insuficiência financeira

Tabela 14 - Cobertura da insuficiência financeira do Fundo em Repartição

Exercício	Cobertura repassada (R$)	Benefícios do Fundo em Repartição (R$)	Cobertura sobre os benefícios
2023	154.000.000,00	222.036.630,36	69,36%
2024	181.950.000,00	252.128.127,03	72,17%
2025	209.100.000,00	279.172.297,09	74,90%
2026	108.000.000,00	219.324.031,76	49,24%

Nota: valores anualizados; o exercício de 2026 abrange os três primeiros bimestres. Fonte: DIPR bimestrais do CADPREV. Elaboração: Equipe Fipe.

A cobertura repassada cresce de forma contínua e financia cerca de três quartos dos benefícios do Fundo em Repartição. É o custo corrente do desequilíbrio do fundo, suportado diretamente pelo orçamento do Ente Federativo, e a variável que a gestão atuarial precisa acompanhar com maior atenção, porque é ela que compete, no orçamento, com as demais políticas públicas.

7. Premissas e hipóteses atuariais

As premissas são o quarto componente obrigatório da apresentação de resultados atuariais, e alteram significativamente os valores apurados. A escolha cabe conjuntamente ao Ente Federativo, à unidade gestora e ao atuário responsável, na forma do art. 33 da Portaria MTP nº 1.467/2022, observados os parâmetros mínimos de prudência.

Tabela 15 - Premissas adotadas nas quatro últimas avaliações

Premissa	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2025
Taxa atuarial de juros	4,81%	5,25%	5,32%	5,92%
Tábua de mortalidade	IBGE 2020	IBGE 2022	IBGE 2023	IBGE 2024
Tábua de entrada em invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas
Crescimento real das remunerações	1,06%	1,11%	1,13%	1,00%
Crescimento real dos benefícios	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Rotatividade	não considerada	não considerada	não considerada	nula
Reposição de segurados	não adotada	não adotada	não adotada	um por desligamento, a 60%
Permanência após a elegibilidade	não informada	não informada	não informada	3 anos

Fonte: DRAA dos exercícios de 2023 a 2026. Elaboração: Equipe Fipe.

Duas mudanças relevantes marcam a avaliação de 2026. A primeira é a elevação da taxa de juros, acompanhando a atualização da tabela de taxas parâmetro. A segunda é a adoção da premissa de reposição de segurados, que nas avaliações anteriores não era utilizada, e cujo reconhecimento reduziu o passivo em R$ 364,9 milhões.

8. Estudo técnico de aderência das hipóteses

O Nível III da ação exige que o Relatório de Gestão Atuarial contemple o estudo técnico de aderência das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras, observadas as diretrizes do art. 35 da Portaria MTP nº 1.467/2022 e da Seção V do seu Anexo VI. O estudo empírico completo é objeto do Relatório de Análise das Hipóteses, na sua Versão 02, de 31 de agosto de 2026, que integra este ciclo de documentos; esta

seção consolida as suas conclusões e verifica a conformidade das hipóteses aos parâmetros mínimos da Portaria.

Tabela 16 - Síntese do estudo técnico de aderência

Hipótese	Teste aplicado	Resultado	Conclusão
Taxa atuarial de juros	convergência entre a rentabilidade real e a meta nos três exercícios anteriores, art. 30, II, do Anexo VI	rentabilidade real superou a meta nos três exercícios, com média de 6,86% contra metas médias de 5,13%	aderente, manter
Crescimento real das remunerações	histórico de reajustes e da folha por segurado, art. 29 do Anexo VI	reajuste real médio de 0,24% e crescimento real da folha por segurado de 2,64%	aderente, manter
Mortalidade de válidos e inválidos	confronto entre eventos previstos e constatados no agregado, art. 28, I, do Anexo VI	óbitos constatados equivalem a 55,40% dos previstos entre ativos e a 48,92% entre inativos, mas a série não tem granularidade por idade e sexo	manter; informação insuficiente para aferir aderência
Entrada em invalidez	frequência observada frente à tábua mínima, art. 36, II, da Portaria	média de 9,7 entradas por exercício, sem tendência	aderente, manter
Composição do grupo familiar	utilização da composição declarada na base, art. 35, III, "d"	composição individual utilizada, com parâmetro supletivo apenas na ausência do dado	aderente, manter
Reposição de segurados	histórico da massa de ativos e efetividade da reposição, art. 33 do Anexo VI	massa estável desde 2016, com reposição efetiva dos desligamentos	aderente, manter

Fonte: Relatório de Análise das Hipóteses, Versão 02, de 31 de agosto de 2026. Elaboração: Equipe Fipe.

As tábuas biométricas merecem registro particular. O confronto entre eventos previstos e constatados indica, no agregado, mortalidade inferior à projetada; mas a série levantada não permite aferir a aderência de uma tábua, que se caracteriza pelas probabilidades por idade e sexo, e cujo exame exigiria volume de eventos uma ordem de grandeza superior ao disponível. O Relatório de Análise das Hipóteses atesta essa insuficiência na forma do parágrafo único do art. 28 do Anexo VI, mantém a tábua vigente, que é o limite mínimo prudencial do art. 36, I, da Portaria, e recomenda estruturar o levantamento para que o próximo ciclo possa concluir. O § 3º do art. 35 da

Portaria determina que as premissas alteradas ou mantidas em decorrência do estudo sejam registradas no Relatório da Avaliação Atuarial.

Registre-se, quanto à taxa de juros, que a aderência verificada pelo teste de convergência não dispensa a conciliação do enquadramento na tabela de taxas parâmetro: as medidas de duração do passivo informadas no demonstrativo, na Nota Técnica Atuarial e as apuradas pelos fluxos divergem entre si, e o art. 35, § 3º, do Anexo VI exige que a demonstração do cálculo seja comprovada à Secretaria de Regime Próprio e Complementar juntamente com os fluxos atuariais.

9. Análise crítica e riscos

9.1. Situação de equilíbrio e o que a sustenta

O equilíbrio apurado em 31 de dezembro de 2025 repousa sobre três pilares de naturezas distintas, e a gestão precisa distingui-los. O primeiro é patrimonial: os ativos garantidores de R$ 1.317.128.245,99, majoritariamente em títulos públicos indexados a índice de preços e carregados até o vencimento. O segundo é normativo: a reforma das regras de benefícios, que reduziu o valor atual dos benefícios futuros. O terceiro é obrigacional: a cobertura das insuficiências financeiras do Fundo em Repartição, de R$ 2.432.625.163,42, assegurada em lei e devida pelo Ente Federativo ao longo de décadas.

O terceiro pilar merece registro particular. Ele não é reserva acumulada, e sim compromisso do orçamento municipal, cuja materialização depende da capacidade fiscal do Município a cada exercício. O acompanhamento dessa capacidade é, por isso, parte da gestão atuarial, e não assunto alheio a ela.

9.2. Riscos identificados

Tabela 17 - Riscos atuariais identificados e mitigações

Risco	Descrição	Efeito potencial	Mitigação
Longevidade	indício de que a massa sobrevive mais do que a tábua adotada projeta, sem série que permita aferi-lo por idade e sexo	elevação do passivo se o indício se confirmar, em ordem de grandeza superior a duzentos milhões de reais no valor presente das aposentadorias concedidas	estruturar o levantamento da experiência biométrica e reapreciar a hipótese quando a série o permitir
Mensuração da taxa de juros	divergência entre as medidas de duração do passivo que enquadram a taxa parâmetro	eventual necessidade de reduzir a taxa e elevar o passivo, com efeito estimado em torno de sessenta milhões de reais	conciliação e documentação da memória de cálculo, com uniformização entre demonstrativo, nota técnica e fluxos

Risco	Descrição	Efeito potencial	Mitigação
Reposição de segurados	o ganho reconhecido pelas gerações futuras pressupõe que o Ente continue repondo os cargos que vagam	reversão do ganho de R$ 364,9 milhões caso a política de reposição se altere	acompanhamento anual da reposição e manifestação formal do Ente sobre concursos e admissões
Capacidade fiscal do Ente	a cobertura da insuficiência financeira cresce a cada exercício e disputa o orçamento com as demais políticas públicas	pressão orçamentária crescente no médio prazo	monitoramento do comprometimento da receita corrente líquida e revisão periódica dos parâmetros da segregação
Mercado e reinvestimento	o retorno projetado da carteira depende das taxas de reinvestimento nos vencimentos anteriores ao desembolso	rentabilidade real inferior à meta em janelas específicas, como ocorreu em 2020 e 2021	manutenção do casamento entre o perfil dos ativos e o cronograma das obrigações

Fonte: apuração deste relatório. Elaboração: Equipe Fipe.

9.3. Nota sobre indicadores impróprios

A razão entre segurados ativos e beneficiários é frequentemente apresentada como medida da saúde de um regime previdenciário. Ela não o é para regimes que operam em capitalização: a razão demográfica é métrica própria da repartição simples, em que os ativos de hoje custeiam os benefícios de hoje, e ignora os recursos acumulados, que no regime capitalizado são a fonte de pagamento. A métrica correta é o equilíbrio atuarial, que confronta o valor presente das obrigações com o dos ativos e das contribuições futuras, e é essa a apresentada neste relatório.

10. Recomendações estratégicas

Tabela 18 - Recomendações estratégicas

Nº	Recomendação	Responsável	Prazo
1	Estruturar o levantamento da experiência biométrica, com óbitos e invalidez por idade, sexo e situação, exposição correspondente e recadastramento anual	unidade gestora, com apoio do atuário	a partir de 2026
2	Conciliar e documentar a memória de cálculo da duração do passivo, uniformizando o valor no demonstrativo, na nota técnica e nos fluxos	atuário responsável	avaliação de 2027

Nº	Recomendação	Responsável	Prazo
3	Submeter o Relatório de Análise das Hipóteses e o Plano de Trabalho Atuarial à aprovação do Conselho Deliberativo	unidade gestora	até dezembro de 2026
4	Encaminhar o Relatório de Análise das Hipóteses à Secretaria de Regime Próprio e Complementar, como anexo ao Relatório da Avaliação Atuarial do exercício seguinte	unidade gestora	no envio da avaliação de 2027
5	Requisitar ao Ente Federativo a manifestação fundamentada sobre políticas de gestão de pessoal, admissões e concursos	unidade gestora	até dezembro de 2026
6	Avaliar a pretensão de elevação do nível de certificação no Pró-Gestão, à vista do atendimento desta ação no Nível IV	unidade gestora e Conselho Deliberativo	próximo ciclo de certificação
7	Manter o acompanhamento anual da cobertura da insuficiência financeira e do seu peso na receita corrente líquida do Município	unidade gestora e Ente Federativo	rotina permanente
8	Preservar a política de casamento entre ativos e obrigações, com títulos indexados a índice de preços carregados ao vencimento	Comitê de Investimentos	rotina permanente

Fonte: conclusões deste relatório. Elaboração: Equipe Fipe.

As recomendações partem de uma premissa que convém explicitar. A meta do regime é o equilíbrio financeiro e atuarial, e não a acumulação máxima de reservas. Assegurado o equilíbrio, prevalece a responsabilidade fiscal: o custeio deve ser o mais eficiente e econômico possível, para preservar a capacidade do Município de atender às demais políticas públicas. Recomendações que ampliassem o esforço fiscal sem necessidade atuarial demonstrada seriam desfavoráveis ao Ente e à população, e por isso não figuram aqui.

11. Plano de Trabalho Atuarial

O Nível IV da ação exige a elaboração, a aprovação e a comprovação do cumprimento do Plano de Trabalho Atuarial, documento que elenca todas as obrigações atuariais do regime, com a identificação do processo a ser seguido, os responsáveis por cada etapa, o nível de responsabilidade e participação de cada ator e os prazos a cumprir. O Manual determina que seja aprovado pelo Conselho Deliberativo no início de cada exercício.

11.1. Plano para o exercício de 2027

Tabela 19 - Plano de Trabalho Atuarial do exercício de 2027

Etapa	Atividade	Responsáveis	Prazo
1	Extração e envio da base cadastral posicionada em 31 de dezembro de 2026, com dados funcionais e remuneratórios de segurados e dependentes	gestor de recursos humanos do Ente e unidade gestora	até 31 de janeiro de 2027
2	Crítica da base de dados e devolução das inconsistências ao Ente Federativo	atuário responsável	até 15 de fevereiro de 2027
3	Correção e reenvio da base	gestor de recursos humanos do Ente	até 28 de fevereiro de 2027
4	Manifestação fundamentada do Ente sobre políticas de gestão de pessoal, admissões, concursos e vacâncias, na forma do art. 34 da Portaria MTP nº 1.467/2022	representante legal do Ente	até 28 de fevereiro de 2027
5	Proposição das hipóteses atuariais do exercício, com o estudo comparativo de tábuas de mortalidade e a memória de cálculo da duração do passivo	atuário responsável, unidade gestora e Ente	até 10 de março de 2027
6	Apreciação das hipóteses pelo Conselho Deliberativo	Conselho Deliberativo	até 20 de março de 2027
7	Elaboração da avaliação atuarial, do Relatório da Avaliação Atuarial, da Nota Técnica Atuarial e do balanço de ganhos e perdas	atuário responsável	até 25 de março de 2027
8	Elaboração do Demonstrativo de Viabilidade do Plano de Custeio, com os dados fiscais do Ente	atuário responsável e Secretaria de Finanças do Ente	até 25 de março de 2027
9	Apreciação dos resultados da avaliação pelos Conselhos Deliberativo e Fiscal	Conselhos Deliberativo e Fiscal	até 28 de março de 2027
10	Envio do DRAA, dos fluxos atuariais, do Relatório da Avaliação Atuarial e do Relatório de Análise das Hipóteses pelo CADPREV	unidade gestora	até 31 de março de 2027
11	Registro contábil das provisões matemáticas apuradas, por fundo	unidade gestora e contabilidade	até 30 de abril de 2027

Etapa	Atividade	Responsáveis	Prazo
12	Elaboração do Relatório de Gestão Atuarial do exercício e do Plano de Trabalho Atuarial do exercício seguinte	atuário responsável e unidade gestora	até 31 de agosto de 2027
13	Acompanhamento bimestral do repasse das contribuições e da cobertura da insuficiência financeira, com conferência das alíquotas implícitas	unidade gestora	a cada envio do demonstrativo bimestral
14	Cientificação dos Conselhos Deliberativo e Fiscal sobre a manutenção ou alteração das hipóteses, na forma do art. 33, § 2º, da Portaria MTP nº 1.467/2022	unidade gestora	no exercício, após a avaliação

Fonte: obrigações atuariais da Portaria MTP nº 1.467/2022 e requisitos do Manual do Pró-Gestão RPPS, versão 4.1, item 3.2.3. Elaboração: Equipe Fipe.

11.2. Comprovação do cumprimento do plano anterior

O Nível IV exige, além da elaboração e da aprovação, a comprovação do cumprimento do Plano de Trabalho Atuarial do exercício anterior. As obrigações atuariais do exercício de 2026 foram cumpridas quanto aos produtos verificáveis nos sistemas oficiais: a avaliação atuarial com data focal em 31 de dezembro de 2025 foi elaborada e o seu demonstrativo consta do CADPREV; os fluxos atuariais dos dois fundos e das gerações futuras foram encaminhados; as Notas Técnicas Atuariais de cada fundo foram emitidas; e os demonstrativos bimestrais de informações previdenciárias e repasses e os de aplicações e investimentos foram enviados regularmente, o que o resultado do ISP-RPPS de 2025 confirma ao registrar conformidade em todos os critérios de envio e consistência.

A comprovação formal do cumprimento, contudo, pressupõe a existência do plano aprovado para aquele exercício: [CONFIRMAR: Plano de Trabalho Atuarial do exercício de 2026 e respectiva ata de aprovação pelo Conselho Deliberativo]. Caso não tenha sido formalizado, recomenda-se que a unidade gestora registre a circunstância e adote o plano constante da subseção anterior como marco inicial, aprovando-o no início do exercício de 2027, de modo que a comprovação do cumprimento possa ser feita ao seu término.

12. Conclusão

O Regime Próprio de Previdência Social do Município de Maringá encerrou o exercício de 2025 em situação de equilíbrio atuarial. O Fundo em Capitalização apresenta superávit e o Fundo em Repartição está equilibrado pela cobertura das insuficiências

financeiras assegurada em lei. O déficit a amortizar recuou de R$ 3.660.983.419,43 para R$ 1.854.467.684,30 no exercício, redução de 49,35%, movimento explicado principalmente pela reforma promovida pela Lei Complementar municipal nº 1.517/2025.

A gestão atuarial do regime mostra-se consistente. A projeção de despesas apresentou desvio inferior a 3% nos três exercícios analisados; as contribuições foram repassadas nas alíquotas legais; a rentabilidade real superou a meta atuarial nos três exercícios; e os documentos atuariais foram elaborados e encaminhados nos prazos, o que o ISP-RPPS de 2025 confirma.

Duas providências condicionam o próximo ciclo e não devem ser adiadas: estruturar o levantamento da experiência biométrica, hoje insuficiente para aferir a aderência das tábuas, e conciliar a duração do passivo que enquadra a taxa de juros. Nenhuma das duas altera a situação de equilíbrio apurada; ambas dizem respeito à qualidade da informação que sustenta o dimensionamento, que é o que a gestão atuarial tem por objeto.

Este relatório atende, no Nível IV, aos requisitos da ação Relatório de Gestão Atuarial, da dimensão Governança Corporativa do Pró-Gestão RPPS, ressalvados os atos de aprovação pelo Conselho Deliberativo, que são de competência da unidade gestora e cuja comprovação deve instruir a auditoria de certificação.

13. Referências e fontes

13.1. Normas e documentos de referência

- BRASIL. Ministério do Trabalho e Previdência. Portaria MTP nº 1.467, de 2 de junho de 2022, e o seu Anexo VI, na redação vigente. Texto consolidado até 29 de dezembro de 2025. Consulta em 10 de agosto de 2026.
- BRASIL. Ministério da Previdência Social. Manual do Pró-Gestão RPPS, versão 4.1, de 13 de abril de 2026, item 3.2.3. Consulta em 10 de agosto de 2026.
- BRASIL. Ministério da Previdência Social. Portaria MPS nº 3.811, de 4 de dezembro de 2024.
- BRASIL. Ministério da Previdência Social. Portaria MPS nº 2.010, de 15 de outubro de 2025.
- MARINGÁ. Lei Complementar municipal nº 1.517, de 22 de dezembro de 2025, art. 58.
- FIPE. Relatório de Análise das Hipóteses da Maringá Previdência, Versão 02, 31 de agosto de 2026.
- FIPE. Relatório de Ganhos e Perdas Atuariais da Maringá Previdência, exercício de 2025, agosto de 2026.

13.2. Fontes de dados

- Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial dos exercícios de 2023, 2024, 2025 e 2026, extraídos do CADPREV.
- Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses dos seis bimestres de 2023, 2024 e 2025 e dos três primeiros bimestres de 2026, extraídos do CADPREV.
- Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos de dezembro de 2023, 2024 e 2025 e de junho de 2026, extraídos do CADPREV.
- Fluxos atuariais do exercício de 2026 encaminhados ao CADPREV.
- Nota Técnica Atuarial do exercício de 2026, dos dois fundos.
- Índice de Situação Previdenciária dos Regimes Próprios de Previdência Social, resultado final de 2025.

São Paulo, 24 de setembro de 2026.

ANDRE SABLEWSKI GRAU:31345899823

Assinado de forma digital por ANDRE SABLEWSKI GRAU:31345899823
Dados: 2026.09.24 18:37:12 -03'00'

_____

André Sablewski Grau

Atuário responsável técnico

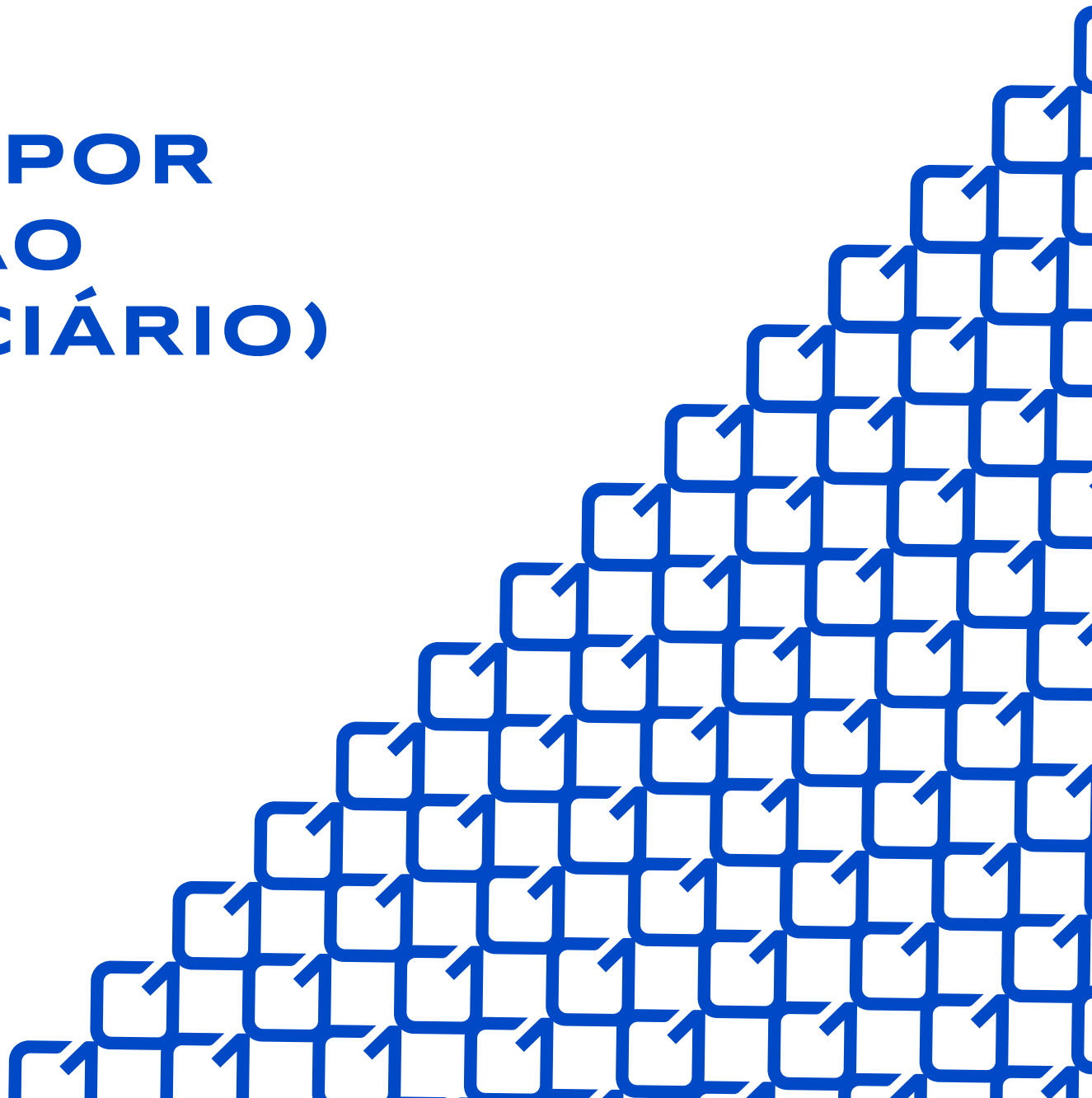
MIBA 2.372

RELATÓRIO POR SEGREGAÇÃO (PREVIDENCIÁRIO)

Setembro/2026

LEMA

MARINGÁ PREVIDÊNCIA



ATIVO	SALDO	CARTEIRA(%)	RESG.	CARÊN.	5.272	RETORNO (R$)	(%)	TX ADM
INCENTIVO FIDC MULTISSETORIAL II	R$ 0,00	0,00%	D+1260	-	D - RF	R$ 0,00	0,00%	1,50%
CAIXA BRASIL IMA-B TP FI RF	R$ 1.519.606,21	0,11%	D+0	-	7, I	R$ 46.174,61	3,13%	0,20%
CAIXA BRASIL IMA-B 5 TP FI RF	R$ 17.525.226,55	1,25%	D+0	-	7, I	R$ 343.102,35	2,00%	0,20%
SICREDI LIQUIDEZ EMPRESARIAL FI REN...	R$ 43.849.744,40	3,13%	D+0	-	7, I	R$ 452.466,12	1,04%	0,15%
CAIXA TOPÁZIO CORPORATIVO FIF RF RE...	R$ 75.414.855,26	5,39%	D+0	-	7, I	R$ 995.429,72	1,05%	0,10%
LME REC IMA-B FI RF	R$ 804.699,11	0,06%	D+1009	-	7, V	R$ 7.951,92	1,00%	0,00%
ITAÚ INSTITUCIONAL FI RF REF DI	R$ 19.414.742,59	1,39%	D+0	-	7, V	R$ 208.323,35	1,08%	0,18%
SANTANDER INSTITUCIONAL PREMIUM FI...	R$ 12.942.827,72	0,92%	D+0	-	7, V	R$ 136.350,63	1,06%	0,20%
BRADESCO PREMIUM FI RF REF DI	R$ 22.646.444,67	1,62%	D+0	-	7, V	R$ 241.149,54	1,08%	0,25%
BTG PACTUAL CAPITAL MARKETS FI RF	R$ 9.708.513,00	0,69%	D+0	-	7, V	R$ 104.217,78	1,09%	0,25%
LME REC IPCA FIDC MULTISSETORIAL SÊ...	R$ 324.441,64	0,02%	D+1260	-	7, IX	R$ -85.779,79	-20,91%	0,00%
GGR PRIME I FIDC SÊNIOR 1	R$ 1.985.488,50	0,14%	D+1601	-	7, IX	R$ -281.043,00	-12,40%	3,26%
W7 FIP MULTIESTRATÉGIA	R$ 1.368.187,79	0,10%	VR	-	10, III	R$ -1.605,09	-0,12%	1,45%
BRASIL FLORESTAL FIC FIP	R$ 701.256,95	0,05%	-	-	10, III	R$ -323,08	-0,05%	0,10%
BRASIL FLORESTAL FIP MULTIESTRATÉGIA	R$ 701.333,90	0,05%	-	-	10, III	R$ -201,37	-0,03%	0,28%
OSASCO PROPERTIES FUNDO DE INVESTI...	R$ 96.853,73	0,01%	-	-	D - FI	R$ -325.426,53	-77,06%	0,74%
FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO ...	R$ 1.669.728,74	0,12%	-	-	D - FI	R$ -748,40	-0,04%	1,20%
TÍTULOS PÚBLICOS	R$ 1.095.745.711,47	78,28%	-	-	7, III	R$ 7.657.761,58	0,70%	-
TÍTULOS PRIVADOS	R$ 75.029.320,23	5,36%	-	-	7, VI	R$ 298.873,84	0,40%	-
EMPRÉSTIMO CONSIGNADO	R$ 18.411.740,86	1,32%	-	-	12	R$ 189.363,64	1,19%	-
Total investimentos	R$ 1.399.860.723,32	100.00%				R$ 9.986.037,82	0,81%	
Disponibilidade	R$ 80.115,18	-				-	-	

As informações deste relatório foram obtidas a partir de fontes públicas ou privadas consideradas confiáveis, cuja responsabilidade pela correção e veracidade não é assumida pela LEMA, pelo titular desta marca ou por qualquer das empresas de seu grupo empresarial. As informações disponíveis, não devem ser entendidas como colocação, distribuição ou oferta de fundo de investimento ou qualquer outro valor mobiliário. Fundos de investimento não contam com a garantia do Administrador do fundo, Gestor da carteira, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos - FGC. Rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura. As estratégias com derivativos, utilizadas como parte da política de investimento de fundos de investimento, podem resultar em significativas perdas para seus cotistas superiores ao capital aplicado e a consequente obrigação do cotista de aportar recursos adicionais para cobrir o prejuízo do fundo. Ao investidor é recomendada a leitura cuidadosa do prospecto e regulamento do fundo de investimento ao aplicar seus recursos. Para avaliação da performance de um fundo de investimento, é recomendável a análise de, no mínimo, 12 (doze) meses. Os valores exibidos estão em Real (BRL). Para os cálculos foram utilizadas observações Diárias.

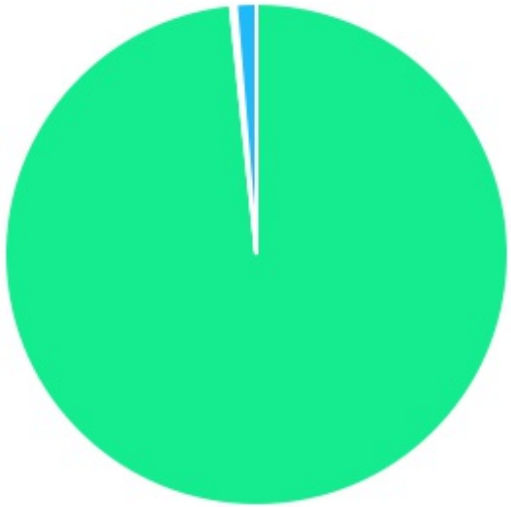
LEMA

Total patrimônio	R$ 1.399.940.838,50	100.00%	-	-

As informações deste relatório foram obtidas a partir de fontes públicas ou privadas consideradas confiáveis, cuja responsabilidade pela correção e veracidade não é assumida pela LEMA, pelo titular desta marca ou por qualquer das empresas de seu grupo empresarial. As informações disponíveis, não devem ser entendidas como colocação, distribuição ou oferta de fundo de investimento ou qualquer outro valor mobiliário. Fundos de investimento não contam com a garantia do Administrador do fundo, Gestor da carteira, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos - FGC. Rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura. As estratégias com derivativos, utilizadas como parte da política de investimento de fundos de investimento, podem resultar em significativas perdas para seus cotistas superiores ao capital aplicado e a consequente obrigação do cotista de aportar recursos adicionais para cobrir o prejuízo do fundo. Ao investidor é recomendada a leitura cuidadosa do prospecto e regulamento do fundo de investimento ao aplicar seus recursos. Para avaliação da performance de um fundo de investimento, é recomendável a análise de, no mínimo, 12 (doze) meses. Os valores exibidos estão em Real (BRL). Para os cálculos foram utilizadas observações Diárias.

LEMA

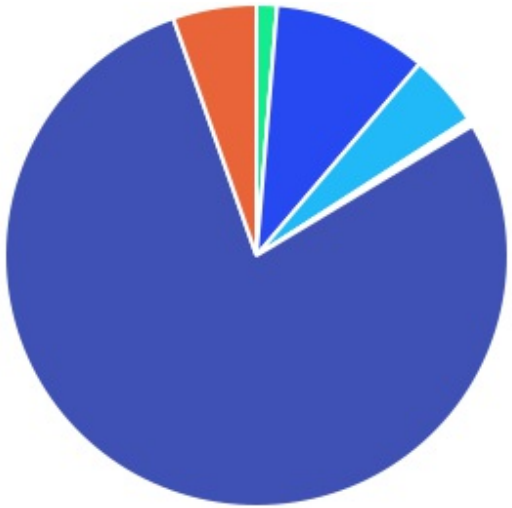
CLASSE	PERCENTUAL	VALOR	LEG.
Renda Fixa	98,36%	R$ 1.376.911.621,35	
Emprést. Consignados	1,32%	R$ 18.411.740,86	
Estruturados	0,20%	R$ 2.770.778,64	
Fundos Imobiliários	0,13%	R$ 1.766.582,47	
Total	100,00%	R$ 1.399.860.723,32	



As informações deste relatório foram obtidas a partir de fontes públicas ou privadas consideradas confiáveis, cuja responsabilidade pela correção e veracidade não é assumida pela LEMA, pelo titular desta marca ou por qualquer das empresas de seu grupo empresarial. As informações disponíveis, não devem ser entendidas como colocação, distribuição ou oferta de fundo de investimento ou qualquer outro valor mobiliário. Fundos de investimento não contam com a garantia do Administrador do fundo, Gestor da carteira, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos - FGC. Rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura. As estratégias com derivativos, utilizadas como parte da política de investimento de fundos de investimento, podem resultar em significativas perdas para seus cotistas superiores ao capital aplicado e a consequente obrigação do cotista de aportar recursos adicionais para cobrir o prejuízo do fundo. Ao investidor é recomendada a leitura cuidadosa do prospecto e regulamento do fundo de investimento ao aplicar seus recursos. Para avaliação da performance de um fundo de investimento, é recomendável a análise de, no mínimo, 12 (doze) meses. Os valores exibidos estão em Real (BRL). Para os cálculos foram utilizadas observações Diárias.

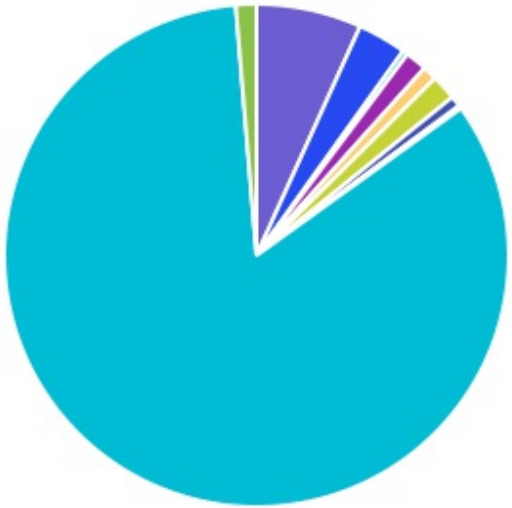
LEMA

ENQUADRAMENTO	PERCENTUAL	VALOR	LEG.
7, III	78,28%	R$ 1.095.745.711,47	
7, I	9,88%	R$ 138.309.432,42	
7, VI	5,36%	R$ 75.029.320,23	
7, V	4,68%	R$ 65.517.227,09	
12	1,32%	R$ 18.411.740,86	
10, III	0,20%	R$ 2.770.778,64	
7, IX	0,17%	R$ 2.309.930,14	
D - FI	0,13%	R$ 1.766.582,47	
D - RF	0,00%	R$ 0,00	
Total	100,00%	R$ 1.399.860.723,32	



As informações deste relatório foram obtidas a partir de fontes públicas ou privadas consideradas confiáveis, cuja responsabilidade pela correção e veracidade não é assumida pela LEMA, pelo titular desta marca ou por qualquer das empresas de seu grupo empresarial. As informações disponíveis, não devem ser entendidas como colocação, distribuição ou oferta de fundo de investimento ou qualquer outro valor mobiliário. Fundos de investimento não contam com a garantia do Administrador do fundo, Gestor da carteira, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos - FGC. Rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura. As estratégias com derivativos, utilizadas como parte da política de investimento de fundos de investimento, podem resultar em significativas perdas para seus cotistas superiores ao capital aplicado e a consequente obrigação do cotista de aportar recursos adicionais para cobrir o prejuízo do fundo. Ao investidor é recomendada a leitura cuidadosa do prospecto e regulamento do fundo de investimento ao aplicar seus recursos. Para avaliação da performance de um fundo de investimento, é recomendável a análise de, no mínimo, 12 (doze) meses. Os valores exibidos estão em Real (BRL). Para os cálculos foram utilizadas observações Diárias.

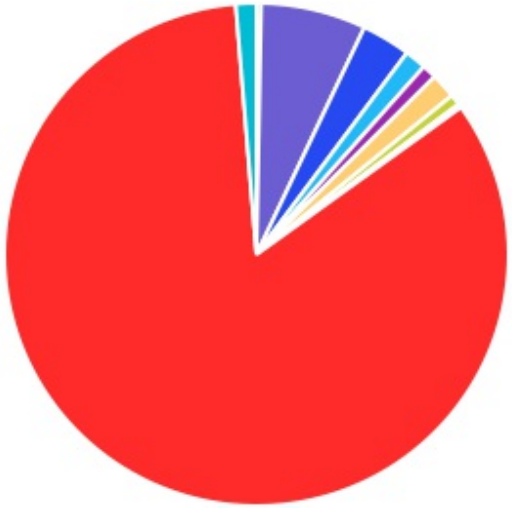
GESTOR	PERCENTUAL	VALOR	LEG.
TÍTULOS	83,64%	R$ 1.170.775.031,70	
CAIXA DISTRIBUIDORA	6,75%	R$ 94.459.688,02	
SICREDI ASSET	3,13%	R$ 43.849.744,40	
BANCO BRADESCO	1,62%	R$ 22.646.444,67	
ITAU UNIBANCO	1,39%	R$ 19.414.742,59	
EMPRÉSTIMO CONSIGNADO	1,32%	R$ 18.411.740,86	
SANTANDER BRASIL	0,92%	R$ 12.942.827,72	
BTG PACTUAL	0,69%	R$ 9.708.513,00	
GRAPHEN INVESTIMENTOS	0,34%	R$ 4.784.357,99	
A5 GESTÃO	0,10%	R$ 1.368.187,79	
QLZ GESTÃO	0,10%	R$ 1.402.590,85	
CADENCE GESTORA	0,01%	R$ 96.853,73	
GENIAL GESTÃO	0,00%	R$ 0,00	
Total	100,00%	R$ 1.399.860.723,32	



As informações deste relatório foram obtidas a partir de fontes públicas ou privadas consideradas confiáveis, cuja responsabilidade pela correção e veracidade não é assumida pela LEMA, pelo titular desta marca ou por qualquer das empresas de seu grupo empresarial. As informações disponíveis, não devem ser entendidas como colocação, distribuição ou oferta de fundo de investimento ou qualquer outro valor mobiliário. Fundos de investimento não contam com a garantia do Administrador do fundo, Gestor da carteira, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos - FGC. Rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura. As estratégias com derivativos, utilizadas como parte da política de investimento de fundos de investimento, podem resultar em significativas perdas para seus cotistas superiores ao capital aplicado e a consequente obrigação do cotista de aportar recursos adicionais para cobrir o prejuízo do fundo. Ao investidor é recomendada a leitura cuidadosa do prospecto e regulamento do fundo de investimento ao aplicar seus recursos. Para avaliação da performance de um fundo de investimento, é recomendável a análise de, no mínimo, 12 (doze) meses. Os valores exibidos estão em Real (BRL). Para os cálculos foram utilizadas observações Diárias.

LEMA

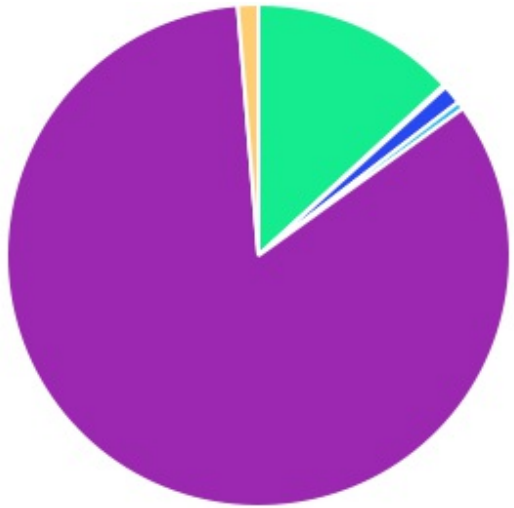
ADMINISTRADOR	PERCENTUAL	VALOR	LEG.
TÍTULOS	83,64%	R$ 1.170.775.031,70	
CAIXA ECONOMICA	6,75%	R$ 94.459.688,02	
BANCO COOPERATIVO	3,13%	R$ 43.849.744,40	
BANCO BRADESCO	1,62%	R$ 22.646.444,67	
ITAU UNIBANCO	1,39%	R$ 19.414.742,59	
EMPRÉSTIMO CONSIGNADO	1,32%	R$ 18.411.740,86	
SANTANDER DISTRIBUIDORA	0,92%	R$ 12.942.827,72	
BTG PACTUAL	0,69%	R$ 9.708.513,00	
RJI CORRETORA	0,30%	R$ 4.167.057,28	
BANVOX DISTRIBUIDORA	0,14%	R$ 1.985.488,50	
BNY MELLON	0,10%	R$ 1.402.590,85	
PLANNER CORRETORA	0,01%	R$ 96.853,73	
Total	100,00%	R$ 1.399.860.723,32	



As informações deste relatório foram obtidas a partir de fontes públicas ou privadas consideradas confiáveis, cuja responsabilidade pela correção e veracidade não é assumida pela LEMA, pelo titular desta marca ou por qualquer das empresas de seu grupo empresarial. As informações disponíveis, não devem ser entendidas como colocação, distribuição ou oferta de fundo de investimento ou qualquer outro valor mobiliário. Fundos de investimento não contam com a garantia do Administrador do fundo, Gestor da carteira, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos - FGC. Rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura. As estratégias com derivativos, utilizadas como parte da política de investimento de fundos de investimento, podem resultar em significativas perdas para seus cotistas superiores ao capital aplicado e a consequente obrigação do cotista de aportar recursos adicionais para cobrir o prejuízo do fundo. Ao investidor é recomendada a leitura cuidadosa do prospecto e regulamento do fundo de investimento ao aplicar seus recursos. Para avaliação da performance de um fundo de investimento, é recomendável a análise de, no mínimo, 12 (doze) meses. Os valores exibidos estão em Real (BRL). Para os cálculos foram utilizadas observações Diárias.

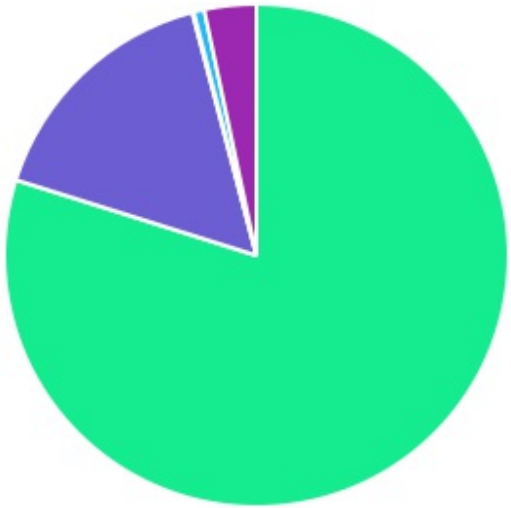
LEMA

BENCHMARK	PERCENTUAL	VALOR	LEG.
TÍTULOS	83,64%	R$ 1.170.775.031,70	
CDI	13,14%	R$ 183.977.127,64	
EMPRÉSTIMO CONSIGNADO	1,32%	R$ 18.411.740,86	
IMA-B 5	1,25%	R$ 17.525.226,55	
IPCA	0,49%	R$ 6.847.291,25	
IMA-B	0,17%	R$ 2.324.305,32	
Total	100,00%	R$ 1.399.860.723,32	



As informações deste relatório foram obtidas a partir de fontes públicas ou privadas consideradas confiáveis, cuja responsabilidade pela correção e veracidade não é assumida pela LEMA, pelo titular desta marca ou por qualquer das empresas de seu grupo empresarial. As informações disponíveis, não devem ser entendidas como colocação, distribuição ou oferta de fundo de investimento ou qualquer outro valor mobiliário. Fundos de investimento não contam com a garantia do Administrador do fundo, Gestor da carteira, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos - FGC. Rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura. As estratégias com derivativos, utilizadas como parte da política de investimento de fundos de investimento, podem resultar em significativas perdas para seus cotistas superiores ao capital aplicado e a consequente obrigação do cotista de aportar recursos adicionais para cobrir o prejuízo do fundo. Ao investidor é recomendada a leitura cuidadosa do prospecto e regulamento do fundo de investimento ao aplicar seus recursos. Para avaliação da performance de um fundo de investimento, é recomendável a análise de, no mínimo, 12 (doze) meses. Os valores exibidos estão em Real (BRL). Para os cálculos foram utilizadas observações Diárias.

LIQUIDEZ	PERCENTUAL	VALOR	LEG.
Acima 2 anos	79,86%	R$ 1.117.860.382,27	
0 a 30 dias	16,04%	R$ 224.602.874,58	
1 a 2 anos	3,33%	R$ 46.603.020,32	
31 a 180 dias	0,67%	R$ 9.426.258,36	
VR	0,10%	R$ 1.368.187,79	
Total	100,00%	R$ 1.399.860.723,32	



As informações deste relatório foram obtidas a partir de fontes públicas ou privadas consideradas confiáveis, cuja responsabilidade pela correção e veracidade não é assumida pela LEMA, pelo titular desta marca ou por qualquer das empresas de seu grupo empresarial. As informações disponíveis, não devem ser entendidas como colocação, distribuição ou oferta de fundo de investimento ou qualquer outro valor mobiliário. Fundos de investimento não contam com a garantia do Administrador do fundo, Gestor da carteira, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos - FGC. Rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura. As estratégias com derivativos, utilizadas como parte da política de investimento de fundos de investimento, podem resultar em significativas perdas para seus cotistas superiores ao capital aplicado e a consequente obrigação do cotista de aportar recursos adicionais para cobrir o prejuízo do fundo. Ao investidor é recomendada a leitura cuidadosa do prospecto e regulamento do fundo de investimento ao aplicar seus recursos. Para avaliação da performance de um fundo de investimento, é recomendável a análise de, no mínimo, 12 (doze) meses. Os valores exibidos estão em Real (BRL). Para os cálculos foram utilizadas observações Diárias.

PERÍODO	SALDO ANTERIOR	SALDO FINAL	META	RENT.(R$)	RENT.(%)	GAP
2026			IPCA + 5.92% a.a.			
Janeiro	R$ 1.312.375.820,50	R$ 1.322.831.313,57	0,81%	R$ 13.125.943,54	1,07%	0,26p.p.
Fevereiro	R$ 1.322.831.313,57	R$ 1.314.891.151,18	1,18%	R$ 9.918.060,33	0,93%	-0,25p.p.
Março	R$ 1.314.891.151,18	R$ 1.340.930.700,24	1,36%	R$ 13.456.653,28	0,99%	-0,37p.p.
Abril	R$ 1.340.930.700,24	R$ 1.360.142.022,40	1,15%	R$ 21.833.448,34	1,76%	0,61p.p.
Maio	R$ 1.360.142.022,40	R$ 1.371.431.563,01	1,06%	R$ 14.192.289,28	1,22%	0,16p.p.
Junho	R$ 1.371.431.563,01	R$ 1.379.655.810,14	0,64%	R$ 13.858.350,44	1,05%	0,40p.p.
Julho	R$ 1.379.655.810,14	R$ 1.386.508.898,17	0,55%	R$ 9.227.308,35	0,79%	0,24p.p.
Agosto	R$ 1.386.508.898,17	R$ 1.391.738.014,69	0,16%	R$ 7.611.374,14	0,76%	0,60p.p.
Setembro	R$ 1.391.738.014,69	R$ 1.399.860.723,32	1,30%	R$ 9.986.037,82	0,81%	-0,49p.p.
Total	R$ 1.391.738.014,69	R$ 1.399.860.723,32	8,53%	R$ 113.209.465,52	9,77%	1,24p.p.
2025			IPCA + 5.32% a.a.			
Janeiro	R$ 1.068.446.464,78	R$ 1.087.354.182,43	0,59%	R$ 10.324.486,86	0,93%	0,34p.p.
Fevereiro	R$ 1.087.354.182,43	R$ 1.104.340.640,86	1,74%	R$ 8.402.893,50	0,84%	-0,91p.p.
Março	R$ 1.104.340.640,86	R$ 1.123.921.613,05	0,99%	R$ 10.767.597,19	0,89%	-0,10p.p.
Abril	R$ 1.123.921.613,05	R$ 1.144.451.005,01	0,86%	R$ 11.347.278,61	1,03%	0,17p.p.
Maio	R$ 1.144.451.005,01	R$ 1.167.538.688,09	0,69%	R$ 14.197.600,83	1,29%	0,60p.p.
Junho	R$ 1.167.538.688,09	R$ 1.186.033.579,76	0,67%	R$ 10.209.734,12	0,84%	0,16p.p.
Julho	R$ 1.186.033.579,76	R$ 1.205.026.737,32	0,69%	R$ 9.906.466,85	0,83%	0,14p.p.
Agosto	R$ 1.205.026.737,32	R$ 1.218.040.951,19	0,32%	R$ 8.876.103,56	0,82%	0,49p.p.
Setembro	R$ 1.218.040.951,19	R$ 1.243.883.809,94	0,91%	R$ 11.995.533,87	0,92%	0,00p.p.
Outubro	R$ 1.243.883.809,94	R$ 1.265.831.904,59	0,52%	R$ 13.002.893,68	1,05%	0,53p.p.

As informações deste relatório foram obtidas a partir de fontes públicas ou privadas consideradas confiáveis, cuja responsabilidade pela correção e veracidade não é assumida pela LEMA, pelo titular desta marca ou por qualquer das empresas de seu grupo empresarial. As informações disponíveis, não devem ser entendidas como colocação, distribuição ou oferta de fundo de investimento ou qualquer outro valor mobiliário. Fundos de investimento não contam com a garantia do Administrador do fundo, Gestor da carteira, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos - FGC. Rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura. As estratégias com derivativos, utilizadas como parte da política de investimento de fundos de investimento, podem resultar em significativas perdas para seus cotistas superiores ao capital aplicado e a consequente obrigação do cotista de aportar recursos adicionais para cobrir o prejuízo do fundo. Ao investidor é recomendada a leitura cuidadosa do prospecto e regulamento do fundo de investimento ao aplicar seus recursos. Para avaliação da performance de um fundo de investimento, é recomendável a análise de, no mínimo, 12 (doze) meses. Os valores exibidos estão em Real (BRL). Para os cálculos foram utilizadas observações Diárias.

LEMA

Novembro	R$ 1.265.831.904,59	R$ 1.282.722.011,12	0,61%	R$ 8.008.403,23	0,85%	0,24p.p.
Dezembro	R$ 1.282.722.011,12	R$ 1.312.375.820,50	0,76%	R$ 11.639.133,68	0,92%	0,16p.p.
Total	R$ 1.282.722.011,12	R$ 1.312.375.820,50	9,81%	R$ 128.678.125,98	11,82%	2,01p.p.

As informações deste relatório foram obtidas a partir de fontes públicas ou privadas consideradas confiáveis, cuja responsabilidade pela correção e veracidade não é assumida pela LEMA, pelo titular desta marca ou por qualquer das empresas de seu grupo empresarial. As informações disponíveis, não devem ser entendidas como colocação, distribuição ou oferta de fundo de investimento ou qualquer outro valor mobiliário. Fundos de investimento não contam com a garantia do Administrador do fundo, Gestor da carteira, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos - FGC. Rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura. As estratégias com derivativos, utilizadas como parte da política de investimento de fundos de investimento, podem resultar em significativas perdas para seus cotistas superiores ao capital aplicado e a consequente obrigação do cotista de aportar recursos adicionais para cobrir o prejuízo do fundo. Ao investidor é recomendada a leitura cuidadosa do prospecto e regulamento do fundo de investimento ao aplicar seus recursos. Para avaliação da performance de um fundo de investimento, é recomendável a análise de, no mínimo, 12 (doze) meses. Os valores exibidos estão em Real (BRL). Para os cálculos foram utilizadas observações Diárias.

RISCO DE MERCADO

FUNDO	BENCHMARK	RENT. (%)		[1]VAR (%) (252 D.U)		[2]VOL (%)		[3]TREYNOR		[4]DRAWDOWN (%)		[5]SHARPE		RES. 5.272
		MÊS	12M	MÊS	12M	MÊS	12M	MÊS	12M	MÊS	12M	MÊS	12M	
CARTEIRA	=meta	0,82%	12,94%	1,26%	4,36%	0,08%	2,18%	-11,77	-0,72	0,00%	0,11%	-13,17	-0,69	-
INCENTIVO FIDC MULTISSETORIAL...	CDI	0,00%	0,00%	-	-	-	-			0,00%	0,00%			D - RF
CAIXA BRASIL IMA-B TP FI RF	IMA-B	3,13%	13,62%	0,02%	0,08%	1,36%	4,71%	27,50	-7,08	0,00%	1,07%	1,95	-0,20	7, I
CAIXA BRASIL IMA-B 5 TP FI...	IMA-B 5	2,00%	14,57%	0,01%	0,03%	0,53%	1,83%	31,35	3,11	0,00%	0,00%	2,09	0,08	7, I
SICREDI LIQUIDEZ EMPRESARIAL FI RENDA FIXA...	CDI	1,04%	13,73%	0,00%	0,00%	0,01%	0,04%	-147,54	-180,95	0,00%	0,00%	-4,37	-0,12	7, I
CAIXA TOPÁZIO CORPORATIVO FIF RF REF...	CDI	1,04%	6,23%	0,00%	0,00%	0,01%	0,04%	-85,59	126,74	0,00%	0,00%	-3,12	-0,19	7, I
LME REC IMA-B FI RF	IMA-B	1,00%	-0,61%	0,03%	0,12%	2,02%	7,00%	-3,24	-228,06	0,00%	6,84%	-0,32	-2,16	7, V
ITAÚ INSTITUCIONAL FI...	CDI	1,08%	14,47%	0,00%	0,00%	0,01%	0,05%	-6,78	36,25	0,00%	0,00%	0,29	-0,15	7, V
SANTANDER INSTITUCIONAL PREMIUM...	CDI	1,06%	14,50%	0,00%	0,00%	0,01%	0,04%	-79,67	-176,57	0,00%	0,00%	-1,82	0,60	7, V
BRADESCO PREMIUM FI RF REF DI	CDI	1,08%	14,57%	0,00%	0,00%	0,01%	0,05%	65,47	-661,97	0,00%	0,00%	-0,80	1,98	7, V
BTG PACTUAL CAPITAL MARKETS FI RF	CDI	1,09%	14,64%	0,00%	0,00%	0,02%	0,05%	4,79	-524,90	0,00%	0,00%	0,30	3,03	7, V
LME REC IPCA...	IPCA	-20,91%	-54,48%	-	-	-	-			0,00%	0,00%			7, IX
GGR PRIME I FIDC SÊNIOR 1	IPCA	-12,40%	-13,90%	-	-	-	-			0,00%	0,00%			7, IX
W7 FIP MULTIESTRATÉGIA...	IPCA	-0,12%	-0,87%	-	-	-	-			0,12%	0,79%			10, III
BRASIL FLORESTAL FIC FIP	IPCA	-0,05%	-0,52%	0,02%	0,08%	1,49%	5,16%	-120.697,14	-4.845,08	0,05%	5,04%	-2.271,99	-3,79	10, III
BRASIL FLORESTAL FIP...	IPCA	-0,03%	-0,31%	0,03%	0,11%	1,90%	6,58%	211.295,13	-1.961,80	0,03%	6,70%	-3.763,81	-3,23	10, III
OSASCO PROPERTIES FUNDO...	IPCA	-77,06%	-77,22%	-	-	-	-			77,06%	77,21%			D - FI
FUNDO DE INVESTIMENTO...	IPCA	-0,04%	-0,48%	-	-	-	-			0,04%	4,27%			D - FI

[1]VaR (252 d.u): O Value at Risk é uma medida estatística que indica a perda máxima potencial de determinado ativo ou determinada carteira em determinado período. Para o seu cálculo, utiliza-se o retorno esperado, o desvio padrão dos retornos diários e determinado nível de confiança probabilística supondo uma distribuição normal. Seu resultado pode ser interpretado como, quanto mais alto for, mais arriscado é o ativo ou a carteira. Dado o desempenho da Carteira nos últimos 12 meses, estima-se com 95% de confiança que, se houver uma perda de um dia para o outro, o prejuízo máximo será de 4,36%.

[2]Volatilidade: Volatilidade é uma variável que representa a intensidade e a frequência que acontecem as movimentações do valor de um determinado ativo, dentro de um período. De uma forma mais simples, podemos dizer que volatilidade é a forma de medir a variação do ativo. Assim sendo, uma Volatilidade alta representa maior risco, visto que os preços do ativo tendem a se afastar mais de seu valor médio. Estima-se que os retornos diários da Carteira, em média, se afastam em 2,18% do retorno diário médio dos últimos 12 meses.

[3]Treynor: Similar ao Sharpe, porém, utiliza o risco do mercado (Beta) no cálculo em vez da volatilidade da Carteira. A leitura é a mesma feita no sharpe, quanto maior seu valor, melhor performa o ativo ou a carteira. Valores negativos indicam que a carteira teve rentabilidade menor do que a alcançada pelo mercado. Em 12 meses, cada 100 pontos de risco a que a Carteira se expôs foram convertidos em uma rentabilidade -0,72 menor que a do mercado.

[4]DrawDown: Auxilia a determinar o risco de um investimento, indicando quão estável é determinado ativo, ao medir seu declínio desde o valor máximo alcançado pelo ativo, até o valor mínimo atingido em determinado período de tempo. Para determinar o percentual de queda, o Draw-Down é medido desde que a desvalorização começa até se atingir um novo ponto de máximo, garantindo, dessa forma, que a mínima da série representa a maior queda ocorrida no período. Quanto mais negativo o número, maior a perda ocorrida e, consequentemente, maior o risco do ativo. Já um Draw-Down igual a zero, indica que não houve desvalorização do ativo ao longo do período avaliado.

As informações deste relatório foram obtidas a partir de fontes públicas ou privadas consideradas confiáveis, cuja responsabilidade pela correção e veracidade não é assumida pela LEMA, pelo titular desta marca ou por qualquer das empresas de seu grupo empresarial. As informações disponíveis, não devem ser entendidas como colocação, distribuição ou oferta de fundo de investimento ou qualquer outro valor mobiliário. Fundos de investimento não contam com a garantia do Administrador do fundo, Gestor da carteira, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos - FGC. Rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura. As estratégias com derivativos, utilizadas como parte da política de investimento de fundos de investimento, podem resultar em significativas perdas para seus cotistas superiores ao capital aplicado e a consequente obrigação do cotista de aportar recursos adicionais para cobrir o prejuízo do fundo. Ao investidor é recomendada a leitura cuidadosa do prospecto e regulamento do fundo de investimento ao aplicar seus recursos. Para avaliação da performance de um fundo de investimento, é recomendável a análise de, no mínimo, 12 (doze) meses. Os valores exibidos estão em Real (BRL). Para os cálculos foram utilizadas observações Diárias.

LEMA

[5]Sharpe: Trata-se de um indicador de performance utilizado no mercado financeiro para avaliar a relação risco-retorno de um ativo através da diferença entre o retorno do ativo e o ativo livre de risco, com o CDI sendo comumente utilizado como proxy deste, dividido pela volatilidade. Portanto, quanto maior o índice de Sharpe do ativo, melhor a sua performance. Em 12 meses, o indicador apontou que para cada 100 pontos de risco a que a Carteira se expôs, houve uma rentabilidade -0,69 menor que aquela realizada pelo CDI.

As informações deste relatório foram obtidas a partir de fontes públicas ou privadas consideradas confiáveis, cuja responsabilidade pela correção e veracidade não é assumida pela LEMA, pelo titular desta marca ou por qualquer das empresas de seu grupo empresarial. As informações disponíveis, não devem ser entendidas como colocação, distribuição ou oferta de fundo de investimento ou qualquer outro valor mobiliário. Fundos de investimento não contam com a garantia do Administrador do fundo, Gestor da carteira, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos - FGC. Rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura. As estratégias com derivativos, utilizadas como parte da política de investimento de fundos de investimento, podem resultar em significativas perdas para seus cotistas superiores ao capital aplicado e a consequente obrigação do cotista de aportar recursos adicionais para cobrir o prejuízo do fundo. Ao investidor é recomendada a leitura cuidadosa do prospecto e regulamento do fundo de investimento ao aplicar seus recursos. Para avaliação da performance de um fundo de investimento, é recomendável a análise de, no mínimo, 12 (doze) meses. Os valores exibidos estão em Real (BRL). Para os cálculos foram utilizadas observações Diárias.

ADERÊNCIA AOS BENCHMARKS

FUNDO	SALDO	BENCHMARK	RENTABILIDADE (%)				RENT. VS BENCHMARKS (%)			
			MÊS	3M	6M	12M	MÊS	3M	6M	12M
INCENTIVO FIDC MULTISSET...	R$ 0,00	CDI	-	-	-	-	-	-	-	-
CAIXA BRASIL IMA-B TP FI RF	R$ 1.519.606,21	IMA-B	3,13%	6,07%	6,78%	13,49%	99,52%	98,90%	98,01%	98,11%
CAIXA BRASIL IMA-B 5 TP FI ...	R$ 17.525.226,55	IMA-B 5	2,00%	4,65%	7,12%	14,56%	99,58%	99,88%	98,63%	98,44%
SICREDI LIQUIDEZ EMPRES...	R$ 43.849.744,40	CDI	1,04%	3,33%	6,80%	14,41%	96,39%	98,67%	99,11%	99,96%
CAIXA TOPÁZIO CORPORATI...	R$ 117.810.041,34	CDI	1,05%	3,35%	6,83%	14,40%	97,38%	99,28%	99,48%	99,95%
LME REC IMA-B FI RF	R$ 804.699,11	IMA-B	1,00%	2,32%	-4,00%	-0,64%	31,70%	37,82%	-57,82%	-4,65%
ITAÚ INSTITUCIONAL FI RF ...	R$ 19.414.742,59	CDI	1,08%	3,41%	6,93%	14,40%	100,28%	101,04%	101,05%	99,95%
SANTANDER INSTITUCIONA...	R$ 12.942.827,72	CDI	1,06%	3,38%	6,90%	14,43%	98,43%	100,30%	100,53%	100,17%
BRADESCO PREMIUM FI RF ...	R$ 22.646.444,67	CDI	1,08%	3,43%	6,98%	14,50%	99,50%	101,53%	101,80%	100,64%
BTG PACTUAL CAPITAL MAR...	R$ 9.708.513,00	CDI	1,09%	3,43%	7,06%	14,57%	100,32%	101,72%	102,90%	101,14%
LME REC IPCA FIDC MULTIS...	R$ 324.441,64	IPCA	-	-	-	-	-	-	-	-
GGR PRIME I FIDC SÊNIOR 1	R$ 1.985.488,50	IPCA	-	-	-	-	-	-	-	-
W7 FIP MULTIESTRATÉGIA	R$ 1.368.187,79	IPCA	-0,12%	-0,35%	-0,79%	-0,87%	-14,29%	-61,19%	-39,62%	-18,99%
BRASIL FLORESTAL FIC FIP	R$ 701.256,95	IPCA	-0,05%	-0,14%	-0,26%	-5,09%	-5,62%	-23,91%	-13,20%	-111,27%
BRASIL FLORESTAL FIP MUL...	R$ 701.333,90	IPCA	-0,03%	-0,08%	-0,17%	-6,73%	-3,50%	-14,87%	-8,36%	-147,14%
OSASCO PROPERTIES FUND...	R$ 96.853,73	IPCA	-	-	-	-	-	-	-	-
FUNDO DE INVESTIMENTO I...	R$ 1.669.728,74	IPCA	-	-	-	-	-	-	-	-

As informações deste relatório foram obtidas a partir de fontes públicas ou privadas consideradas confiáveis, cuja responsabilidade pela correção e veracidade não é assumida pela LEMA, pelo titular desta marca ou por qualquer das empresas de seu grupo empresarial. As informações disponíveis, não devem ser entendidas como colocação, distribuição ou oferta de fundo de investimento ou qualquer outro valor mobiliário. Fundos de investimento não contam com a garantia do Administrador do fundo, Gestor da carteira, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos - FGC. Rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura. As estratégias com derivativos, utilizadas como parte da política de investimento de fundos de investimento, podem resultar em significativas perdas para seus cotistas superiores ao capital aplicado e a consequente obrigação do cotista de aportar recursos adicionais para cobrir o prejuízo do fundo. Ao investidor é recomendada a leitura cuidadosa do prospecto e regulamento do fundo de investimento ao aplicar seus recursos. Para avaliação da performance de um fundo de investimento, é recomendável a análise de, no mínimo, 12 (doze) meses. Os valores exibidos estão em Real (BRL). Para os cálculos foram utilizadas observações Diárias.

LEMA

ADERÊNCIA À POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

TIPO DE ATIVO	CARTEIRA (R$)	(%)	LIM. 5.272	ESTRATÉGIA DE ALOCAÇÃO		
				INFERIOR (%)	ALVO (%)	SUPERIOR (%)
Renda Fixa						
FI Renda Fixa Referenciado 100% títulos TN	R$ 180.704.618,50	12,53%	100,00%	0,00%	10,00%	30,00%
Títulos Tesouro Nacional	R$ 0,00	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	20,00%
Títulos Tesouro Nacional (Balcão)	R$ 1.095.745.711,47	75,97%	100,00%	60,00%	75,00%	90,00%
Operações Compromissadas - TN	R$ 0,00	0,00%	5,00%	0,00%	0,00%	0,00%
FI Renda Fixa e ETF Renda Fixa	R$ 65.517.227,09	4,54%	80,00%	2,00%	3,00%	20,00%
Ativos Bancários	R$ 75.029.320,23	5,20%	20,00%	0,00%	5,00%	10,00%
FI Renda Fixa "Crédito Privado"	R$ 0,00	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
FI Debêntures	R$ 0,00	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
FI Direitos Creditórios (FIDC) - Sênior	R$ 2.309.930,14	0,16%	0,00%	0,00%	0,00%	3,00%
Renda Variável						
FI Ações	R$ 0,00	0,00%	40,00%	0,00%	1,00%	10,00%
ETF de Ações	R$ 0,00	0,00%	40,00%	0,00%	0,00%	5,00%
BDR / BDR-ETF - Ações	R$ 0,00	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	2,00%
ETF - Internacional	R$ 0,00	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Exterior						
Renda Fixa - Dívida Externa	R$ 0,00	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Investimento no Exterior - Qualificado	R$ 0,00	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	2,00%
FI Investimentos Exterior – Geral	R$ 0,00	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Estruturados						
FI Multimercado	R$ 0,00	0,00%	15,00%	0,00%	1,00%	10,00%
Fiagro	R$ 0,00	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
FI em Participações	R$ 2.770.778,64	0,19%	0,00%	0,00%	0,00%	1,00%
FI "Ações - Mercado de Acesso"	R$ 0,00	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Fundos Imobiliários						
FI Imobiliário	R$ 0,00	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	1,00%
Desenquadrado	R$ 1.766.582,47	0,12%	0,00%	-	-	-
Emprést. Consignados						
Empréstimos Consignados	R$ 18.411.740,86	1,28%	10,00%	0,00%	5,00%	10,00%

As informações deste relatório foram obtidas a partir de fontes públicas ou privadas consideradas confiáveis, cuja responsabilidade pela correção e veracidade não é assumida pela LEMA, pelo titular desta marca ou por qualquer das empresas de seu grupo empresarial. As informações disponíveis, não devem ser entendidas como colocação, distribuição ou oferta de fundo de investimento ou qualquer outro valor mobiliário. Fundos de investimento não contam com a garantia do Administrador do fundo, Gestor da carteira, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos - FGC. Rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura. As estratégias com derivativos, utilizadas como parte da política de investimento de fundos de investimento, podem resultar em significativas perdas para seus cotistas superiores ao capital aplicado e a consequente obrigação do cotista de aportar recursos adicionais para cobrir o prejuízo do fundo. Ao investidor é recomendada a leitura cuidadosa do prospecto e regulamento do fundo de investimento ao aplicar seus recursos. Para avaliação da performance de um fundo de investimento, é recomendável a análise de, no mínimo, 12 (doze) meses. Os valores exibidos estão em Real (BRL). Para os cálculos foram utilizadas observações Diárias.

LEMA